

CARACTERÍSTICAS ECONÓMICAS

CONTAR PARA CONHECER,
CONHECER PARA DESENVOLVER





CARACTERÍSTICAS ECONÓMICAS

CONTAR PARA CONHECER,
CONHECER PARA DESENVOLVER



GABINETE DO CENSO

**LUXEMBOURG
AID & DEVELOPMENT**



FICHA TÉCNICA

Instituto Nacional de Estatística

Caraterísticas Económicas RGPH-2021

Presidente

João de Pina Mendes Cardoso

Vice-Presidente

Fernando Lopes Rocha

Vogal

Annie Pereira Tavares Sanches

Departamento

Gabinete do Censo RGPH-2021

Editor

Instituto Nacional de Estatística
Rua da Caixa Económica, nº 18,
Cx. Postal 116, Fazenda - Praia
Tel.: +238 261 38 27 / Fax: +238 261 16 56
Email: inecv@ine.gov.cv

Design e composição

Gabinete de Comunicação, Divisão e Cooperação

© Copyright 2022

Instituto Nacional de Estatística

Para quaisquer esclarecimentos, contactar:

Alice Rodrigues Pinto

Email: alice.pinto@ine.gov.cv

Data Publicação

OUTUBRO 2022

PREFÁCIO

Os Recenseamentos da População e da Habitação representam um dos pilares do Sistema Estatístico Nacional de um país no que se refere à contagem e caracterização da população e do respetivo parque habitacional, aos níveis nacional, regional e local, produzindo, também, informações imprescindíveis para a definição de políticas públicas de desenvolvimento e para a conseqüente tomada de decisões de investimento pelos sectores público e privado.

Cabo Verde já realizou 5 (cinco) Recenseamentos da População e da Habitação após a Independência: em 1980, 1990, 2000, 2010 e 2021. O Recenseamento Geral da População e Habitação-2021 (RGPH-2021) deveria ter ocorrido, inicialmente, em 2020, mas viu-se adiado para 2021 devido à pandemia de Covid-19. Para a sua realização, foi publicado o Decreto-Lei nº 64/2018, alterado pelo Decreto-Lei nº 29/2021, que estabelece as normas para a sua execução e cria as respetivas estruturas organizacionais. O RGPH-2021, pela sua dimensão e impacto na sociedade cabo-verdiana, é a mais complexa operação estatística até hoje conduzida pelo Instituto Nacional de Estatística, mobilizando elevados recursos humanos e financeiros e exigindo alguns anos de preparação. Para a sua concretização, o financiamento foi assegurado pelo Governo de Cabo Verde, pela Cooperação Espanhola, pela Cooperação Luxemburguesa e pelo Escritório Conjunto das Nações Unidas e da União Europeia.

A recolha de dados, no âmbito do RGPH-2021, foi feita mediante entrevistas diretas, por parte de recenseadores devidamente credenciados, de 15 a 30 de junho de 2021, tendo sido prolongada por mais uma semana (até 07 de julho de 2021). O objetivo central que presidiu ao RGPH-2021 foi o de quantificar e caracterizar, com rigor, todos os edifícios, alojamentos, agregados familiares e indivíduos em Cabo Verde, sempre guiado pela estrita observância do princípio do segredo estatístico. O RGPH-2021 permite: (a) identificar as mudanças que o país experimentou nos aspetos demográficos, sociais e económicos; (b) caracterizar a força de trabalho; (c) identificar as mudanças relativas ao parque de edifícios e às características essenciais da habitação; (d) identificar os polos de desenvolvimento económico; (e) calcular indicadores de seguimento do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) das Agendas 2030 e 2063; (f) identificar populações vulneráveis; (g) definir políticas públicas; e (h) dispor de informações que permitam fazer a caracterização de perfis e a elaboração de projeções demográficas.

Os dados foram recolhidos em suporte digital, com elevado rigor, tendo sido verificados a todos os níveis. Faziam parte da equipa de terreno, os recenseadores, controladores, supervisores concelhios e os do INE, consultores de empresas internacionais e agentes TIC's (tecnologia de informação e comunicação). O seguimento da recolha dos dados no

terreno foi feito, também, através de uma aplicação desenvolvida para o efeito, permitindo o seguimento *online* dos dados, por meio de relatórios, gráficos e mapas. A partir dos resultados definitivos, foram elaboradas as seguintes publicações: um volume de quadros brutos de Cabo Verde; um volume por zonas e lugares; um volume para cada concelho do país; e onze publicações temáticas (Estado e estrutura da população; Migrações; Educação e formação profissional; Jovens e mercado de trabalho; Características económicas; Caracterização do parque habitacional e condições de vida dos agregados familiares; Fecundidade e nupcialidade; Mortalidade; Crianças e adolescentes; Deficiência; e População idosa e envelhecimento populacional).

Pretende-se com este documento, colocar à disposição da sociedade um conjunto de estatísticas oficiais, necessárias e fundamentais, haja vista, em última instância, uma melhor compreensão dos problemas e da realidade do país nos diferentes domínios, contribuindo de forma significativa para o processo de planeamento e tomada de decisão.

O RGPH-2021 e esta publicação foram concretizados graças à colaboração e ao esforço de uma vasta equipa de colaboradores do Gabinete do RGPH-2021/INE, de agentes de terreno e de parceiros nacionais e internacionais. Assim, à guisa de conclusão, endereçamos os nossos mais sinceros agradecimentos a todos quantos contribuíram, de forma direta ou indireta, para a realização deste projeto, cabendo-me ainda sublinhar o papel essencial que os agregados familiares têm no RGPH, visto que são a base de qualquer operação estatística desta natureza.

O Presidente



João de Pina Mendes Cardoso

SIGLAS E ABREVIATURAS

AF	Agregado Familiar
B.O.	Boletim Oficial
CAE	Classificação das Atividades Económicas
CESPC	Código de Execução das Sanções Penais Condenatórias
CGN	Código Geográfico Nacional
CIST	Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho
CNP	Classificação Nacional das Profissões
CLC	Código Laboral Cabo-verdiano
CNDHC	Comissão Nacional dos Direitos Humanos e Cidadania
CV	Cabo Verde
CP	Código Penal
CRCV	Constituição da República de Cabo Verde
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
Fem.	Feminino
ICCA	Instituto Cabo-verdiano para a Criança e o Adolescente
ICIEG	Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade do Género
IDRF	Inquérito às Despesas e Receitas das Famílias
IDSR	Inquérito Demográfico e Saúde Reprodutiva
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IGT	Inspeção geral do Trabalho
IMC	Inquérito Multi-objetivo Contínuo
INE	Instituto Nacional de Estatística
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
Masc.	Masculino
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCCS	Plano de Cargos Carreiras e Salários
PEDS	Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
RGPH-2021	Recenseamento Geral da População e Habitação de 2021
SEN	Sistema Estatístico Nacional
S/F	Sem família profissional
TDE	Taxa de dependência económica
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
VAB	Valor Acrescentado Bruto

CONCELHOS

BR	Brava
BV	Boa Vista
MA	Maio
MO	Mosteiros
PL	Paul
PN	Porto Novo
PR	Praia
RB	Ribeira Brava
RG	Ribeira Grande
RGST	Ribeira Grande de Santiago
SC	Santa Catarina
SCF	Santa Catarina do Fogo
SD	São Domingos
SF	São Filipe
SL	Sal
SLO	São Lourenço dos Órgãos
SM	São Miguel
SSM	São Salvador do Mundo
SV	São Vicente
SZ	Santa Cruz
TA	Tarrafal
TSN	Tarrafal de São Nicolau

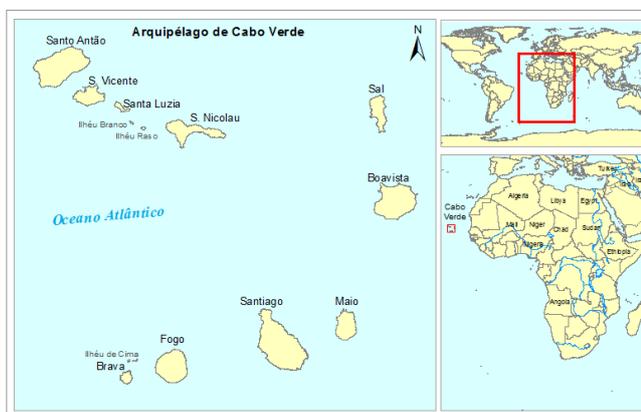
SINAIS CONVENCIONAIS E UNIDADE DE MEDIDA

ECV	Escudo Cabo-verdiano
US\$	Dólar Americano
€	Euro
n/a	Não se aplica
%	Percentagem
p.p.	Pontos percentuais
km	Quilómetro
km²	Quilómetro quadrado

Nota – Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

APRESENTAÇÃO DO PAÍS

Nome Oficial	República de Cabo Verde
Superfície (Terrestre)	4 033 km ²
Bandeira	
Composição das ilhas	10 Ilhas e 5 principais ilhéus
Data do descobrimento	1460
Data Independência	5 de julho de 1975
Divisão Administrativa	22 Concelhos distribuídos pelas seguintes ilhas:
Santo Antão	Ribeira Grande Paul Porto Novo
S. Vicente	São Vicente
S. Nicolau	Ribeira Brava Tarrafal de São Nicolau
Sal	Sal
Boa Vista	Boa Vista
Maio	Maio
Santiago	Tarrafal Santa Catarina Santa Cruz Praia São Domingos São Miguel São Salvador do Mundo São Lourenço dos Órgãos Ribeira Grande de Santiago Mosteiros
Fogo	São Filipe Santa Catarina do Fogo
Brava	Brava
Cidade Capital	Praia
População residente (2021)	491 233
Língua Oficial	Português
Língua Nacional	Crioulo (Cabo-verdiano)
Moeda	Escudo Cabo-verdiano (ECV)



O TERRITÓRIO DE CABO VERDE

Cabo Verde é um pequeno país arquipelágico, formado por dez ilhas – Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (desabitada), São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Santiago, Fogo e Brava – e cinco¹ principais ilhéus (Branco, Raso, Luís Carneiro, Grande e de Cima), totalizando uma superfície aproximada de 4.033 km². Está situado entre os paralelos 14° 23' e 17° 12' de latitude Norte e os meridianos 22° 40' e 25° 22' a Oeste de Greenwich.

Ilhas atlânticas, de origem vulcânica, Cabo Verde dista cerca de 500 km do promontório de Cabo Verde no Senegal, de onde lhe adveio o nome. Em termos geomorfológicos, compõe-se, essencialmente, de dois grupos de ilhas: um formado por ilhas montanhosas (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Santiago, Fogo e Brava), onde predominam as paisagens montanhosas e relevos bastante acidentados, com altitudes que alcançam até 2.829 metros, e um outro grupo constituído por ilhas planas (Sal, Boa Vista e Maio), caracterizadas pela quase inexistência de relevos montanhosos, onde marcam presença as extensas praias de areia branca, banhadas pelo azul-turquesa do atlântico.

Sendo o ponto mais ocidental do continente africano (17°02'40.9"N 25°21'39.5"W – ilha de Santo Antão), as ilhas do arquipélago de Cabo Verde apresentam-se dispostas em forma de ferradura, e, devido à sua localização geográfica (integra o grupo dos países do Sahel), têm um clima árido e semiárido, quente e seco, com temperatura média anual a rondar os 25° C, com fraca pluviosidade. Nelas, podem ser identificadas duas estações, que definem o clima das ilhas: o tempo das brisas (estação seca, de dezembro a junho) e o tempo “das águas” (estação das chuvas, que, normalmente, decorre entre agosto e outubro, sendo o mês de julho o de transição).

Descoberto entre 1460 e 1462 por navegadores ao serviço da coroa portuguesa, o arquipélago esteve sob a soberania de Portugal por um período de 513 anos, (1462-1975), tendo servido de palco de uma grande miscigenação e cruzamento de influências, dando origem a uma cultura, um modo de estar e ser cabo-verdianos – a tal cabo-verdianidade que dá vida a esta nação quinhentista.

A 5 de julho de 1975, o país tornou-se independente e, desde então, tem feito um percurso virado para o desenvolvimento, tendo efetuado diversas conquistas em diferentes frentes, o que lhe permitiu estar hoje colocado entre os Países de Rendimento Médio.

¹ Mencionaram-se aqui 5 ilhéus, mas existem outros que, devido a suas menores dimensões, não foram referidos.

RESUMO EXECUTIVO

Este relatório tem por objetivo analisar as características económicas da população de Cabo Verde, em 2021, através dos resultados do RGPH-2021. Para esse efeito, foram selecionados os resultados mais relevantes de modo a traçar um perfil da força de trabalho e as características do mercado de trabalho em Cabo Verde. Trata-se especificamente de capturar o volume da população em idade ativa e a situação do mercado de trabalho por meio dos seguintes indicadores principais: a taxa de atividade, a taxa de emprego, a estrutura do emprego, a taxa de desemprego, a taxa de dependência económica e a taxa de inatividade. As análises concentram-se principalmente na população em idade ativa com 15 anos ou mais e destinam-se a disponibilizar informação recente sobre a atividade económica em Cabo Verde para efeitos de planeamento e de monitorar as metas políticas.

Os resultados do Censo 2021 mostram que existe uma forte integração dos indivíduos em idade ativa no mercado de trabalho. Em 2021, registam-se 352.494 pessoas em idade ativa (15 anos ou mais), das quais 217.422 são ativas (61,7%) e 135.072 inativas. Entre os ativos (56,5%), 199.328 são empregadas, sendo 113.632 homens e 85.696 mulheres. Entre os empregados, 152.643 estão no meio urbano e 46.685 no rural.

As mulheres têm mais dificuldades de acesso ao mercado de trabalho. Contrariamente à estrutura da população em geral, os homens são de longe a maioria (56,0%) da população ativa. A qualidade da população ativa é bastante baixa em Cabo Verde, quase metade da qual (48,1%) tem, no máximo, o nível alfabetização/ensino básico e somente 16,7% frequentou o ensino superior.

A taxa de emprego situa-se em 56,5%, tendo-se aumentado 3,7 p.p. em relação ao ano de 2010 (52,8%). A taxa de emprego entre os homens é superior comparativamente à registada entre as mulheres: 64,6% entre os homens e 48,5% entre as mulheres.

Os concelhos do Sal, da Boa Vista e da Ribeira Grande apresentam as maiores taxas de empregados (65,5%, 62,1% e 59,5%, respetivamente), enquanto os de São Lourenço dos Órgãos, de Santa Catarina do Fogo e de São Filipe têm as menores (42,9%, 44,5%, 47,7%, respetivamente).

A população empregada caracterizou-se pela sua juventude. Cerca de 43,1% dos empregados têm entre 15 e 34 anos. A população empregada, de 15 a 24 anos do meio rural, foi superior em relação à do meio urbano (respetivamente 14,0% e 10,5%).

A maioria dos trabalhadores cabo-verdianos, com 15 anos ou mais, trabalham no setor empresarial privado (40,5%) e os trabalhadores independentes representam 30,0% da população empregada. As mulheres encontram mais dificuldades no acesso a empregos

assalariados, especialmente nas áreas rurais. Se entre os homens, 57,7% são empregados assalariados, entre as mulheres essa proporção é de apenas 50,1%.

A grande maioria dos empregados trabalham como profissões elementares sem nenhuma qualificação (24,7%) ou como pessoal dos serviços e vendedores (19,9%) e a grande maioria dos que exercem estas profissões são mulheres. Segue-se a profissão de operários, artífices e trabalhadores similares com 16,1%, sendo de destacar que 81,3% dos homens exercem essa profissão.

O setor terciário continua a ser o que mais absorve a mão-de-obra em Cabo Verde. Em 2021, empregou, aproximadamente, seis em cada dez empregados (63,5%). O setor secundário emprega duas em cada dez pessoas (22,8%) e o restante da população estava no setor primário (13,7%).

A atividade económica mais comum é dominada pelo ramo do “comércio, reparações de automóveis e motociclos”, o qual absorve cerca de 16,1% de empregados, com idade de 15 anos ou mais. Por outro lado, por meio de residência, a estrutura do emprego é totalmente diferente: enquanto no meio urbano, o ramo mais predominante é o do “comércio, reparações de automóveis e motociclos”, todavia, no meio rural, o que mais impera é o da “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (17,7% e 38,2%, respetivamente).

Não obstante a situação da pandemia da COVID-19 que Cabo Verde enfrentou em 2021, a taxa de desemprego situa-se em 8,3%, cabendo informar que os 18.094 desempregados são compostos, maioritariamente, por pessoas que já trabalharam alguma vez (80,4%), jovens de 15-24 anos (32,0%), com nível alfabetização/ensino básico (44,4%). Assim, o desemprego deve-se principalmente à baixa capacidade de absorção do mercado de trabalho em relação ao afluxo excessivo de novos trabalhadores, ao invés de contração ou mudanças estruturais do lado da procura de trabalho.

Importa dizer que a população desempregada masculina (8.188) representa 45,3% e a feminina 54,7%, (9.906), ficando claro que a população desempregada é, maioritariamente, do sexo feminino.

Por meio de residência, verifica-se que a população desempregada com 15 anos ou mais, registada no meio urbano, é de 14.975 (82,8%) desempregados e, no meio rural, é de 3.119 (17,2%). A modo de conclusão, a população desempregada é dominada por jovens. Cerca de 72,5% da população desempregada (13.110 jovens) tem entre 15 e 34 anos. Esta situação confirma as dificuldades encontradas pelos jovens à procura do primeiro emprego.

A taxa de desemprego situa-se em 8,3% em 2021, tendo diminuído 2,3 p.p. em relação ao ano de 2010 (10,7%). A taxa de emprego é inferior entre os homens comparativamente à registada entre as mulheres: 6,7% entre os homens e 10,4% entre as mulheres.

A taxa de desemprego varia de 3,8% a 10,7% entre os concelhos. Os do Sal e da Boa Vista, muito embora tenham as maiores taxas de emprego, registaram taxas mais elevadas do desemprego, respetivamente, 10,4% e 10,7%, seguindo-se-lhes os concelhos do Porto Novo, com 9,6%, de São Vicente, com 9,3% e de Santa Cruz, com 9,2%. As menores taxas de desemprego são registadas nos concelhos da Ribeira Brava (3,8%), do Maio (4,0%) e da Ribeira Grande (4,2%). Verifica-se que, em todos os concelhos, a taxa de desemprego das mulheres é superior à dos homens.

Em 2021, o número de inativos em idade ativa situa-se em 135.072, ou seja, 38,3% da população total com 15 anos ou mais. No geral, a análise mostra que a proporção de mulheres nesta situação é maior (60,0%) em relação à dos homens (40,0%). As principais razões, para a não procura de trabalho, devem-se, essencialmente, à frequência escolar (26,0% são estudantes), em particular no seio da população jovem de 15-24 anos, na qual 63,9% são estudantes. Note-se que existe uma faixa em que “não há qualquer emprego” (14,8%), com maior expressão na população com 25 anos ou mais (16,3%).

Ao nível nacional, verifica-se que, para 152 dependentes, há 100 pessoas empregadas, sendo a taxa de dependência maior entre as do sexo feminino (193 dependentes para cada 100 empregados).

Analisando o principal meio de vida, nota-se que, enquanto a população empregada viveu, principalmente, do seu trabalho, a população desempregada e a inativa viveram, essencialmente, a cargo de familiares, residentes no país.

RESUMO DA LISTA DE INDICADORES

Tabela 1 – Resumo dos principais indicadores, Cabo Verde, 2021

INDICADORES	AMBOS OS SEXOS	MASCULINO	FEMININO
EFETIVOS DA POPULAÇÃO			
População residente	491 233	246 363	244 870
Urbana	364 106	181 384	182 722
Rural	127 127	64 979	62 148
População com 15 anos ou mais	352 494	175 910	176 584
Urbana	261 813	129 361	132 452
Rural	90 681	46 549	44 132
População ativa	217 422	121 820	95 602
Urbana	167 618	91 176	76 442
Rural	49 804	30 644	19 160
População empregada	199 328	113 632	85 696
Urbana	152 643	84 453	68 190
Rural	46 685	29 179	17 506
População empregada na indústria transformadora	17 828	10 265	7 563
Urbana	15 281	8 723	6 558
Rural	2 547	1 542	1 005
População do sexo feminino empregada em cargos de direção (CNP 11, 12 e 13)	5 340	3 191	2 149
Urbana	4 920	2 904	2 016
Rural	420	287	133
População desempregada	18 094	8 188	9 906
Urbana	14 975	6 723	8 252
Rural	3 119	1 465	1 654
População inativa	135 072	54 090	80 982
Urbana	94 195	38 185	56 010
Rural	40 877	15 905	24 972
Taxa de atividade (%)	61,7	69,3	54,1
Urbana	64,0	70,5	57,7
Rural	54,9	65,8	43,4
Taxa de emprego (%)	56,5	64,6	48,5
Urbana	58,3	65,3	51,5
Rural	51,5	62,7	39,7
População jovem (15-24 anos) sem emprego e fora do sistema educativo e de formação % (ODS 8.6.1)	25,0	22,7	27,6
Urbana	24,3	22,6	26,0
Rural	27,1	22,9	32,3
População empregada na indústria transformadora % (ODS 9.2.2)	8,9	9,0	8,8
Urbana	10,0	10,3	9,6
Rural	5,5	5,3	5,7

INDICADORES	AMBOS OS SEXOS	MASCULINO	FEMININO
Percentagem de mulheres a exercer cargos de direção % (ODS 5.5.2)	100,0	59,8	40,2
Urbana	100,0	59,0	41,0
Rural	100,0	68,3	31,7
Taxa de desemprego (%) (ODS 8.5.2)	8,3	6,7	10,4
Urbano	8,9	7,4	10,8
Rural	6,3	4,8	8,6
Grupo etário			
15-34 anos	13,3	10,2	17,1
15-24 anos	20,4	15,9	27,5
18-24 anos	20,7	16,1	27,6
25-34 anos	10,4	7,7	13,5
35-64 anos	4,3	3,8	4,9
65 anos ou mais	1,3	1,7	0,9
Taxa de desemprego, segundo o nível de instrução frequentado (%)			
Sem nível	4,1	4,5	3,8
Básico / Alfabetização	7,7	6,4	9,8
Secundário	11,5	8,8	14,9
Superior	5,4	4,1	6,5
Taxa de desemprego, segundo deficiência (%)	8,9	7,3	10,0
Taxa de inatividade	38,3	30,7	45,9
Urbana	36,0	29,5	42,3
Rural	45,1	34,2	56,6
CARATERÍSTICAS DOS EMPREGADOS			
Distribuição por sexo (%)	100,0	57,0	43,0
Idade média (anos)	38,6	38,3	38,9
Grupo Etário (%)			
15-34 anos	43,1	44,0	41,9
15-24 anos	11,3	12,8	9,4
25-34 anos	31,7	31,2	32,5
35-64 anos	54,7	53,9	55,8
65 anos ou mais	2,3	2,2	2,4
Número médio de anos de estudo (anos)			
Empregados com 15 anos ou mais	9,0	8,6	9,6
Empregados com 15-24 anos	9,5	8,9	10,5
Nível de instrução frequentada (%)			
Sem nível	4,7	3,6	6,1
Básico / Alfabetização	48,5	53,0	42,5
Secundário	29,6	29,5	29,7
Superior	17,3	13,9	21,7
População empregada, segundo situação no emprego (%)			
Setor empresarial privado	40,5	48,9	29,5
Por conta própria	25,8	24,0	28,2

V Recenseamento Geral da População e Habitação

Administração pública	18,0	15,0	22,0
Em casa de família (trabalhos domésticos)	5,8	0,2	13,1
Empregador	4,2	5,5	2,4
Setor empresarial do Estado	3,0	3,7	2,1
Trabalhador familiar	1,7	1,8	1,4
— Uma cooperativa de produtores	0,1	0,1	0,1
Outra situação	1,0	0,8	1,2
População empregada, segundo o setor de atividade (%)			
Primário	13,7	17,6	8,5
Secundário	22,8	32,2	10,2
Terciário	63,5	50,1	81,2
População empregada, segundo o ramo de atividade (%)			
Comércio, Reparação de Automóveis e Motociclos	16,1	11,4	22,4
Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca	13,0	17,0	7,8
Construção	12,9	21,9	0,8
Administração Pública e Defesa/Segurança Social	10,2	10,4	10,0
Indústria Transformadora	8,9	9,0	8,8
Educação	6,7	3,9	10,6
Famílias, Empregadores de Domésticos	6,0	0,4	13,4
Transporte e Armazenagem	5,4	8,4	1,4
Alojamento e Restauração	5,8	3,3	9,0
Atividades Administrativas e dos Serviços de Apoio	3,7	4,5	2,6
Outras Atividades e Serviços	2,6	2,4	2,8
Saúde Humana e Ação Social	2,5	1,2	4,2
Eletricidade, Gás, Vapor, Água quente e fria e ar frio	0,6	0,8	0,3
Captação, Tratamento e Distribuição de Água, Saneamento, Gestão de Resíduos e despoluição	0,4	0,4	0,3
Outros ramos de atividade	5,3	5,0	5,6
População empregada, segundo profissão (%)			
Profissões Elementares	24,7	20,9	29,7
Pessoal dos Serviços e Vendedores	19,9	14,3	27,3
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	16,1	23,0	7,0
Especialistas de Atividades intelectuais e Científicas	8,9	6,5	12,1
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura, Pesca e da Floresta	8,8	11,3	5,5
Pessoal Administrativo	5,7	4,3	7,5
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	5,4	5,5	5,2
Operadores de Instalações de Máquinas e trabalhadores de Montagem	5,2	8,7	0,5
Representantes dos Poderes Legislativo e Executivo, Diretores e Gestores Executivos	4,7	4,5	4,9
Militar	0,6	1,0	0,1
CARATERÍSTICAS DOS DESEMPREGADOS			
Distribuição por sexo (%)	100,0	45,3	54,7
Idade média (anos)	30,6	31,3	30,1
Grupo Etário (%)			
15-34 anos	72,5	69,7	74,8

V Recenseamento Geral da População e Habitação

15-24 anos	32,0	33,5	30,8
25-34 anos	40,4	36,2	43,9
35-64 anos	27,2	29,8	25,1
65 anos ou mais	0,3	0,5	0,2
Número médio anos de estudo (anos)			
Desempregados com 15 anos ou mais	9,1	8,6	9,5
Desempregados com 15-24 anos	9,7	9,2	10,2
Nível de instrução frequentado (%)			
Sem nível	2,2	2,4	2,1
Básico / Alfabetização	44,4	50,0	39,8
Secundário	42,5	39,3	45,1
Superior	10,9	8,3	13,0
Desempregados à procura do primeiro emprego (%)	19,6	17,9	21,1
Desempregados que alguma vez trabalhou (%)	80,4	82,1	78,9
Desempregados com um ano ou mais no desemprego (%)	43,0	35,7	49,1
CARATERÍSTICAS DOS INATIVOS			
Distribuição por sexo (%)	100,0	40,0	60,0
Idade média (anos)			
Grupo etário (%)	40,8	37,7	42,8
15-34 anos	52,0	58,5	47,7
15-24 anos	38,9	46,3	33,9
25-34 anos	13,2	12,3	13,8
35-64 anos	27,1	23,1	29,8
65 anos ou mais	20,9	18,4	22,5
Número médio anos de estudo (anos)			
Inativos com 15 anos ou mais	8,3	8,3	8,3
Inativos com 15-24 anos	9,9	9,6	10,3
Nível de instrução frequentada (%)			
Sem nível	17,3	10,5	21,9
Básico / Alfabetização	39,7	43,3	37,4
Secundário	35,2	38,3	33,1
Superior	7,8	7,9	7,6
Distribuição dos inativos, segundo a razão para a não procura de trabalho nas últimas 4 semanas anteriores ao Censo 2021 (%)			
Estudantes	26,0	30,7	22,9
Não há emprego	14,8	16,3	13,8
Invalidez, doença, acidente ou gravidez	14,4	14,0	14,7
Não tem idade	13,3	9,9	15,6
Responsabilidades pessoais e familiares	10,8	3,6	15,5
Reformado	8,7	11,8	6,7
Outras razões	10,7	12,2	9,7
NS/NR	1,2	1,5	1,0

Fonte: INE, Censo 2021

ÍNDICES

PREFÁCIO	4
SIGLAS E ABREVIATURAS	6
APRESENTAÇÃO DO PAÍS	8
O TERRITÓRIO DE CABO VERDE	9
RESUMO EXECUTIVO	10
INTRODUÇÃO	27
1 CONTEXTO	32
1.1 CONTEXTO POLÍTICO E LEGAL	32
1.1.1 Legislação, políticas ou instituições	32
1.1.2 Convenções da OIT ratificadas por Cabo Verde.....	46
1.2 CONTEXTO SOCIOECONÓMICO.....	47
2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	49
2.1 CONCEITOS E DEFINIÇÕES	51
2.1.1 Definição dos conceitos-chaves	51
2.2 PRINCIPAIS INDICADORES CHAVES DE ANÁLISE	56
2.3 LISTA DE INDICADORES DE ODS	60
2.4 VARIÁVEIS DE ANÁLISES	61
2.4.1 Variáveis principais.....	61
2.4.2 Variáveis de categorização	61
2.5 VERIFICAÇÃO E IMPUTAÇÃO DOS DADOS.....	62
3 ANÁLISE DA POPULAÇÃO EM IDADE DE TRABALHAR	63
3.1 VOLUME E REPARTIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO TOTAL E DA POPULAÇÃO COM 15 ANOS OU MAIS	63
3.2 CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO COM 15 ANOS OU MAIS	65
3.2.1 Grupo etário.....	65
3.2.2 Estado civil.....	66
3.2.3 Nível de instrução.....	69
3.3 SITUAÇÃO PERANTE A ATIVIDADE ECONÓMICA.....	70
4 ANÁLISE DA POPULAÇÃO ATIVA	71
4.1 VOLUME E CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO ATIVA 72	
4.2 TAXA DE ATIVIDADE.....	77
4.2.1 Taxa de atividade segundo as características demográficas	79
5 ANÁLISE DA POPULAÇÃO EMPREGADA/OCUPADA	82
5.1 VOLUME E REPARTIÇÃO ESPACIAL	82
5.2 TAXA DE EMPREGO	87
5.3 ESTRUTURA DOS EMPREGADOS	90
5.3.1 Situação Perante a Profissão / Para quem trabalha	90

5.3.2	Profissão	91
5.3.3	Ramo e Sector de Atividade	93
5.4	TÁBUA DA VIDA ATIVA	96
6	ANÁLISE DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA	99
6.1	VOLUME E REPARTIÇÃO ESPACIAL	99
6.2	TAXA DE DESEMPREGO	103
7	ANÁLISE DO PERFIL DA POPULAÇÃO EMPREGADA E DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA.....	109
7.1	PERFIL DOS EMPREGADOS E DOS DESEMPREGADOS	109
8	ANÁLISE DA POPULAÇÃO INATIVA.....	112
8.1	VOLUME E REPARTIÇÃO ESPACIAL	112
8.2	RAZÃO DE INATIVIDADE	116
8.3	TAXA DE DEPENDÊNCIA ECONÓMICA	118
8.4	TAXA DE INATIVIDADE	120
8.5	PERFIL DOS INATIVOS.....	124
9	PRINCIPAL MEIO DE VIDA DA POPULAÇÃO ATIVA E DA POPULAÇÃO INATIVA ..	127
9.1	POPULAÇÃO ATIVA	127
9.1.1	População empregada	127
9.1.2	População desempregada.....	131
9.2	POPULAÇÃO INATIVA.....	134
A	ANEXOS	138
A.1	NOMENCLATURAS (CGN, CNP E CAE)	138
	<u>CÓDIGO GEOGRÁFICO NACIONAL (CGN)</u>	138
	<u>CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS DE CABO VERDE (CAE-CV-REV1)</u>	139
	<u>CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DAS PROFISSÕES DE CABO VERDE (CNP CV-REV1)</u> ...	142
A.2	TABELAS COMPLEMENTARES DE MERCADO DE TRABALHO	144
	POPULAÇÃO RESIDENTE	144
	POPULAÇÃO COM 15 ANOS OU MAIS.....	147
	População Ativa	150
	População Empregada.....	153
	População Desempregada	156
	População Inativa.....	159
	BIBLIOGRAFIA.....	162

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição (%) da população com 15 anos ou mais segundo concelho. Cabo Verde 2021	65
Gráfico 2 – Pirâmide etária sobreposta da população com 15 anos ou mais por meio de residência. Cabo Verde, 2021	66
Gráfico 3 – Pirâmide etária sobreposta da população com 15 anos ou mais segundo estado civil e sexo por grupo etário. Cabo Verde, 2021	67
Gráfico 4 – Pirâmide etária da população com 15 anos ou mais segundo estado civil e sexo por grupo etário. Cabo Verde, 2021	68
Gráfico 5 – Distribuição da população com 15 anos ou mais segundo estado civil por concelho. Cabo Verde, 2021	69
Gráfico 6 – População com 15 anos ou mais, segundo a situação na atividade económica por ano censitário. Cabo Verde, 2010 e 2021	71
Gráfico 7 – Distribuição da população com 15 anos ou mais, ATIVA, segundo meio de residência e sexo por grupos etários. Cabo Verde, 2021	72
Gráfico 8 – Taxa de atividade da população com 15 anos ou mais, por meio de residência e sexo. Cabo Verde 2010 e 2021	77
Gráfico 9 – Taxa de atividade da população com 15 anos ou mais, por concelho. Cabo Verde, 2010 e 2021	78
Gráfico 10 – Taxa de atividade segundo sexo por grupo quinquenal. Cabo Verde, 2010 e 2021	80
Gráfico 11 – Pirâmide da população com 15 anos ou mais, EMPREGADA, segundo grupo etário por sexo. Cabo Verde, 2021	83
Gráfico 12 – Pirâmide da população com 15 anos ou mais, com emprego e sem emprego, segundo grupo etário por sexo. Cabo Verde, 2021	84
Gráfico 13 – Taxa de emprego/ocupação da população com 15 anos ou mais, por meio de residência e sexo. Cabo Verde, 2010 e 2021	87
Gráfico 14 – Taxa de entrada no mercado de trabalho (‰) segundo sexo por ano. Cabo Verde, 2010, 2020 e 2021	96
Gráfico 15 – Taxa de saída do mercado de trabalho (‰) segundo sexo por ano. Cabo Verde, 2010, 2020 e 2021	97
Gráfico 16 – Anos remanescentes na força de trabalho. Cabo Verde, 2020 e 2021	97

Gráfico 17 – Esperança de vida segundo a atividade económica por idade e sexo. Cabo Verde, 2020 e 2021	98
Gráfico 18 – Pirâmide da população com 15 anos ou mais, DESEMPREGADA, segundo grupo etário por sexo. Cabo Verde, 2021	101
Gráfico 19 – Taxa de desemprego da população com 15 anos ou mais, por meio de residência e sexo. Cabo Verde, 2010 e 2021	104
Gráfico 20 – Taxa de desemprego segundo sexo por grupo quinquenal. Cabo Verde, 2010 e 2021	106
Gráfico 21 – Pirâmide da população com 15 anos ou mais, INATIVA, segundo grupo etário por sexo. Cabo Verde, 2021	113
Gráfico 22 – Distribuição (%) da população com 15 anos ou mais, INATIVA, segundo razão de inatividade por grupo etário (15-24 e 25 ou mais). Cabo Verde 2021	116
Gráfico 23 – Taxa de inatividade da população com 15 anos ou mais, por meio de residência e sexo. Cabo Verde, 2010 e 2021	120
Gráfico 24 – Distribuição da população com 15 anos ou mais, empregada, segundo o principal meio de vida por grupos etários. Cabo Verde, 2021	129
Gráfico 25 – Distribuição da população com 15 anos ou mais, desempregada, segundo o principal meio de vida por grupos etários. Cabo Verde, 2021	133
Gráfico 26 – Distribuição da população com 15 anos ou mais, inativa, segundo o principal meio de vida por grupos etários. Cabo Verde, 2021	136

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resumo dos principais indicadores. Cabo Verde, 2021.....	13
Tabela 2 – Volume da população total e da população com 15 anos ou mais segundo sexo por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021	64
Tabela 3 – Distribuição da população com 15 anos ou mais segundo estado civil por meio de residência e sexo. Cabo Verde, 2021	67
Tabela 4 – Distribuição da população com 15 anos ou mais segundo nível de instrução por meio de residência e sexo. Cabo Verde, 2021	70
Tabela 5 – Distribuição (%) da população com 15 anos ou mais, ATIVA, segundo grupos etários por meio de residência e sexo. Cabo Verde, 2021	73
Tabela 6 – Estrutura da população com 15 anos ou mais, ATIVA, segundo estado civil por meio de residência e sexo. Cabo Verde, 2021	73
Tabela 7 – Estrutura da população com 15 anos ou mais, ATIVA, segundo estado civil por meio de residência e sexo. Cabo Verde, 2021	74
Tabela 8 – Distribuição (%) da população com 15 anos ou mais, ATIVA, segundo concelho por meio de residência e sexo. Cabo Verde 2021.....	75
Tabela 9 – Taxa de atividade da população com 15 anos ou mais, por grupo quinquenal. Cabo Verde, 2021	79
Tabela 10 – Taxa de atividade segundo meio de residência e sexo por estado civil e nível de instrução. Cabo Verde, 2010 e 2021	81
Tabela 11 – Distribuição da população com 15 anos ou mais, EMPREGADA, segundo sexo por meio de residência. Cabo Verde, 2021	82
Tabela 12 – Distribuição (%) da população com 15 anos ou mais, EMPREGADA, segundo grupo etário por meio de residência e sexo. Cabo Verde, 2021	83
Tabela 13 – Distribuição (%) da população com 15 anos ou mais, EMPREGADA, segundo meio de residência e sexo por concelho. Cabo Verde 2021	85
Tabela 14 – Taxa de emprego/ocupação da população com 15 anos ou mais, segundo meio de residência e sexo por grupos etários. Cabo Verde, 2021.....	88
Tabela 15 – Taxa de emprego/ocupação da população com 15 anos ou mais, segundo meio de residência e sexo por concelho. Cabo Verde, 2021	89

Tabela 16 – Distribuição (%) da população com 15 anos ou mais, EMPREGADA, segundo a situação perante a profissão por meio de residência e sexo. Cabo Verde, 2021	91
Tabela 17 – Distribuição (%) da população com 15 anos ou mais, EMPREGADA, segundo meio de residência e sexo por profissão. Cabo Verde, 2021	92
Tabela 18 – Distribuição (%) da população com 15 anos ou mais, EMPREGADA, segundo meio de residência e sexo por ramo de atividade económica. Cabo Verde, 2021	94
Tabela 19 – Distribuição (%) da população de 15 anos ou mais, EMPREGADA, segundo meio de residência e sexo por sector de atividade. Cabo Verde, 2021	95
Tabela 20 – Distribuição da população com 15 anos ou mais, DESEMPREGADA, segundo sexo por meio de residência. Cabo Verde, 2021	100
Tabela 21 – Distribuição (%) da população com 15 anos ou mais, DESEMPREGADA, segundo grupo etário por meio de residência e sexo. Cabo Verde, 2021	100
Tabela 22 – Distribuição (%) da população com 15 anos ou mais, DESEMPREGADA, segundo meio de residência e sexo por concelho. Cabo Verde 2021	102
Tabela 23 – Taxa de desemprego da população com 15 anos ou mais, segundo meio de residência e sexo por grupos etários. Cabo Verde, 2021.....	105
Tabela 24 – Taxa de desemprego da população com 15 anos ou mais, segundo meio de residência e sexo por concelho. Cabo Verde, 2021	107
Tabela 25 – Perfil da população empregada e da população desempregada segundo sexo. Cabo Verde, 2021	109
Tabela 26 – Distribuição da população com 15 anos ou mais, INATIVA, segundo sexo por meio de residência. Cabo Verde, 2021.....	112
Tabela 27 – Distribuição (%) da população com 15 anos ou mais, INATIVA, segundo grupos etários por meio de residência e sexo. Cabo Verde, 2021.....	113
Tabela 28 – Distribuição (%) da população com 15 anos ou mais, INATIVA, segundo meio de residência e sexo por concelho. Cabo Verde 2021	114
Tabela 29 – Distribuição (%) da população com 15 anos ou mais, INATIVA, segundo meio de residência e sexo por razão de inatividade. Cabo Verde 2021	117
Tabela 30 – Distribuição (%) da população com 15 anos ou mais, INATIVA, segundo a razão de inatividade por concelho. Cabo Verde 2021	118
Tabela 31 – Taxa de dependência económica segundo meio de residência e sexo por concelho. Cabo Verde, 2021.....	119

Tabela 32 – Taxa de inatividade da população com 15 anos ou mais, segundo meio de residência e sexo por grupos etários. Cabo Verde, 2021.....	121
Tabela 33 – Taxa de inatividade da população com 15 anos ou mais, segundo meio de residência e sexo por concelho. Cabo Verde, 2021	122
Tabela 34 – Perfil da população inativa por sexo. Cabo Verde, 2021	125
Tabela 35 – Distribuição da população com 15 anos ou mais, ativa, segundo o principal meio de vida por meio de residência e sexo. Cabo Verde, 2021	127
Tabela 36 – Distribuição da população com 15 anos ou mais, empregada, segundo o principal meio de vida por meio de residência e sexo. Cabo Verde, 2021	128
Tabela 37 – Distribuição da população com 15 anos ou mais, empregada, segundo o principal meio de vida por concelho. Cabo Verde, 2021	130
Tabela 38 – Distribuição da população com 15 anos ou mais, desempregada, segundo o principal meio de vida por meio de residência e sexo. Cabo Verde, 2021	132
Tabela 39 – Distribuição da população com 15 anos ou mais, desempregada, segundo o principal meio de vida por concelho. Cabo Verde, 2021	134
Tabela 40 – Distribuição da população com 15 anos ou mais, inativa, segundo o principal meio de vida por meio de residência e sexo. Cabo Verde, 2021	135
Tabela 41 – Distribuição da população com 15 anos ou mais, inativa, segundo o principal meio de vida por concelho. Cabo Verde, 2021	137

LISTA DE TABELAS EM ANEXO

Nomenclaturas

Tabela A.1. 1 – Nomenclatura Código Geográfico Nacional	138
Tabela A.1. 2 – Nomenclatura da Classificação das Atividades Económicas de Cabo Verde segundo sector de atividade	139
Tabela A.1. 3 – Nomenclatura da Classificação Nacional das Profissões de Cabo Verde	142

Tabelas complementares de mercado de trabalho

Tabela A.2. 1 – Efetivo da população residente, segundo meio de residência e sexo por concelho. Cabo Verde, 2021	144
Tabela A.2. 2 – Efetivo da população residente, segundo meio de residência e sexo por grupo etário. Cabo Verde, 2021	145
Tabela A.2. 3 – Efetivo da população residente, segundo sexo e grupo etário por concelho. Cabo Verde, 2021	146
Tabela A.2. 4 – Efetivo da população com 15 anos ou mais, segundo meio de residência e sexo por concelho. Cabo Verde, 2021	147
Tabela A.2. 5 – Efetivo da população com 15 anos ou mais, segundo meio de residência e sexo por grupo etário. Cabo Verde, 2021	148
Tabela A.2. 6 – Efetivo da população com 15 anos ou mais, segundo sexo e grupo etário por concelho. Cabo Verde, 2021	149
Tabela A.2. 7 – Efetivo da população com 15 anos ou mais, ATIVA, segundo meio de residência e sexo por concelho. Cabo Verde, 2021	150
Tabela A.2. 8 – Efetivo da população com 15 anos ou mais, ATIVA, segundo meio de residência e sexo por grupo etário. Cabo Verde, 2021	151
Tabela A.2. 9 – Efetivo da população com 15 anos ou mais, ATIVA, segundo sexo e grupo etário por concelho. Cabo Verde, 2021	152
Tabela A.2. 10 – Efetivo da população com 15 anos ou mais, EMPREGADA, segundo meio de residência e sexo por concelho. Cabo Verde, 2021	153
Tabela A.2. 11 – Efetivo da população com 15 anos ou mais, EMPREGADA, segundo meio de residência e sexo por grupo etário. Cabo Verde, 2021	154

Tabela A.2. 12 – Efetivo da população com 15 anos ou mais, EMPREGADA, segundo sexo e grupo etário por concelho. Cabo Verde, 2021	155
Tabela A.2. 13 – Efetivo da população com 15 anos ou mais, DESEMPREGADA, segundo meio de residência e sexo por concelho. Cabo Verde, 2021	156
Tabela A.2. 14 – Efetivo da população com 15 anos ou mais, DESEMPREGADA, segundo meio de residência e sexo por grupo etário. Cabo Verde, 2021	157
Tabela A.2. 15 – Efetivo da população com 15 anos ou mais, DESEMPREGADA, segundo sexo e grupo etário por concelho. Cabo Verde, 2021	158
Tabela A.2. 16 – Efetivo da população com 15 anos ou mais, INATIVA, segundo meio de residência e sexo por concelho. Cabo Verde, 2021	159
Tabela A.2. 17 – Efetivo da população com 15 anos ou mais, INATIVA, segundo meio de residência e sexo por grupo etário. Cabo Verde, 2021	160
Tabela A.2. 18 – Efetivo da população com 15 anos ou mais, INATIVA, segundo sexo e grupo etário por concelho. Cabo Verde, 2021	161

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organograma da situação perante a atividade económica.....	51
--	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Distribuição (efetivo) da população ativa com 15 anos ou mais por concelho. Cabo Verde, 2021	76
Mapa 2 – Taxa de atividade (%) da população com 15 anos ou mais por concelho. Cabo Verde, 2021	78
Mapa 3 – Distribuição (efetivo) da população empregada com 15 anos ou mais por concelho. Cabo Verde, 2021	86
Mapa 4 – Taxa de emprego (%) da população com 15 anos ou mais por concelho. Cabo Verde, 2021	90
Mapa 5 – Distribuição (efetivo) da população desempregada com 15 anos ou mais por concelho. Cabo Verde, 2021	103
Mapa 6 – Taxa de desemprego (%) da população com 15 anos ou mais por concelho. Cabo Verde, 2021	108

Mapa 7 – Distribuição (efetivo) da população inativa com 15 anos ou mais por concelho. Cabo Verde, 2021	115
Mapa 8 – Taxa de inatividade (%) da população com 15 anos ou mais por concelho. Cabo Verde, 2021	123

INTRODUÇÃO

Enquadramento

Para se ter uma economia forte, inclusiva, moderna e segura é preciso que haja políticas assertivas a fim de que as pessoas possam ter um trabalho digno, permitindo, assim, a redução das desigualdades e o aumento da resiliência. O direito ao trabalho encontra-se plasmado e salvaguardado na Constituição da República de Cabo Verde (2010), segundo reza o artigo abaixo:

1. O Artigo 61º (Direito ao trabalho) diz que todos os cidadãos têm o direito ao trabalho e que os poderes públicos têm a incumbência de promover as condições para o seu exercício efetivo.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (2017-2021) diz em essência: “para elevar a problemática do emprego e da formação profissional é necessário o envolvimento de todos os atores do setor público, privado e das ONG, para que se possa criar um ambiente favorável ao crescimento económico e alavancar as oportunidades de emprego digno”. Além disso, ao nível macroeconómico, é inegável que exista uma relação entre o crescimento económico e a composição da força de trabalho do país. Algumas pessoas pensam que o crescimento populacional constitui um obstáculo de monta ao crescimento económico e, portanto, ao desenvolvimento. Por esta razão, várias correntes de pensamento chocam-se sobre o signo da relação entre a população e a economia e, logo, o desenvolvimento.

A talho de foice, ocorre lembrar que o emprego digno permite o desenvolvimento e o crescimento económico sustentável e, do mesmo passo, aumenta as receitas fiscais dos governos, conseqüentemente, financia medidas sociais para proteger as pessoas que não conseguem encontrar um emprego ou que não podem trabalhar.

Sabido que o emprego digno e a formação profissional andam de mãos dadas, o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) tem sido a instituição responsável pela implementação de políticas que garantam a promoção de ações de formação profissional destinadas a responder às necessidades do mercado de trabalho, contribuindo, dessa forma, para a promoção do emprego digno.

O problema do emprego, mais particularmente, o que atinge os jovens, é um fenómeno muito preocupante em Cabo Verde, porque, de facto, uma população jovem, formada e desempregada ou subempregada, é, muitas vezes, considerada como uma "bomba-relógio" para o país, a explodir a qualquer hora.

Os sucessivos governos cabo-verdianos têm mostrado uma preocupação enorme para solucionar os problemas que afligem a sociedade, principalmente a população jovem no que tange ao emprego. Um dos objetivos do Programa do Governo da Xª legislatura é o de promover a dignidade da pessoa humana e uma das formas de o realizar é a de investir na criação do trabalho digno. A propósito, várias políticas de emprego têm sido implementadas pelo governo, através do PEDS, tendo em vista a criação do emprego, que, a acontecer, aumentará não só as oportunidades de trabalho digno, mas, também, um crescimento económico mais sustentável, mais inclusivo e, acima de tudo, com maior capacidade de redução da pobreza.

Faz-se mister recordar que está em curso a elaboração do documento “Estratégia Nacional para Promoção de Emprego 2021-2026,” que, também, faz parte do ciclo de planeamento 2022-2026, ou seja, o PEDS II. Visando melhorar as condições de acesso ao emprego e à empregabilidade, em Cabo Verde, o governo tem tido o apoio da Cooperação Luxemburguesa, entre outras instituições nacionais e internacionais.

A necessidade de se fazer uma avaliação correta da atividade económica vem crescendo à medida que o país caminha, estrategicamente, para uma economia sustentável de mercado e de livre concorrência, tendo como *trave-mestra* uma forte aposta na inserção na economia mundial.

As estatísticas económicas têm sido uma das mais desejadas pelos utilizadores, embora ainda as expectativas dos utilizadores não sejam as mesmas em relação às que são produzidas pelos órgãos do Sistema Estatístico Nacional (SEN).

Como é, por demais, consabido, a análise das variáveis da atividade económica é transversal, por conseguinte, não serão aprofundadas as referentes aos jovens e adolescentes, à população idosa e à população com deficiência. Serão, no entanto, feitas algumas referências, enquanto componentes da estrutura da população.

O Inquérito Multi-objetivo Contínuo (IMC) tem sido o inquérito responsável pela disponibilização de dados sobre o mercado de trabalho, no entanto, outras operações, como o Inquérito às Despesas e Receitas das Famílias (IDRF), o Inquérito Demográfico e Saúde Reprodutiva (IDSR) e o Inquérito às Empresas, têm contribuído para a produção de estatísticas sobre o mercado de trabalho e a atividade económica. A valorização de registos administrativos continua sendo um desafio a considerar.

Os objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável preveem até 2030:

- garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública (meta 5.5);
- até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente a todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor (meta 8.5);
- até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação (meta 8.6);
- promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos (meta 9.2).

Cabo Verde tem aderido aos vários compromissos internacionais relativos aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), através da Agenda 2030, e tem implementado, através do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS), estratégias de ação que visam melhorar as condições laborais da população empregada, reduzindo, por esta via, as desigualdades e as iniquidades.

O 5º Recenseamento Geral da População e Habitação oferece uma oportunidade para se atualizar e extrair o máximo de informações e dados sobre toda a população. Os dados, recolhidos neste quadro para a análise da situação económica, referem-se às atividades económicas desenvolvidas pela população. Assim, a ênfase foi colocada nas características dos empregados e dos desempregados de toda a população. Embora as variáveis relacionadas com a situação económica, no contexto do censo populacional de 2021, sejam poucas, mesmo assim ainda oferecem importantes ferramentas de tomada de decisões que permitam o desenvolvimento de melhores estratégias tendentes a combater, de modo muito eficaz, a pobreza e, em paralelo, ajudem a localizar áreas com alta capacidade produtiva e alta concentração de atividades económicas em Cabo Verde.

Objetivos e âmbito

O objetivo deste estudo é o de descrever o estado e a estrutura da população ativa e inativa em Cabo Verde, em 2021, fornecer informações sobre a evolução do emprego e, finalmente, obter dados atinentes à profissão, aos ramos e aos setores de atividade que predominem na economia cabo-verdiana a fim de tornar mais eficaz qualquer política pública e estratégia de desenvolvimento. As presentes metas estão perfeitamente alinhadas com os objetivos

do RGPH-2021, nomeadamente: (1) produzir informação sobre a dimensão total da população desagregada por meio de residência (urbano/rural) e concelho; (2) determinar as características demográficas, económicas e socioculturais da população e (3) atender às necessidades essenciais de informação dos utilizadores e permitir uma leitura prática dos resultados do RGPH-2021.

Para melhor analisar as características económicas da população de Cabo Verde, a presente análise buscou, em seus capítulos, categorizar a um tempo a população do país segundo três grupos, economicamente expressivos, e identificar o peso de cada um deles, a saber: a população empregada, os desempregados e a população inativa. A análise mais detalhada dessas categorias permitiu identificar melhor a força produtiva do país e as principais atividades que a ocupam. A análise visa conhecer melhor os perfis de cada um desses grupos em termos de sexo, distribuição espacial, nível de escolaridade e estrutura etária. Para facilitar a leitura do documento, assim como nas edições de censos anteriores, serão apresentados na metodologia os conceitos e as fórmulas, eventualmente aplicados, antes de se apresentar a situação quantificada.

Fonte de informação

Para este relatório foram utilizadas as seguintes fontes de informação:

- 1) Resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação relativo ao ano de 2021 (Censo 2021);
- 2) Resultados do Censo realizado, em 2010, para analisar a evolução da situação perante a atividade económica;

Estrutura do documento

Para atingir este objetivo, esta publicação de análise temática está estruturada em nove capítulos:

- 1) Descrição do contexto (político e legal, e socioeconómico);**
- 2) Considerações metodológicas;**
- 3) Análise da população em idade de trabalhar** – encontra-se dividida em três seções: (1) volume e repartição espacial da população total e da população com 15 anos ou mais; (2) características sociodemográficas da população com 15 anos ou mais; e (3) situação perante a atividade económica;
- 4) Análise da população ativa** – encontra-se dividida em duas seções: (1) volume e características sociodemográficas da população ativa e (2) taxa de atividade;

- 5) Análise da população empregada** – encontra-se dividida em quatro seções: (1) volume e repartição espacial; (2) taxa de emprego; (3) estruturas dos empregados; e (4) tábua da vida ativa;
- 6) Análise da população desempregada** – encontra-se dividida em duas seções: (1) volume e repartição espacial e (2) taxa de desemprego;
- 7) Análise do perfil da população empregada e da população desempregada** – encontra-se dividida em duas seções: (1) perfil dos empregados e dos desempregados;
- 8) Análise da população inativa** – encontra-se dividida em cinco seções: (1) volume e repartição espacial; (2) razão de inatividade; (3) taxa de dependência económica; (4) taxa de inatividade; e (5) perfil dos inativos;
- 9) Principal meio de vida da população ativa e da população inativa** – encontra-se dividida em duas seções: (1) população ativa e (2) população inativa;

Apresentar-se-ão, ainda, um resumo dos principais resultados do relatório, uma bibliografia, e, no anexo, serão mostradas algumas tabulações referentes à situação perante a atividade económica.

1 CONTEXTO

O Censo 2021 recolheu informações sobre a atividade económica da população com 10 anos ou mais, porém, para a análise deste tema analisar-se-á a população com 15 anos ou mais residente em Cabo Verde. A análise e a compreensão das informações sobre a atividade económica no censo serão feitas por meio da apresentação do contexto político e do aspeto metodológico do estudo.

1.1 CONTEXTO POLÍTICO E LEGAL

1.1.1 Legislação, políticas ou instituições

Compromisso com o pleno emprego

A Constituição da República de Cabo Verde garante o direito ao trabalho, através do art.º 61º: "Todos os cidadãos têm direito ao trabalho, incumbindo aos poderes públicos promover as condições para o seu exercício efetivo." Incluem-se, entre as tarefas do Estado, a de "Promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo cabo-verdiano, designadamente dos mais carenciados, e remover progressivamente os obstáculos de natureza económica, social, cultural e política que impedem a real igualdade de oportunidades entre os cidadãos, especialmente os fatores de discriminação da mulher na família e na sociedade".

O artigo 12º do Código Laboral refere que "Todos têm direito ao trabalho de acordo com as suas aptidões, formação e competências profissionais" e estabelece, igualmente, o princípio da igualdade, ou seja, o direito a não ser preterido, prejudicado ou de outro modo discriminado no acesso ao trabalho, na fixação das condições de trabalho, na remuneração do trabalho, na suspensão ou extinção da relação de trabalho ou em qualquer outra situação jurídica laboral em razão do sexo, cor da pele, origem social, religião, convicções políticas ou ideológicas, filiação sindical ou outro motivo discriminatório.

Subsídio de desemprego

A Constituição da República de Cabo Verde garante no seu artigo 71º que: "Todos têm direito à segurança social para sua proteção no desemprego, doença, invalidez, velhice, orfandade, viuvez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho".

O país aprovou, através do Decreto-Lei nº 15/2016, de 5 de março, o regime jurídico de atribuição do subsídio de desemprego. Configura, a todos os títulos, uma medida de grande alcance social, visto que reforça a proteção dos trabalhadores por conta de outrem, no

âmbito da proteção social do regime contributivo obrigatório. As Entidades Gestoras do subsídio de desemprego são o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS ()) e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Todavia, o diploma foi alterado pelo Decreto-Lei nº 23/2017, de 29 de maio, e pelo Decreto-Lei nº 37/2020, de 31 de março, que estabelece o regime excecional de atribuição do subsídio de desemprego.

Salário mínimo

A Constituição da República de Cabo Verde prevê, no artigo 62º, que o Estado deve criar as condições para o estabelecimento de um salário mínimo nacional. Em 2013, foi validado, em sede do Conselho de Concertação Social, o Estudo sobre o Salário Mínimo Nacional, estudo esse encomendado pelos parceiros sociais.

Assim, através do Decreto n.º 6/2014, de 29 de janeiro, o Governo aprovou o diploma que regula o salário mínimo para os trabalhadores, cujo montante foi estabelecido em 11.000ECV (99,7 €). Este valor foi depois aumentado em 2018 para 13.000ECV (117,8 €), pelo Decreto-Lei n.º 15/2018, de 19 de março.

Limitação do horário de trabalho

De acordo com a legislação laboral:

- A jornada de trabalho não pode ser superior a 8 horas diárias e 44 horas por semana;
- O período de trabalho diário deve ser interrompido por um intervalo de descanso, com a duração mínima de 1 hora, não devendo os trabalhadores prestar mais de que 5 horas consecutivas de trabalho;
- Entre uma jornada diária de trabalho e outra deve haver um período de descanso mínimo de 12 horas consecutivas;
- Por decisão unilateral, o empregador pode optar por uma jornada contínua de trabalho de 7 horas durante os meses de julho a setembro;
- Além disso, o trabalhador pode decidir manter o horário normal de trabalho, alargando o tempo de descanso entre os períodos de manhã e de tarde, mas, em tal caso, o período de tarde não pode ultrapassar as 19h30 de cada dia;
- O trabalho extraordinário não deve ser superior a 2 horas por dia, até ao máximo de 160 horas por ano;

- No caso de laboração por turno, as horas a prestar por trabalho extraordinário são de até 4 horas, quando sejam necessárias para substituir trabalhadores ausentes;
- No caso de laboração em regime noturno, a prestação das horas extraordinárias não deve exceder as 7 horas semanais;
- Com o consentimento por escrito do trabalhador, as horas não devem exceder 300 horas por ano;
- As mulheres grávidas e pessoas com crianças menores de 10 meses não são obrigadas a realizar trabalho extraordinário em dias de descanso ou feriados;
- O trabalhador pode recusar-se a realizar trabalho extraordinário quando: (i) frequenta um estágio ou formação; (ii) tem a seu cargo parente dependente, doente ou lactante; (iii) em caso de necessidade comprovada de acompanhar a esposa/convivente na gravidez;
- Por convenção coletiva pode ser acordado que a duração média semanal não pode ser superior a 48 horas semanais, apurado num período de referência até 4 meses, 6 meses ou 12 meses;
- Por convenção coletiva pode ser alargado até 4 horas o período diário e até 60 horas a duração semanal, sem exceder 50 horas em termos médios durante 2 meses;
- Por acordo entre o empregador e os trabalhadores, o período normal de trabalho pode ser definido em termos médios, tendo em conta um período de referência até 4 meses; o tempo de trabalho não pode ser superior a 48 horas;
- Por acordo entre o empregador e o trabalhador pode ser aumentado até 4 horas a duração diária, concentrando-se o período de trabalho semanal até 4 dias. Por convenção coletiva pode-se aumentar até 4 horas diárias, concentradas em 3 dias, seguidas de 2 dias de descanso.

Férias remuneradas

O Código Laboral Cabo-verdiano (CLC) estabelece que todos os trabalhadores têm direito a um período de 22 dias úteis de férias, remuneradas em cada ano civil; o período de férias compreende os dias da semana, com exclusão do feriado e dia de descanso semanal e complementar, e atendendo às necessárias correções devidas pelo desvio ao princípio de descanso dominical e trabalho por turno rotativo (número 1 do artigo 52º).

A regra do vencimento do direito no primeiro dia de cada ano civil conhece um desvio no que diz respeito às primeiras férias: em contratos com prazo inferior a um ano as férias vencem depois de decorrido metade do referido prazo; em caso de contrato a tempo

indeterminado e admissão no primeiro semestre, o trabalhador tem direito a 7 dias úteis a serem gozadas no referido ano ou poderá gozar férias ao fim de seis meses de serviço – artigos 52º e 53º.

Licença a maternidade

A proteção da maternidade encontra-se constitucionalmente garantida no número 3 do artigo 88º da Constituição da República de Cabo Verde (CRCV), que considera a mesma como um valor social eminente e prescreve uma "especial proteção durante a gravidez e após o parto", nos termos do número 4 do artigo 62º.

A licença de maternidade, prevista no artigo 271º do CLC, é uma, entre várias, das decorrências do direito à proteção da maternidade. Assim, estabelece que a trabalhadora tem direito a uma licença por maternidade de 60 dias (em caso de nascimentos múltiplos, o período de licença é acrescido de dez dias por cada gemelar, de acordo com artigo 17º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de março, nos termos do número 2 do artigo 2º do CLC que manda aplicar aquele diploma).

Em caso de risco clínico que imponha internamento hospitalar, o período de licença (normal) a gozar pode ser acrescido de um período de licença (especial) a gozar, sempre, naturalmente, antes do parto (artigo 273º).

O Código, também, prevê:

- a) um período de dispensa de 45 minutos em cada período de trabalho, durante os primeiros seis meses para amamentação;
- b) a exoneração da obrigação de prestação de trabalho extraordinário em dia de descanso semanal ou feriado por parte da mulher grávida (ou com filho com menos de 10 meses de idade) - número 4 do artigo 160º, conjugado com alínea b) do número 2 do artigo 270º, todos do CLC.
- c) presunção legal de despedimento sem justa causa no caso de mulheres grávidas, puérperas e lactantes;
- d) as trabalhadoras grávidas passam, obrigatoriamente, ao regime normal de trabalho diurno, 180 dias antes, a contar da data presumível do parto, permanecendo neste regime por um período não inferior a um ano após o parto, a não ser que o empregador labore exclusivamente em regime por turno ou noturno - o número 2 do artigo 162º do CLC.

À data da entrada em licença de maternidade, a trabalhadora recebe o salário completo por um período de 60 dias. A compensação é assegurada pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que é financiado pelas contribuições pagas pelo empregador e pelo

trabalhador. No caso de a gravidez resultar em nado-morto, o direito ao pagamento do subsídio de maternidade mantém-se pelo número de dias prescritos pelos serviços de saúde, o qual não deve exceder 60 dias.

Para além do subsídio de maternidade, a trabalhadora tem direito a um subsídio de aleitamento, por um período de 6 meses, a partir da data de nascimento do bebé.

O pai beneficia dos mesmos direitos por um período idêntico àquele atribuído à mãe ou o período restante, no caso de a mãe ter já beneficiado de uma parte, e nas condições seguintes: (i) incapacidade física ou psíquica da mãe; (ii) morte da mãe (artigo 271º do Código Laboral). O pai goza dos mesmos direitos no que respeita ao pagamento dos subsídios para permitir acompanhar o crescimento do bebé para período idêntico.

Evidência da implementação efetiva: A Direção-Geral do Trabalho e a Inspeção-Geral do Trabalho são os serviços responsáveis por garantir a proteção dos trabalhadores nesta matéria. O pagamento das prestações é assegurado, gerido e monitorizado pelo INPS.

Licença de paternidade

A lei contempla, também, casos de licença de paternidade, como licença sucedânea da licença de maternidade, ocorrendo alguns dos pressupostos previstos no número 2 do artigo 271º do CLC, ou seja, nos casos de incapacidade física ou psicológica ou morte da mãe (artigo 271º).

Por ocasião de nascimento do filho, o trabalhador/pai tem direito a duas faltas consecutivas.

Conciliação entre trabalho, vida familiar e vida privada

De acordo com o CLC, quando ambos os cônjuges ou pessoas que vivam em convivência análoga trabalharem em turnos rotativos para um mesmo empregador, este deve harmonizar os respetivos horários de turnos em concordância com os interesses do casal, nomeadamente, em atenção à necessidade de prestação de apoio familiar. No caso de trabalharem para diferentes entidades empregadoras, estas devem adotar mecanismos de concertação por forma a viabilizar o exercício do direito referido no número anterior. O trabalhador, que labore em regime de turnos, pode, em caso de separação conjugal e guarda de filhos, solicitar a saída deste regime de trabalho, aplicando-se-lhe as normas sobre a reconversão de trabalhadores.

Têm direito a requerer a prestação de trabalho a tempo parcial os trabalhadores em regime de contrato de trabalho a tempo inteiro que justifiquem a mudança de regime com fundamento em acompanhamento de filhos, adotando ou adotados a seu cargo de idade

inferior a 12 anos ou que sejam deficientes. Igual direito é reconhecido aos trabalhadores a tempo inteiro que o requeiram para acompanhamento de ascendente ou outra pessoa de família a seu cargo que, em virtude de doença ou idade, necessitem desse acompanhamento.

Formas de trabalho a abolir – trabalho infantil

A Constituição da República erige juridicamente a distinção entre o trabalho lícito da criança (o trabalho do menor) e o trabalho infantil, sempre ilícito. Com efeito, da leitura conjugada dos parágrafos 4 (“É proibido o trabalho infantil”) e 5 (“A lei define os casos e condições em que pode ser autorizado o trabalho de menores”) do artigo 74º, pode depreender-se a existência de uma diferença jurídica entre o trabalho de menores (ou da criança, se se quiser utilizar uma terminologia mais conforme à Convenção das Nações Unidas sobre Direitos da Criança) e o trabalho infantil.

Em termos gerais, o CLC estabelece que os menores não podem desempenhar atividades que não sejam conformes com o seu desenvolvimento físico e intelectual. Sempre que se levante alguma dúvida sobre as condições físicas ou psíquicas de um menor para a execução de qualquer tarefa, o mesmo poderá ser submetido a controlo médico, por iniciativa própria, do empregador, dos representantes legais ou de qualquer trabalhador da empresa.

Assim, impõe-se também que, antes do início de qualquer atividade, o empregador do menor deve comprovar que este possui robustez física necessária ao exercício da atividade profissional para que fora contratado e, durante a prestação do trabalho, o menor será submetido, regular e periodicamente, no mínimo uma vez por ano, à prova de robustez física e de saúde para o exercício da função. Salvo acordo em contrário, as despesas com os exames correrão por conta do empregador.

O CLC prevê que:

- ❖ o período normal de trabalho do menor não pode exceder 38 horas semanais e 7 diárias. Todavia, pode ser igual ao dos outros trabalhadores quando as tarefas exercidas sejam de simples presença, o trabalho seja acentuadamente intermitente ou para efeitos exclusivos da formação do menor. O descanso ininterrupto do menor não pode ser inferior a 12 horas diárias.
- ❖ os trabalhadores menores de 18 anos estão interditos de prestar trabalho noturno e por turnos, entre as 20 horas de um dia e as 7 horas do dia seguinte, a não ser que

o trabalho nesse regime seja indispensável para a sua formação profissional e seja autorizado pela Direção-Geral de Trabalho.

- ❖ No que toca ao trabalho extraordinário de menores com idade compreendida entre os 16 e os 18 anos só é consentido em caso de força maior, não podendo, porém, exceder duas horas por dia e trinta horas por ano.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado pela Lei nº 50/VIII/2013, de 26 de Dezembro (ECA), no seu artigo 61.º – Idade mínima de admissão ao trabalho – prevê que a idade mínima para trabalho remunerado do adolescente é fixado em quinze anos, podendo o Estado fixar outras idades mínimas, acima dos quinze anos, para outros trabalhos de carácter perigoso ou que estejam catalogados como sendo as piores formas do trabalho infantil, nomeadamente aqueles que possam interferir com a sua educação ou que sejam nocivos à sua saúde ou ao seu desenvolvimento físico, mental, moral e social. Sendo que, nos casos de infração à idade mínima de trabalho, os adolescentes têm direito a todos os benefícios e remunerações respeitantes ao trabalho e à relação laboral existente de facto.

A Lei nº 113/VIII/2016, de 10 de março, que aprova a Lista Nacional do Trabalho Infantil Perigoso e regula a sua aplicação, além de reforçar a proibição do trabalho infantil, no seu artigo 2º, veio a estipular que, tratando-se do Trabalho Infantil Perigoso ou de Piores Formas de Trabalho Infantil, aquela idade é elevada para dezasseis e dezoito anos respetivamente. Porém, o diploma reforça a proibição do trabalho infantil apenas se referindo às atividades constantes da Lista Nacional do Trabalho Infantil Perigoso (artigos 2º e 6º).

A Constituição da República de Cabo Verde, no seu artigo 74º "Direitos das Crianças", determina que a Lei pune particularmente, como crimes graves, o abuso, a exploração sexual, o tráfico de crianças e todos os atos suscetíveis de afetar seriamente o desenvolvimento físico e/ou psicológico das crianças.

O Instituto Cabo-verdiano para a Criança e o Adolescente (ICCA) tem a atribuição de garantir a aplicação da legislação e, se necessário, recorrer à intervenção judicial (art.º 3º, al. a), Decreto regulamentar nº 1/2000, de 27 de março.

Institucionalmente, a Inspeção-Geral do Trabalho (IGT) é o serviço central da administração do Estado que tem a atribuição de fiscalizar e garantir a aplicação das leis do trabalho e fazer cumprir as normas sobre as relações de trabalho, particularmente no que diz respeito ao trabalho infantil (Decreto – Lei n.º 55/2018, de 24 de outubro).

Formas de trabalho a abolir

De acordo com a Constituição de Cabo Verde, “todo o cidadão tem o direito de escolher livremente o seu ofício, trabalho ou profissão ou fazer a sua formação profissional, salvas as restrições legais impostas pelo interesse público ou inerentes à sua própria capacidade ou qualificação profissional. Não podendo nenhum cidadão ser obrigado a um trabalho determinado, salvo para cumprimento de um serviço público geral e igual para todos ou em virtude de decisão judicial, nos termos da Lei (artigo 42º).

Cabo Verde é membro do Protocolo Adicional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, particularmente as mulheres e as crianças, das Nações Unidas e da Convenção 29º e 105ª da OIT, com exceção do Protocolo de 2014, e da Convenção do Trabalho Forçado.

O CLC institui como um dos princípios fundamentais do direito laboral nacional a proibição do trabalho forçado, porquanto, “ninguém pode ser obrigado a executar trabalho forçado, entendendo-se como tal a obrigação imposta a uma pessoa de executar, sob a ameaça de qualquer castigo, trabalho ou serviço para o qual não se tenha oferecido de livre vontade. Não se incluindo na qualidade de trabalhos forçados os que resultem de condenações judiciais, bem como os trabalhos e serviços a favor da comunidade, exigidos a qualquer pessoa, em caso de guerra, desastres, incêndios, inundações, fome, tremor de terra, epidemias e epizootias violentas e, em todas as circunstâncias que ponham em perigo ou ameacem pôr em perigo a vida ou as condições normais de existência da totalidade ou parte da população (Artigos 12º a 14º).

O Código Penal de Cabo Verde (CP), no seu artigo 271º – escravidão – pune com pena de 6 a 12 anos quem reduzir outra pessoa ao estado ou condição de escravo, alienar, ceder ou adquirir outra pessoa ou dela se apossar com a intenção de a manter em situação de escravo. Ainda, o seu artigo 271º- A tipifica o tráfico de pessoas, punindo com pena de 4 a 10 anos, quem oferecer, entregar, aliciar, aceitar, transportar, alojar ou acolher pessoas para fins de exploração sexual, exploração do trabalho ou extração de órgãos por meio de violência, sequestro ou ameaça grave, através de ardil ou manobra fraudulenta, com abuso de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica, de trabalho ou familiar, aproveitando-se da incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima, ou mediante a obtenção de consentimento de pessoa que tem o controlo sobre a vítima.

Por outro lado, o 138º pune o sequestro com pena de prisão de 2 a 6 anos, pena que, em certas circunstâncias, poderá ir até os 16 anos e será agravada em um terço nos seus limites mínimos e máximos para quem, ilegítimamente, prender, detiver, mantiver presa ou detida

uma pessoa ou de qualquer forma a privar de liberdade menores de 14 anos ou pessoa particularmente vulnerável em função da idade.

Nesta esteira, o trabalho forçado, a par do tráfico de pessoas, é passível de punição como crime, e as pessoas singulares ou coletivas que forem identificadas como estando envolvidas em tais atividades, podem ser processadas e penalizadas com base no Código Penal vigente.

De referir que o CP, na redação dada pela Lei nº 117/IX/2021, de 11 de fevereiro, prevê a possibilidade de suspensão de execução de pena de prisão para condenados vulneráveis e condenados por crimes de violência baseada no género que aceitem sujeitar-se ao regime de prova ou prestar serviços a favor da comunidade, segundo o artigo 53º número 3. De igual modo, no seu artigo 71º, conjetura a substituição de penas de prisão e de multa por pena de prestação de serviços a favor da comunidade quando o agente consinta expressamente e manifesta o seu compromisso no cumprimento da pena substitutiva, o que será feito nos termos e condições constantes da lei. Porém, em caso de incumprimento, a pena substitutiva será revogada e determina-se o cumprimento da pena principal.

O Decreto-Legislativo n.º 2/2006, de 27 de novembro, que aprova o regime jurídico das medidas tutelares socioeducativas, aplicáveis a menores quando, tendo completado doze anos e antes de perfazerem dezasseis, sejam agentes de algum facto qualificado pela Lei como crime, prevê a prestação de serviços a favor da comunidade como uma das medidas a aplicar ao menor, sendo necessário o seu consentimento quando maior de catorze anos (artigos 4º e 9º).

O Código de Execução das Sanções Penais Condenatórias (CESPC), aprovado pelo Decreto-Legislativo nº 6/2018, de 31 de Outubro, nos seus artigos 138º e seguintes, regula a execução da pena de trabalho a favor da comunidade que poderá ser junto de instituições públicas ou privadas, contudo, não se pronunciando se se não é possível a prestação junto de entidades privadas com fins lucrativos, antes pelo contrário, o regime é relegado para legislação complementar (Portaria do membro do Governo responsável pela área da Justiça), tal como a lista das entidades públicas e privadas habilitadas a oferecer postos de trabalho para o efeito.

Assim, a Portaria nº 5/2009, de 16 de fevereiro, estabelece os procedimentos e regras técnicas destinados a facilitar e promover a organização das condições práticas de aplicação e execução da pena de prestação de trabalho a favor da comunidade.

Igualdade de oportunidade e de tratamento da relação de trabalho

A Constituição cabo-verdiana, no seu artigo 61º, é firme no sentido de que todos os trabalhadores têm direito a justa retribuição segundo a quantidade, natureza e qualidade do trabalho prestado e, que por igual trabalho, o homem e a mulher percebem igual retribuição.

O Código Laboral Cabo-verdiano consagrou, no capítulo dos direitos fundamentais, o princípio da igualdade na remuneração entre todos os trabalhadores (homens e mulheres) – artigos 15º e 16º. Ainda, proíbe o empregador de, no âmbito da relação laboral, proceder a qualquer ato discriminatório com base no sexo – artigo 48º.

O artigo 15º do CLC estatui o princípio fundamental do direito laboral, o da igualdade entre todos os trabalhadores, sendo nacionais ou não, e o artigo 48º o da não discriminação racial. O número 1 do artigo 15º estipula que a igualdade compreende o “direito a não ser preterido, prejudicado ou de outro modo discriminado no acesso ao trabalho, na fixação das condições de trabalho, na remuneração do trabalho, na suspensão ou extinção da relação de trabalho ou em qualquer outra situação jurídica laboral em razão do sexo, cor da pele, origem social, religião, convicções políticas ou ideológicas, filiação sindical ou outro motivo discriminatório”; o número 2 do mesmo artigo refere que “o trabalhador estrangeiro ou apátrida que esteja autorizado a exercer uma atividade profissional subordinada em território cabo-verdiano ou que, por qualquer modo, esteja sob a alçada da legislação laboral cabo-verdiana, goza dos mesmos direitos e que está sujeito aos mesmos deveres do trabalhador com nacionalidade cabo-verdiana”.

Igualmente, o artigo 48º refere, nos números 1 e 2, que “o empregador não pode adotar qualquer procedimento, medida ou critério, seja por si ou mediante instruções dadas a quem o representar ou atuar em seu nome, que subordinem a fatores de natureza racial a oferta de emprego, a cessação de contrato de trabalho ou a recusa de contratação e, bem assim, produzir ou difundir anúncios de ofertas de emprego, ou outras formas de publicidades ligadas à pré-seleção ou a recrutamento, que contenham, direta ou indiretamente, qualquer especificação ou preferência baseadas em fatores raciais” e que “o empregador não pode igualmente adotar, no âmbito da relação laboral, qualquer prática que discrimine um trabalhador ao seu serviço”.

No setor público existe uma igualdade salarial entre os funcionários e agentes na medida em que esta matéria é regulada pelo Plano de Cargos Carreiras e Salários (PCCS), aplicável a todos.

O cumprimento destas disposições e outras é fiscalizado pela Inspeção-Geral do Trabalho, IGT, serviço central da administração do Estado com atribuições definidas no seu estatuto,

e munido de autonomia técnica e independência, e necessários poderes de autoridade em toda a área do território nacional e em todos os ramos de atividade.

Além da administração do trabalho, existem outras entidades que garantem e contribuem para a proteção destes princípios:

- Comissão Nacional dos Direitos Humanos e Cidadania (CNDHC), instituída em 2004 e que tem como principal função a proteção, a promoção e o reforço dos Direitos Humanos, nos quais se incluem os princípios e direitos fundamentais no trabalho;

- Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade do Género (ICIEG), criado em 1994 como Instituto da Condição Feminina e, em 2006, passou a ser designado ICIEG (Decreto-Lei nº 39/2006, de 10 de julho), ocupa-se da integração e articulação horizontal das medidas setoriais do Governo relativas à política de igualdade de género.

Os tribunais são, em última instância, o órgão de defesa dos interesses dos trabalhadores, nos termos do direito constitucional.

Igualdade de remuneração entre homens e mulheres

O Código Laboral de Cabo Verde (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 5/2007, de 16 de Outubro), revisto pelo Decreto-Lei nº 5/2010, de 16 de Junho, e do Decreto-Lei nº 1/2016, de 4 de Fevereiro, confirmou, no capítulo dos direitos fundamentais, o princípio da igualdade de remuneração para todos os trabalhadores (homens e mulheres) – artigos 15º e 16º – obedecendo à disposição constitucional "para trabalho igual, homens e mulheres recebem remuneração igual" (número 2 do artigo 62º da Constituição da República de Cabo Verde, CRCV). Também proíbe qualquer empregador de, no âmbito da relação de trabalho, realizar qualquer ato de discriminação com base no género – artigo 48º do Código Laboral.

A legislação do trabalho considera retribuição a remuneração de base e todas as prestações feitas, direta ou indiretamente, em dinheiro ou em espécie, em compensação do trabalho efetuado pelo empregado – artigo 199º, *in fine*, do Código Laboral Cabo-verdiano.

Ao nível institucional, o Instituto Cabo-verdiano pela Igualdade e Equidade do Género (ICIEG) é a instituição governamental encarregada de promover as políticas para a igualdade de direitos entre homens e mulheres e a participação da mulher na vida político-social do país.

Enquanto órgão de reclamação, a Inspeção-Geral do Trabalho (IGT) é a instituição responsável por assegurar que as leis do trabalho sejam aplicadas e as normas sobre as relações de trabalho cumpridas (Decreto – Lei n.º 55/2018, de 24 de outubro).

Pensão de aposentação / velhice

A aposentação corresponde ao fim do exercício das funções de um empregado, o que lhe confere o privilégio de receber todos os meses, de forma vitalícia, uma pensão cujo montante depende da quotização à Função Pública ou ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Ela pode resultar das seguintes situações: (i) a pedido do interessado, quando se encontram reunidas todas as condições; (ii) por incapacidade; (iii) limite de idade; e (iv) pela aplicação da legislação.

Na realidade cabo-verdiana, a aposentação é baseada em dois tipos de regimes: a Função Pública e o INPS. O primeiro é regido pela Lei n.º 61/II/89, de 30 de dezembro, e o segundo pelo Decreto-Lei n.º 5/2004 de 16 de fevereiro. No INPS, a prestação social dos trabalhadores é regulamentada por 2 diplomas: o Decreto-Lei já citado, alterado pelo Decreto-Lei n.º 51/2005, de 25 de julho, e o Decreto-Lei n.º 50/2009, de 30 de novembro, que estipula as regras para os trabalhadores por conta própria ou por conta de outrem, e o Decreto-Lei n.º 48/2009, de 23 de novembro, para os trabalhadores independentes.

O Decreto-Lei n.º 5/2004, de 16 de fevereiro, especifica que as pensões de velhice (prestações de velhice) são concedidas aos homens a partir dos 65 anos de idade e às mulheres a partir dos 60 anos de idade (artigo 81.º).

Quanto aos funcionários públicos, é importante sublinhar que, no caso da pensão de aposentação (prestação de velhice), os que se regem pela Lei n.º 61/III/89 têm direito às prestações a partir dos 60 anos de idade se tiverem completado 34 anos de serviço. Também são concedidas a partir do momento em que o funcionário público tenha completado 10 anos de serviço e tenha atingido o limite de idade fixado por lei para o exercício de funções públicas, ou seja, 65 anos (artigo 5.º da Lei n.º 61/III/89 de 30 de dezembro e artigo 31.º da Lei n.º 102/IV/93).

No caso dos trabalhadores por conta de outrem, a lei n.º 131/V/2001, de 22 de janeiro, prevê que as prestações possam ser pecuniárias ou em espécie e devem ser adequadas à eventualidade de velhice, tendo em conta a situação dos beneficiários e suas famílias (artigos 17.º, 27.º). O montante das prestações deve também ter em conta os rendimentos, encargos familiares, idade, grau de incapacidade, períodos de atividade profissional e contributivos (artigo 30.º da Lei n.º 131/V/2001, de 22 de janeiro).

Nos casos de velhice, o Decreto-Lei n.º 5/2004, de 16 de fevereiro, prevê prestações pecuniárias concedidas e calculadas com base numa fórmula estabelecida pela legislação nacional (artigos 61.º, 62.º e 63.º). Importa sublinhar que a legislação nacional não prescreve um montante máximo para a prestação de velhice nem no que diz respeito ao ganho tido em conta no cálculo da prestação.

A fórmula prevê uma prestação cujo montante seja obtido adicionando 2% da remuneração de referência por cada ano civil (representado por "n"), compreendendo cento e vinte dias de inscrição no registo de remunerações. O salário de referência é calculado segundo a fórmula $R/120$ em que "R" representa o total das remunerações registadas durante os dez anos a que correspondam remunerações mais elevadas, compreendidas nos últimos quinze anos (artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 5/2004 de 16 de fevereiro). No entanto, a taxa de substituição não deve exceder 80% do salário de referência (artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 5/2004 de 16 de fevereiro).

De acordo com a lei, cabe ao Estado, através do INPS, gerir as pensões de aposentação.

O regime especial da Função Pública já foi integrado no INPS, ou seja, já não existe como entrada de novos segurados, contudo, ainda persiste para os trabalhadores que tenham entrado para a Administração Pública antes de 2006.

No que respeita às condições, de acordo com a lei, que se rege pelo artigo 81º do Decreto Legislativo n.º 5/2004, de 16 de fevereiro, revisto pelo Decreto-Lei nº 50/2009, de 30 de novembro, o homem deve ter completado 65 anos de idade e a mulher 60 anos para poderem aposentar-se, podendo ambos serem também beneficiados com a reforma antecipada. Para este efeito, devem ter pago contribuições durante 15 anos (seguidos ou não) ao INPS ou a outro sistema de segurança social.

Se o beneficiário tem uma única pensão, o montante não pode ser inferior ao valor mínimo estabelecido (Artigo 61º, n.º 3).

Incapacidade para o trabalho devido a doença/convalescença

A Lei de Bases, n.º 131/V/2001, de 22 de janeiro, e o Decreto-Lei, n.º 5/2004, de 16 de fevereiro, preveem que os trabalhadores por conta de outrem, ou seja, todos os assalariados, bem como as suas famílias, recebam subsídio de doença ao abrigo do sistema da proteção social obrigatória (artigo 27.º da Lei n.º 131/V/2001, de 22 de janeiro e 18.º do Decreto-Lei n.º 5/2004, de 16 de fevereiro). Em caso de doença, as prestações são garantidas: (1) aos beneficiários de prestações de velhice que exerçam uma atividade profissional remunerada; (2) aos segurados em regime de acompanhamento do filho internado com a idade até aos seis meses; e (3) aos segurados autorizados a acompanhar um familiar doente evacuado quando não haja outra pessoa em condições idênticas para fazer o acompanhamento (artigo 46.º (2) do Decreto-Lei n.º 5/2004, de 16 de fevereiro).

O Decreto-Lei n.º 5/2004, de 16 de fevereiro, define o risco coberto como a incapacidade temporária para o trabalho, resultante de doença natural ou direta para a qual é atribuído

um subsídio pecuniário de doença. O artigo 2.º do Decreto n.º 33/2011, de 3 de outubro, especifica que o termo "doença" é válido para toda a situação mórbida e evolutiva de que resulte incapacidade temporária para o trabalho, não decorrente de causa profissional, de acidente de viação, acidente de trabalho ou de ato de terceiros. Segundo esta mesma lei, nos casos em que a doença resulte de um ato de terceiro há lugar à concessão das prestações enquanto não for assumida a responsabilidade de quem deva pagar aquelas indemnizações (artigo 7.º). Neste caso, a entidade gestora terá direito a ser reembolsada pelo terceiro até ao valor das prestações (artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 5/2004, de 16 de fevereiro, e artigo 7.º do Decreto n.º 33/2011, de 3 de outubro). A prestação substitui o ganho resultante da incapacidade para o trabalho por motivo de doença.

O INPS é a instituição do Estado encarregado da gestão dessas contribuições. O financiamento é garantido pelo trabalhador e pela entidade empregadora.

Incapacidade para o trabalho devido a invalidez

A Lei de Bases, n.º 131/V/2001, de 22 de janeiro, e o Decreto-Lei, n.º 5/2004, de 16 de fevereiro, preveem que os trabalhadores por conta de outrem, ou seja, todos os assalariados, bem como as suas famílias, recebam prestações de invalidez ao abrigo do sistema de proteção social obrigatória (artigo 27.º da Lei n.º 131/V/2001, de 22 de janeiro e 18.º do Decreto-Lei, n.º 5/2004, de 16 de fevereiro).

O Decreto-Lei n.º 5/2004, de 16 de fevereiro, define o risco coberto como a incapacidade definitiva de o segurado exercer a sua atividade profissional por motivo de doença ou acidente sem responsabilidade de terceiros e que não resulte de um acidente de trabalho ou de doença profissional (artigo 69.º (1) (3)). No caso de invalidez, resultante de ato de terceiro, o segurado tem direito a uma pensão de invalidez (prestação de invalidez), mas apenas na parte que exceder o montante devido por terceiros (artigo 71.º (1) do Decreto-Lei n.º 5/2004, de 16 de fevereiro). Na ausência de pagamento pelo terceiro, a pensão de invalidez será paga integralmente e a entidade gestora dispõe do direito de regresso contra a pessoa responsável pelo reembolso do valor das prestações (artigo 71.º (2) do Decreto-Lei n.º 5/2004, de 16 de fevereiro).

À luz da Lei, existe incapacidade definitiva quando a incapacidade é igual ou superior a 66 % (artigo 69.º do Decreto-Lei n.º 5/2004, de 16 de fevereiro). A incapacidade considera-se também definitiva quando seja de presumir que, mesmo com tratamento adequado, o segurado não terá uma melhoria apreciável dentro dos três anos subsequentes (artigo 69.º (2) do Decreto-Lei n.º 5/2004 de 16 de fevereiro). Além disso, o segurado que continue impedido de trabalhar no final do período máximo de concessão do subsídio de doença, ou seja, mil e noventa e cinco dias, será automaticamente abrangido pelas prestações de

invalidez, sujeito à aprovação da Comissão de Verificação de Incapacidade (artigo 47.º e 70.º do Decreto-Lei n.º 5/2004, de 16 de fevereiro).

1.1.2 Convenções da OIT ratificadas por Cabo Verde

- ✓ Convenção n.º 17, relativa à Reparação dos Desastres no Trabalho, 1925;
- ✓ Convenção n.º 19, relativa à Igualdade de Tratamento entre Trabalhadores Estrangeiros e Nacionais em Matéria de Reparação de Acidentes de Trabalho, 1925;
- ✓ Convenções n.º 29 sobre o Trabalho Forçado (1930) e sobre a Abolição do Trabalho Forçado (1957) ratificadas por Cabo Verde;
- ✓ Convenção n.º 81 sobre a inspeção do trabalho, 1947;
- ✓ Convenção n.º 87 sobre a Liberdade Sindical e a Proteção do direito sindical, 1948;
- ✓ Convenção n.º 98 sobre o Direito de Organização e Negociação Coletiva, 1949;
- ✓ Convenção n.º 100 sobre a Igualdade de Remuneração, 1951;
- ✓ Convenção n.º 102 relativa à Segurança Social (norma mínima), de 1952, ratificada pelo Estado cabo-verdiano, através da Resolução n.º 130/IX/2019, de 15 de julho, nas partes III (subsídio de doença), V (prestações de velhice) e VII (prestações familiares);
- ✓ Convenção n.º 111 sobre a Discriminação em matéria de Emprego e Profissão, 1958;
- ✓ Convenção n.º 118 sobre a Igualdade de Tratamento dos Nacionais e Não-Nacionais em matéria de Previdência Social, 1962;
- ✓ Convenção n.º 129 sobre a Inspeção do Trabalho (Agricultura), 1969;
- ✓ Convenção n.º 138 sobre a Idade Mínima de Admissão ao Emprego, 1973;
- ✓ Convenção n.º 155 sobre a Segurança e a Saúde dos Trabalhadores, 1981;
- ✓ Convenção n.º 182 sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, 1999;
- ✓ Convenção n.º 144 da OIT sobre as consultas tripartidas ratificada, em 2000, que entrou em vigor em 2021;

1.2 CONTEXTO SOCIOECONÓMICO

Após o rompimento de um ciclo de baixo ritmo de crescimento económico entre 2011 e 2015, por conta do agravamento da situação da Zona Euro e da queda de confiança dos agentes económicos, acompanhado de taxas de inflação abaixo de 2%, Cabo Verde viu a sua economia crescer, principalmente a partir de 2016, registando valores acima de 4% anuais.

Em 2020, com o surgimento da pandemia da COVID-19 e com as sucessivas secas, a economia nacional sofreu uma recessão no PIB estimada na ordem de 14,8%, a taxa de desemprego atingiu 14,5%, as reservas internacionais equivaliam a 7,8 meses de importação, o saldo global fixou-se em -8,8% do PIB e a dívida pública em cerca de 154,9% do PIB (INE, 2020).

A pobreza e as desigualdades sociais têm afetado muito as condições de vida dos agregados familiares, devido aos sucessivos anos de seca e à recessão económica. No entanto, é importante realçar que, entre 2016 e 2019, importantes progressos foram registados, frutos do crescimento económico, de políticas ativas de emprego e de políticas de inclusão social. Em 2020, a pobreza extrema foi estimada em 13,1% com disparidades por meio de residência, grupo etário e situação perante a atividade económica. A pobreza extrema tem maior incidência no meio rural, 24,3%, contra 8,2% no meio urbano. Os agregados familiares, com pelo menos uma criança menor de 18 anos, igualmente estão mais propensos à pobreza, particularmente os agregados monoparentais com crianças (45,4%). Estima-se que 19,3% dos desempregados e 14,0% dos inativos vivem em pobreza extrema. Por grupo etário, estima-se que 20,5% das crianças, 0-14 anos, e 7,6% dos idosos, com 65 anos ou mais, vivem em agregados familiares em condição de extrema pobreza. Por sexo, a incidência da pobreza extrema não apresenta disparidades, sendo a incidência de 13% em ambos os sexos.

De realçar que o limiar da pobreza absoluta global nacional está fixado em 96 775 CVE (877,66 €), no meio urbano, e 85 194 CVE (772,63 €) no meio rural, *per capita* por ano.

Com um PIB *per capita*, em 2020, de 3.059 US\$, a economia de Cabo Verde é representada, principalmente, pelo setor terciário, atingindo cerca de 61,2% do PIB (real) e 66,1% do emprego, sendo o turismo o motor da economia, pois, as receitas dele provenientes atingiram, em 2019, quase 21,8% da riqueza nacional, mas caíram para 7,8%, em 2020, com a pandemia. Os setores terciário e secundário foram os setores atuantes que impulsionaram o crescimento do PIB em 2020 (INE, 2020).

A contribuição do Valor Acrescentado Bruto (VAB) de cada Ilha, na formação da economia, apresentou uma distribuição linear e desigual, nos últimos anos, com destaque para a Ilha

de Santiago, que representa 52% do PIB, seguindo-se São Vicente com 16% e o Sal com 12%. Tal fato retrata, a bem dizer, as desigualdades regionais que o país enfrenta.

A produtividade do trabalho no mesmo período, 2011-2020, tem vindo a oscilar entre períodos de crescimento e outros de declínio e tem vindo a acompanhar a evolução económica do país. Com efeito, regista-se um aumento da evolução da taxa de produtividade no período 2015-2018, com os anos de 2017 e de 2018 a registarem as maiores taxas de crescimento, 6,7 e 9,2, respetivamente. Em 2019, o crescimento foi de 0,1 e, em 2020, face ao impacto da pandemia, o crescimento foi negativo (-5,8%).

Para eliminar a pobreza extrema e reduzir a pobreza absoluta, o Governo de Cabo Verde tem um plano para atuar em diversas frentes com caráter de emergência social: rendimento; cuidados e proteção das crianças e adolescentes; educação; formação, empreendedorismo e inclusão produtiva; saúde; habitação; e segurança social.

2 CONSIDERAÇÕES METODÓLOGICAS

A análise do tema “Características Económicas”, no âmbito do Recenseamento Geral da População e Habitação, visa, essencialmente, medir a relação do indivíduo com a atividade económica, numa perspetiva de atividade atual na semana de referência (9 a 15 de junho de 2021).

Para esse efeito, tomar-se-ão em conta todas as pessoas de 15 anos ou mais residentes no País, mais concretamente, nos alojamentos familiares ou, ainda, nos alojamentos coletivos. A desagregação a ser considerada, para efeitos de análise, será o concelho, fazendo, igualmente, referência à desagregação Urbana/Rural. Toda a análise levará em conta a desagregação por sexo.

A relação do indivíduo com a atividade económica implica classificá-lo como ativo ou como inativo num determinado tempo. Nos casos em que o indivíduo pode ser considerado ativo, o critério de atividade económica predomina, SEMPRE, sobre o de inatividade. Nos casos de trabalhadores/estudantes ou reformados que trabalham, estes, pela aplicação daquele critério, são considerados ativos. Os desempregados, à procura do primeiro emprego, são considerados ativos pela aplicação do critério segundo o qual o desemprego predomina SEMPRE sobre a inatividade.

As “atividades domésticas”, exercidas no próprio lar e para o próprio agregado, traduzem um caráter inativo do indivíduo. No entanto, toda e qualquer atividade complementar, como fabricação de artesanato, costura, doces, etc., atividades geradoras de receitas e que contribuem para o rendimento ou para a satisfação de parte substancial das necessidades do agregado familiar, faz com que o indivíduo passe da situação de inatividade para a de atividade (empregado). Os trabalhadores familiares não remunerados, também, são considerados como ativos, independentemente do número de horas de trabalho semanal.

Os parâmetros considerados para a análise da atividade económica visam dois objetivos essenciais:

1. Garantir a comparabilidade com outras fontes anteriores;
2. Garantir a comparabilidade internacional.

Assim, para além dos grupos quinquenais, teve-se a preocupação de se considerar os seguintes grupos etários para o efeito de análise:

- 15-24;
- 25-34;
- 35-64;
- 65 anos ou +.

Mau grado as reservas da legislação cabo-verdiana referentes à idade mínima para a entrada no mercado de trabalho (15 anos²), as nossas análises serão feitas a partir de 15 anos, isto no sentido de não somente respeitar as recomendações da OIT, relativamente a esta matéria, mas, também, de permitir a comparabilidade internacional.

Toda a metodologia utilizada para o cálculo dos indicadores-chave do mercado de trabalho segue a metodologia recomendada da OIT e do relatório da 13^a Conferência Internacional das Estatísticas do Trabalho (CIST), realizada em outubro de 1982.

² Artigo 261º do Código Laboral Cabo-verdiano

2.1 CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Figura 1: Organograma da situação perante a atividade económica



Fonte: Adaptado dos dados recolhidos

2.1.1 Definição dos conceitos chaves

As questões sobre a atividade económica (PI42 a PI55) destinam-se apenas a pessoas com idade igual ou superior a 10 anos à data da recolha. A situação de emprego de uma pessoa refere-se à disponibilidade geral de trabalho remunerado ou não remunerado durante o período de referência (9 a 15 de junho de 2021). Para permitir uma melhor compreensão do conteúdo da análise sobre as características económicas da população, com base nos dados do RGPH-2021, é importante apresentar os principais conceitos que serão utilizados:

Atividades económicas

Trabalho realizado por uma pessoa com o objetivo de produzir ou participar na produção de bens e serviços económicos. A pessoa que exerce uma atividade económica recebe geralmente uma remuneração em dinheiro ou em géneros em troca da sua atividade.

População em idade ativa

População composta por todas as pessoas de ambos os sexos com 15 anos ou mais. Essa idade mínima foi definida para contabilizar a entrada precoce na atividade económica. No entanto, não foi definido um limite máximo de idade para a saída do mercado de trabalho,

para que se possa contabilizar também as pessoas que trabalham no ramo de agricultura, cuja idade de saída do trabalho é desconhecida.

População ativa (força de trabalho)

Todas as pessoas de ambos os sexos que fornecem mão de obra para a produção de bens e serviços durante um determinado período de referência.

A força de trabalho inclui população empregada e a desempregada. No contexto do RGPH-2021, trata-se da população ativa no momento, ou seja, todas as pessoas ativas no momento do RGPH-2021 (09 a 15 junho de 2021).

Empregado

É considerada empregada a pessoa de 15 anos ou mais de idade, que tenha exercido uma atividade económica de, pelo menos, 1 hora, na semana de referência (09 a 15 junho de 2021), mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro, em bens ou em géneros.

Além de empregados assalariados e autónomos (conta própria), incluem-se neste conceito ainda os trabalhadores familiares e estagiários remunerados ou não remunerados.

Nota: uma pessoa em licença é considerada empregada. Os estagiários estão “empregados”.

Desempregado

É considerada desempregada a pessoa de 15 anos ou mais que, durante o período de referência, esteja simultaneamente nas 3 seguintes condições:

- 1) Não ter trabalhado, pelo menos, **1 hora na semana de referência** e não ter um trabalho de que esteve ausente no mesmo período de referência e;
- 2) Ter procurado ativamente um emprego nas últimas 4 semanas que precederam o recenseamento e;
- 3) Estar disponível para trabalhar na semana que precedeu o recenseamento ou nas duas semanas seguintes.

Integram, ainda, o efetivo dos desempregados, os indivíduos que, embora não obedeçam os dois primeiros critérios, não procuraram trabalho, pelo motivo seguinte: “início brevemente de um trabalho”.

População inativa

A população inativa é o conjunto da população com 15 anos ou mais que, no período de referência, não podia ser considerada economicamente ativa, isto é, não estava empregada, nem desempregada, ou seja, não estava disponível para trabalhar.

Procurando um primeiro emprego

Qualquer pessoa que nunca trabalhou e está procurando ativamente o seu primeiro emprego durante o período de referência (19 de maio a 15 de junho de 2021).

Profissão

É o ofício, ou a modalidade de trabalho, remunerado ou não, a que corresponde um determinado título ou designação profissional, constituído por um conjunto de tarefas que concorrem para a mesma finalidade e que pressupõe conhecimentos semelhantes.

Os indivíduos que exerceram mais do que uma profissão e que indicaram apenas a profissão principal, isto é, aquela que lhes ocupou mais tempo. Se, na semana em referência, o indivíduo exerceu uma profissão diferente daquela que desempenhava, habitualmente, indicou a profissão habitual.

Ramo de atividade económica

É o tipo de produção ou a atividade económica desenvolvida pelo estabelecimento ou unidade similar, onde o indivíduo exerceu a sua profissão ou a profissão principal, na semana de 09 a 15 de junho, ou, caso não tenha trabalhado, na última vez que trabalhou. Se o indivíduo exerceu a profissão por conta própria e sem uma estrutura equivalente a um estabelecimento localizado, considerou-se a atividade económica para a qual concorre diretamente.

Situação na profissão

Refere-se sempre à profissão principal desempenhada pelo indivíduo empregado no caso de este ter mais de uma profissão.

Inclui as seguintes componentes:

- a) Trabalhador da Administração Pública** - Trabalha por conta do Estado, isto é, num serviço ligado à Administração Central ou à Administração Local, em troca do qual recebe uma remuneração;

- b) Trabalhador do setor empresarial privado** - Trabalha por conta de uma empresa de capitais maioritariamente privados, nacionais ou estrangeiros, mediante uma remuneração;
- c) Trabalhador de empresa pública** - Trabalha por conta de uma empresa de capitais maioritariamente públicos, mediante uma remuneração;
- d) Trabalhador por conta própria sem pessoal ao serviço** - Se trabalha por sua conta ou em associação e não tinha habitualmente trabalhadores remunerados, mas podendo ter a ajuda de trabalhadores familiares não remunerados.
- e) Trabalhador por conta própria com pessoal ao serviço (Patrão/Empregador)** – é a pessoa que exerce uma atividade independente, com ou sem associados, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais), provenientes de bens ou serviços produzidos e que, a esse título, emprega habitualmente um ou vários trabalhadores por conta de outrem para trabalhar na sua empresa;
- f) Trabalhador familiar sem remuneração** - é a pessoa que, na semana de referência, trabalhou pelo menos 1 hora por conta de um familiar, membro do agregado, sem remuneração regular, não sendo seu associado, nem estando vinculado por um contrato de trabalho;
- Incluem-se, também, nesta categoria as pessoas que habitualmente trabalham por conta de um familiar sem remuneração, mas que, na semana de referência, não o fizeram por motivos passageiros, tais como: férias, acidente de trabalho, causas técnicas, etc.
- g) Trabalhador em casa de família (trabalhador doméstico)** - é a pessoa que trabalhou para um agregado familiar;
- h) Trabalhador numa cooperativa de produtores** - são os indivíduos que tenham trabalhado, pelo menos uma hora, numa cooperativa de produtores;
- i) Trabalhador em Organizações Internacionais** - é a pessoa que trabalhou para Organizações Internacionais;
- j) ONG** - é a pessoa que trabalhou para uma Organização Não-Governamental;
- k) Outra situação.**

Setor de atividade económica - É uma variável derivada, não sendo, por isso, objeto de recolha direta. É a agregação dos ramos de atividade económica por forma que seja possível caracterizar a atividade económica de maneira mais sintética, adotando critérios de homogeneidade habitualmente apresentados da seguinte forma:

- a) **Setor Primário** - Consiste na agregação das secções da CAE-CV, referentes à Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Pesca e Indústrias Extrativas, isto é, o somatório das secções A, B e C;
- b) **Setor Secundário** - É constituído pelas secções D, E e F da CAE-CV, isto é, Indústria Transformadora, Produção e Distribuição de Água e Eletricidade e Construção;
- c) **Sector Terciário** - Constituído pelo conjunto dos serviços, isto é, a agregação das Secções G a U.

Deficiência

Uma pessoa é considerada **pessoa com deficiência** caso tenha respondido a modalidade “muita dificuldade” ou “não consegue de modo algum” em todos os seis domínios funcionais básicos.

A **pessoa sem deficiência** é aquela que tenha respondido "não tem dificuldade" ou "tem pelo menos alguma dificuldade" em todos os seis domínios funcionais básicos.

Incapacidade

É definida como o resultado da interação entre uma pessoa com uma limitação funcional e um ambiente não adaptado. Assim, uma pessoa é considerada incapacitada quando tem algumas limitações ou dificuldades que a condicionam na atividade da vida diária e na participação social.

A incapacidade é observada em 6 domínios distintos (visão, audição, mobilidade, cognição, autocuidado e comunicação), através da avaliação do grau de dificuldade que a pessoa sente diariamente na realização de determinadas atividades.

A variável foi observada de acordo com as seguintes modalidades:

- Não tem dificuldade;
- Tem alguma dificuldade;
- Tem muita dificuldade;
- Não consegue de modo algum.

2.2 PRINCIPAIS INDICADORES-CHAVE DE ANÁLISE

Taxa de atividade

É a relação entre a população de empregados e de desempregados e a população em idade de trabalhar (15 anos ou mais). A taxa de atividade indica para um determinado país o nível geral de participação da população em idade ativa no mercado do trabalho e da importância relativa de mão de obra disponível para a produção de bens e serviços na economia.

A fórmula de cálculo é a seguinte:

$$\text{Taxa de atividade (\%)} = \frac{\text{População ativa com 15 anos ou mais}}{\text{Total da população com 15 anos ou mais}} \times 100$$

Taxa de emprego (rácio emprego/população)

Representa a relação entre a população empregada e a população em idade de trabalhar (15 anos ou mais). É a capacidade da economia para criar empregos.

A fórmula de cálculo é a seguinte:

$$\text{Taxa de emprego (\%)} = \frac{\text{População empregada com 15 anos ou mais}}{\text{Total da população com 15 anos ou mais}} \times 100$$

Taxa de desemprego

É o número total de desempregados em relação à população ativa correspondente (soma de empregados e desempregados). Os desempregados refletem o grau de incapacidade da economia para dar emprego à sua mão de obra. Incluem todas as pessoas que, mesmo sem um trabalho, ainda estão disponíveis e à procura de trabalho.

A fórmula de cálculo é a seguinte:

$$\text{Taxa de desemprego (\%)} = \frac{\text{População desempregada com 15 anos ou mais}}{\text{População ativa com 15 anos ou mais}} \times 100$$

Taxa de inatividade

A taxa de inatividade é a percentagem da população que não faz parte da mão de obra. A população inativa é uma categoria residual de pessoas que não têm um emprego ou que estão no desemprego. Inclui todas as pessoas que, por causa de uma incapacidade física, não são capazes de trabalhar e todos aqueles que, por razões pessoais, como de estudo, responsabilidades familiares ou de idade, não podem trabalhar.

A fórmula de cálculo é a seguinte:

$$\text{Taxa de inatividade (\%)} = \frac{\text{População inativa com 15 anos ou mais}}{\text{Total da população com 15 anos ou mais}} \times 100$$

OUTRAS INFORMAÇÕES

Taxa de dependência económica (TDE)

É o rácio da população inativa em idade de trabalhar, população com menos de 15 anos e mais de 64 anos e os desempregados ou inativos de 15-64 anos sobre a população empregada de 15-64 anos. Este indicador será desagregado por sexo, meio de residência, concelho e grupo etário para evidenciar quaisquer características específicas das categorias populacionais.

$$\text{TDE (\%)} = \frac{\text{Pop. inativa} + \text{Pop. desempregada} + (\text{População} < 15 \text{ anos e } > 64 \text{ anos})}{\text{Pop. empregada}} \times 100$$

Tábua da vida ativa

A “Tábua de vida” é definida como tabelas que mostram a esperança de vida dos indivíduos com base na sua probabilidade de morrer. De acordo com as tabelas de vida, podemos estimar até que idade cada grupo etário pode viver, assumindo que a esperança de vida atual de cada grupo etário permanecerá a mesma no futuro. Também podemos estimar a esperança de vida útil usando essas tabelas.

As tábuas de vida ativa mostram a probabilidade de entrada e saída do mercado de trabalho de cada grupo etário, utilizando o mesmo conceito das tábuas de vida. A idade de reforma dos idosos está a ser adiada devido à maior esperança de vida e à formação tardia e casamento dos filhos. Fazemos uma suposição muito importante de que “a aposentadoria dos idosos está sendo adiada” em comparação com as gerações passadas. Fornecerá implicações muito importantes na estimativa da oferta de trabalho e na formulação de políticas de mercado de trabalho para estimar corretamente a idade final de aposentadoria das pessoas no país.

Schoen e Woodrow (1980) apontam o limite das tábuas de vida ativa existentes e sugerem uma nova tábua de vida ativa que é aplicada pelo modelo de incremento-decremento, considerando tanto o aumento quanto a diminuição da mortalidade e do emprego.

Com base no método de Wolfbein & Wool, esta pesquisa vai criar tabelas de vida profissional de 2020. Especialmente, estimamos a esperança de vida ativa e a idade esperada de aposentadoria. Para fazer a tábua de vida ativa precisamos da população estacionária/fixa, do número de sobreviventes e das taxas de emprego por grupo etário. A população estacionária e o número de sobreviventes são calculados simplesmente, usando tabelas de vida e podemos obter as taxas de emprego a partir de inquéritos sobre o mercado de trabalho.

Para fazer a tábua de vida ativa, precisamos primeiro entender como fazer a tábua de vida. “ ndx ” é o número de mortes da idade “ x ” até a idade “ $x + n$ ” e isso é igual ao número de sobreviventes da idade $x(l_x)$ multiplicado pela taxa de mortalidade da mesma idade (nqx).

$$ndx = l_x - l_{x+n} = l_x \times nqx$$

“ nqx ” é a probabilidade de que pessoas de idade x morram antes da idade $n + x$ e isso é igual ao número de mortes dividido pelo número de sobreviventes.

$$nqx = \frac{ndx}{l_x} = \frac{l_x - l_{x+n}}{l_x}$$

O número de sobreviventes (l_x) é

$$l_x = \frac{ndx}{nqx}$$

O número de sobreviventes (l_x) é a população estacionária/fixa, (nLx) é a soma do número de anos de pessoas que se espera que sobrevivam da idade x até a idade $x + n$ e que é igual ao número médio de sobreviventes de idade x e idade $x + n$ multiplicado pela faixa etária n

$$nLx = n \times \left(\frac{l_x + l_{x+n}}{2} \right)$$

A soma total da população estacionária, após a sua faixa etária T_x , é a soma dos anos que se espera que as pessoas de certa idade vivam antes de morrer.

$$T_x = \sum_x^{\infty} nLx$$

As tábuas de vida ativa são feitas usando os números acima mencionados e o resultado da pesquisa sobre a população economicamente ativa.

“A probabilidade de emprego da idade (nW_x)” é o número total de pessoas empregadas dividido pela população total da faixa etária. 'Força de trabalho estacionária (nL_{wx})' é a 'população estacionária (nL_x)' multiplicado pela 'probabilidade de emprego da idade (nW_x)'.

$$nL_{wx} = nL_x \times nW_x$$

“A soma total da população estacionária de trabalho, após o seu grupo etário (T_{wx})”, é calculada pela soma da força de trabalho estacionária (nL_{wx}) de pessoas com a idade x e acima.

$$T_{wx} = \sum_x^{\infty} nL_{wx}$$

Então, a esperança de vida ativa (e_{wx}^0) é calculada como T_{wx} dividida pelo número de sobreviventes (l_x)

Esperança de vida: $e_x^0 = \frac{T_x}{l_x}$

Esperança de vida de trabalho: $e_{wx}^0 = \frac{T_{wx}}{l_x}$

2.3 LISTA DE INDICADORES DE ODS

Taxa de desemprego – (ODS 8.5.2)

Este indicador refere-se às pessoas que estão desempregadas, disponíveis para o trabalho e ativamente à procura de trabalho.

A fórmula de cálculo é a seguinte:

$$ODS 8.5.2 (\%) = \frac{População\ desempregada}{População\ ativa} \times 100$$

Proporção de Mulheres a exercer profissões em cargos de direção – ODS 5.5.2

Este indicador refere-se à percentagem de mulheres que exerceram profissões em cargos de direção.

A fórmula de cálculo é a seguinte:

$$ODS 5.5.2 (\%) = \frac{Mulheres\ empregadas\ na\ categoria\ 11 + 12 + 13\ do\ CNP}{População\ empregada\ na\ categoria\ 11 + 12 + 13\ do\ CNP} \times 100$$

Proporção de jovens 15-24 anos sem emprego e fora do sistema educativo e de formação – ODS 8.6.1

Este indicador diz respeito à percentagem de jovens de 15-24 anos que não trabalham e que estão fora do sistema educativo e de formação.

A fórmula de cálculo é a seguinte:

$$ODS 8.6.1 (\%) = \frac{População\ jovem\ emprego\ e\ fora\ de\ sistema\ educativo\ e\ de\ formação}{População\ jovem} \times 100$$

Proporção de empregados na indústria transformadora – ODS 9.2.2

Este indicador diz respeito à percentagem de empregados que trabalham na indústria transformadora.

A fórmula de cálculo é a seguinte:

$$ODS 9.2.2 (\%) = \frac{População\ empregada\ na\ indústria\ transformadora}{População\ empregada} \times 100$$

2.4 VARIÁVEIS DE ANÁLISES

2.4.1 Variáveis principais

- População empregada;
- População desempregada;
- População inativa;
- Profissão da atividade principal;
- Ramo de atividade;
- Setor de atividade.

2.4.2 Variáveis de categorização

- Meio de residência;
- Concelho;
- Sexo;
- Idade;
- Nível de instrução;
- Frequência escolar;
- Estado civil;
- Principal meio de vida;
- Situação perante a profissão;
- Estatuto de incapacidade/deficiência.

2.5 VERIFICAÇÃO E IMPUTAÇÃO DOS DADOS

Como é de resto sabido, nenhum dado de recenseamento ou inquérito é perfeito. Para se obter resultados mais precisos, a partir das informações recolhidas no terreno, os dados devem estar, na medida do possível, livres de erros, inconsistências e omissões, especialmente após a etapa do seu processamento dos dados (De Waal *et al.*, 2011).

Nesse sentido, as recomendações internacionais e as boas práticas, conhecidas em diversos países reconhecem que os dados dos censos e inquéritos têm, amiúdes vezes, problemas e, para os corrigir, adotam abordagens para lidar com lacunas e respostas inconsistentes que possam ter. Esses ajustes nos dados brutos são feitos nas etapas de verificação e de imputação. O processo de verificação serve primeiro para identificar e localizar erros nos dados e a imputação vale-se da aplicação de métodos e estratégias que resolvem ou "limpam" os erros previamente identificados, além de gerar informações consistentes com os dados omissos (De Waal *et al.*, 2011).

No processo de análise dos dados do V Recenseamento Geral de População e Habitação 2021 (RGPH-2021) foram realizadas verificações e imputações, auxiliando o processo de produção de dados mais consistentes e fidedignos. Na etapa de verificação, foram detetadas inconsistência entre as informações coletadas, como a incompatibilidade entre sexo, idade e as demais variáveis recolhidas no RGPH-2021.

Num segundo momento, variáveis inconsistentes e incompletas foram imputadas, sendo-lhes atribuídos valores plausíveis e internamente coerentes.

Finalmente, para os alojamentos e agregados, onde foram identificados moradores, mas que não foi possível, por alguma razão, realizar todas as entrevistas, foi feita a imputação das pessoas que neles viviam na data do censo, bem como das suas características.

A técnica utilizada para a imputação dos dados do RGPH-2021 é baseada no procedimento denominado *hot-deck*, que preenche os valores ausentes a partir de um registo similar, selecionado aleatoriamente. A ideia geral do método é a de substituir os valores ausentes de uma ou mais variável de determinado alojamento, agregado ou indivíduo por valores observados de um "doador" que é semelhante ao não respondente segundo algumas características selecionadas.

As imputações foram necessárias numa proporção muito baixa de alojamentos, agregados e indivíduos, não afetando, portanto, os principais resultados do Censo. Além das imputações em valores ausentes e inconsistentes em diversas variáveis, foram imputados também registos completos de 1.151 agregados e 6.562 indivíduos sem entrevistas, correspondendo a 0,8% e 1,3% dos agregados e pessoas na base, respetivamente.

3 ANÁLISE DA POPULAÇÃO EM IDADE DE TRABALHAR

O objetivo deste capítulo é o de fornecer uma visão geral desta subpopulação. Trata-se de apresentar a sua estrutura, destacando a distribuição espacial e as diferenças entre os meios de residência, mas também de fazer uma descrição geral, segundo algumas características sociodemográficas (nível de educação e estado civil).

3.1 VOLUME E REPARTIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO TOTAL E DA POPULAÇÃO COM 15 ANOS OU MAIS

O V Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH-2021) regista um total de 491.233 pessoas residentes, sendo 352.494 pessoas em idade para desempenhar uma atividade económica, as quais constituem a população que representa a força do trabalho do país (população com 15 anos ou mais). Estes representam 71,8% da população total.

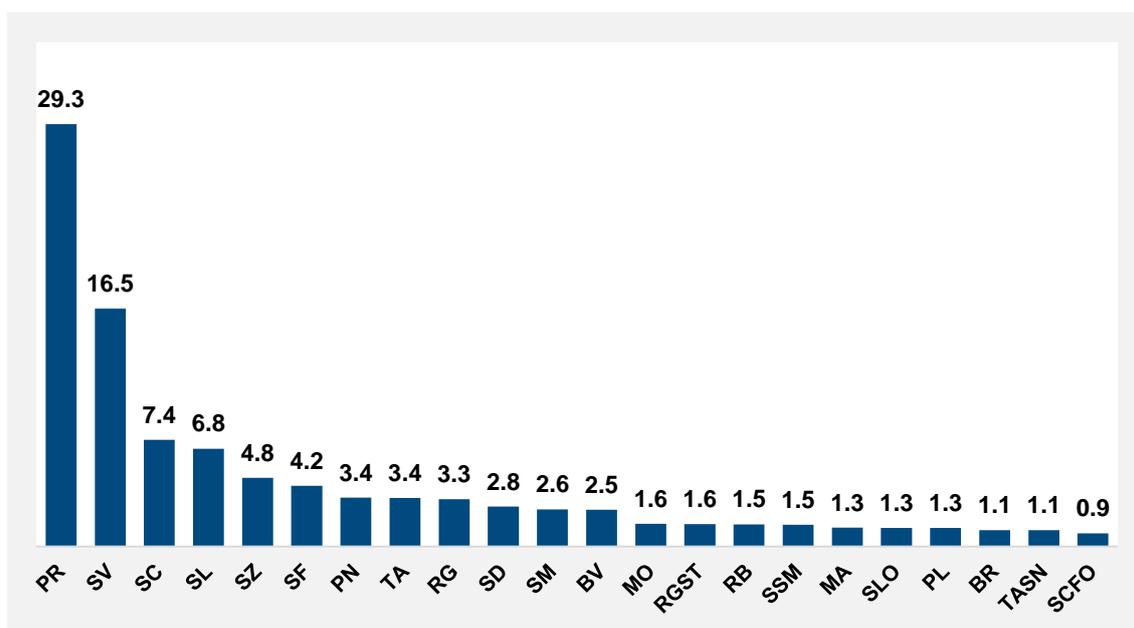
A Tabela 2 mostra que a população total é, maioritariamente, do sexo masculino, porém, a com 15 anos ou mais revela o contrário, ou seja, é, maioritariamente, do sexo feminino (176.584 contra 175.910 do sexo masculino). A grande maioria da população com 15 anos ou mais vive no meio urbano com um total de 261.813 indivíduos (ou seja, 74,3%) contra 90.681 do rural. Verifica-se, também, que a distribuição da população com 15 anos ou mais do sexo feminino é superior à dos homens nos seguintes concelhos: Maio, em todos os concelhos da ilha de Santiago, Mosteiros e São Filipe.

A população com 15 anos ou mais concentra-se, principalmente, nos concelhos da Praia, São Vicente, Santa Catarina e Sal, representando, respetivamente, 29,3%, 16,5%, 7,4% e 6,8% do total. Com uma proporção de 0,9%, o concelho de Santa Catarina do Fogo é a menos representada (Gráfico 1).

Tabela 2 – Volume da população total e da população com 15 anos ou mais segundo sexo por meio de residência e concelho. Cabo Verde, 2021

Meio de residência / concelho	População total			População com 15 anos ou mais		
	Ambos os sexos	Masculino	Feminino	Ambos os sexos	Masculino	Feminino
Cabo Verde	491 233	246 363	244 870	352 494	175 910	176 584
Meio de residência						
Urbano	364 106	181 384	182 722	261 813	129 361	132 452
Rural	127 127	64 979	62 148	90 681	46 549	44 132
Concelhos						
Ribeira Grande	15 128	8 066	7 062	11 554	6 269	5 285
Paul	5 770	3 178	2 592	4 484	2 524	1 960
Porto Novo	16 052	8 419	7 633	11 902	6 360	5 542
São Vicente	75 845	38 472	37 373	58 126	29 455	28 671
Ribeira Brava	6 996	3 652	3 344	5 369	2 837	2 532
Tarrafal de São Nicolau	5 310	2 725	2 585	3 947	2 042	1 905
Sal	33 615	17 946	15 669	23 914	12 908	11 006
Boa Vista	12 798	6 871	5 927	8 949	4 933	4 016
Maio	6 330	3 180	3 150	4 616	2 257	2 359
Tarrafal	16 892	8 043	8 849	11 829	5 494	6 335
Santa Catarina	37 982	17 943	20 039	26 089	11 967	14 122
Santa Cruz	25 152	12 450	12 702	16 774	8 224	8 550
Praia	145 378	71 803	73 575	103 265	50 392	52 873
São Domingos	14 051	6 915	7 136	9 739	4 772	4 967
São Miguel	12 966	6 125	6 841	9 048	4 150	4 898
São Salvador do Mundo	7 482	3 673	3 809	5 301	2 542	2 759
São Lourenço dos Órgãos	6 328	3 137	3 191	4 513	2 209	2 304
Ribeira Grande de Santiago	7 757	3 829	3 928	5 471	2 659	2 812
Mosteiros	8 084	4 073	4 011	5 566	2 770	2 796
São Filipe	20 927	10 506	10 421	14 860	7 412	7 448
Santa Catarina Fogo	4 743	2 423	2 320	3 204	1 641	1 563
Brava	5 647	2 934	2 713	3 974	2 093	1 881

Fonte: INE, Censo 2021

Gráfico 1 – Distribuição (%) da população com 15 anos ou mais segundo concelho. Cabo Verde 2021

Fonte: INE, Censo 2021

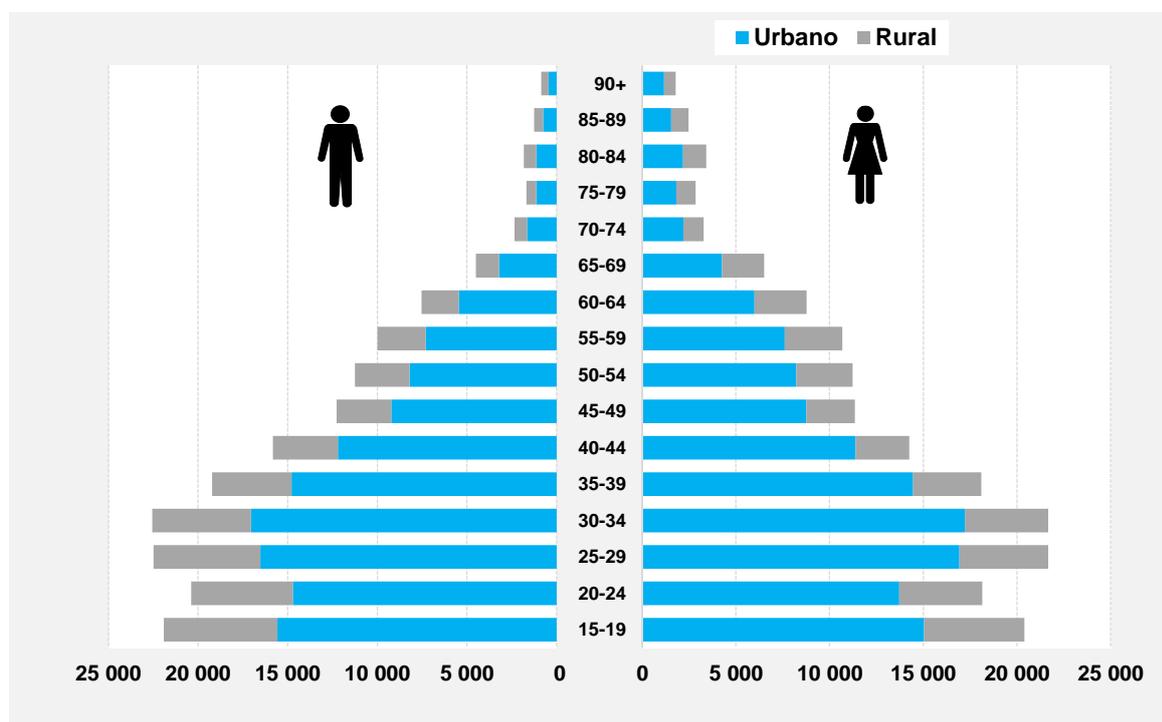
3.2 CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS

3.2.1 Grupo etário

Os jovens estão muito representados na população com 15 anos ou mais. Com efeito, existem 80.854 indivíduos com idade compreendida entre os 15 e os 24 anos que representam 22,9% do total. Os indivíduos entre 25 e 34 anos totalizam 88.379 e aqueles entre 35 e 64 anos perfazem 150.482. A pirâmide etária é ampla nos grupos etários 25-29 e 30-34, porém, a partir do grupo etário 35-39, o número começa a diminuir ao longo dos grupos etários seguintes (Gráfico 2).

Do total da população com 15 anos ou mais, 261.813 indivíduos vivem no meio urbano, enquanto 90.681 vivem no rural. Em todos os grupos etários, o meio urbano acolhe mais indivíduos do que o rural.

Gráfico 2 – Pirâmide etária sobreposta da população com 15 anos ou mais por meio de residência. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

3.2.2 Estado civil

O estado civil de um indivíduo em idade de trabalhar pode determinar a sua inserção no mercado de trabalho. Um indivíduo adulto solteiro tem relativamente mais tempo disponível para desempenhar uma atividade económica em comparação com um indivíduo casado ou em união de facto que tem outras obrigações domésticas, o que pode causar uma competitividade em termos de expectativa salarial.

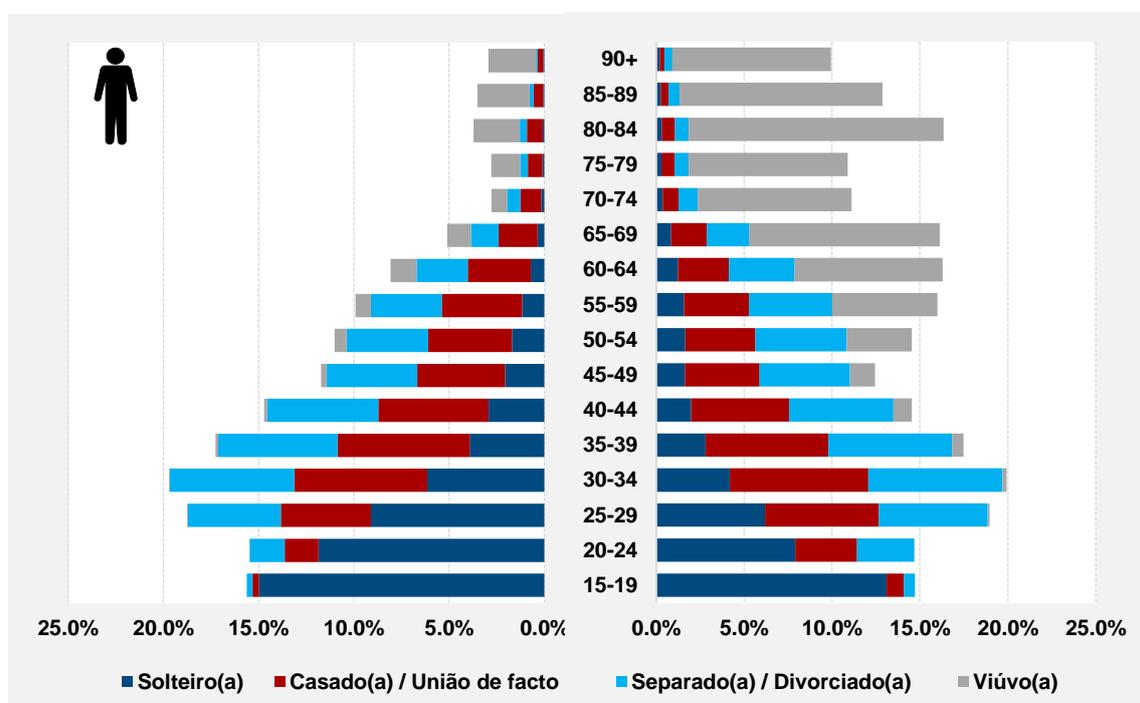
De toda a população com 15 anos ou mais, 158.908 indivíduos, ou seja, a maior proporção (45,1%) é casada/união de facto, 141.728 (40,2%) são solteiros, 41.895 (11,9%) são separados/divorciados e 9.963 (2,8%) são viúvos. Os casos de divórcio, separação e viuvez são relativamente frequentes entre as mulheres em relação aos homens. As proporções de mulheres de 15 anos ou mais que são divorciadas/separadas ou viúvas atingem 13,2% e 4,8%, respetivamente. Nessas situações, as mulheres ver-se-iam forçadas a procurar emprego. Isso pode ter influências negativas no seu poder de negociação, nas suas condições de trabalho e, por conseguinte, no seu grau de vulnerabilidade, podendo, também, incentivar a discriminação no mercado de trabalho (Tabela 3).

Tabela 3 – Distribuição da população com 15 anos ou mais segundo estado civil por meio de residência e sexo. Cabo Verde, 2021

Estado civil	Total			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	352 494	175 910	176 584	261 813	129 361	132 452	90 681	46 549	44 132
Solteiro	40,2	44,7	35,8	39,6	43,4	35,8	42,1	48,1	35,8
Casado / União de facto	45,1	43,9	46,2	45,4	44,9	45,9	44,1	41,2	47,2
Separado / Divorciado	11,9	10,6	13,2	12,6	10,9	14,2	10,0	9,7	10,3
Viúvo	2,8	0,8	4,8	2,5	0,7	4,2	3,8	1,1	6,7

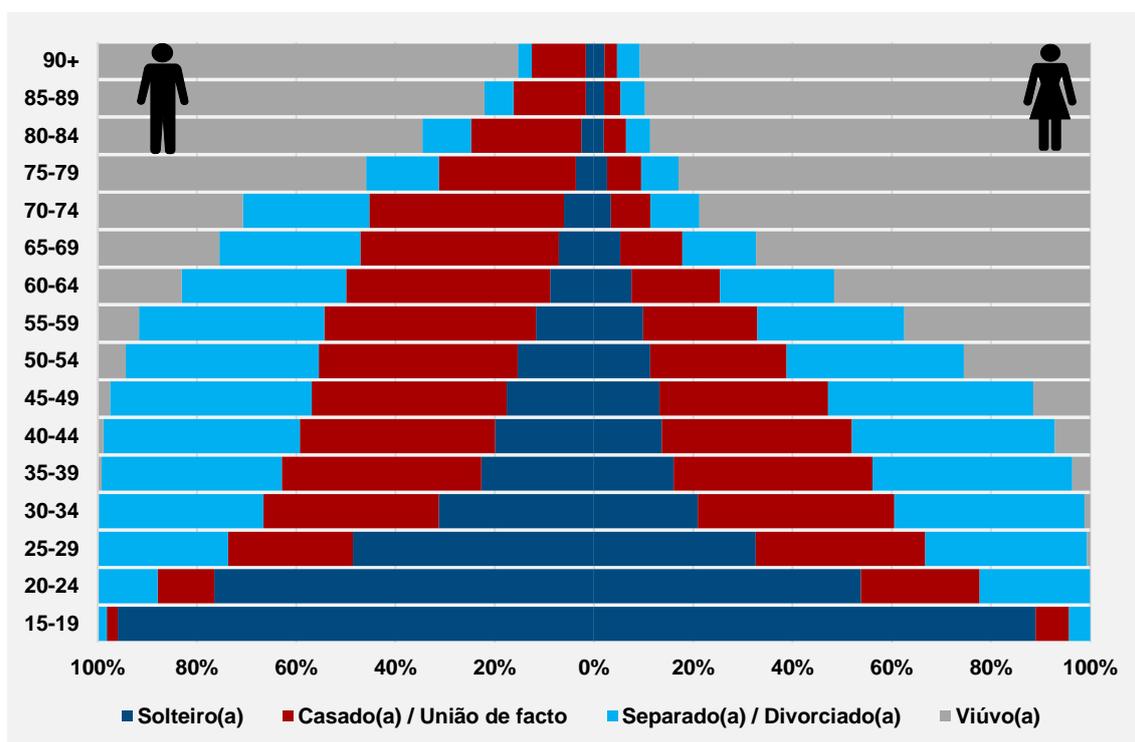
Fonte: INE, Censo 2021

A proporção de pessoas solteiras diminui à medida que aumenta os grupos etários, estando, por este facto, mais representada entre os homens dos grupos etários 15-54 anos. Entre as pessoas viúvas, o grupo etário de 65 anos ou mais tem a maior proporção e essa proporção é maior entre as mulheres. Podemos observar ainda que as pessoas casadas/união de facto são representadas mais por homens do que por mulheres e entre os grupos etários 30-34 e 35-39 anos. É de realçar o facto de que entre as mulheres a proporção de separados/divorciado é superior à dos homens em todos os grupos etários (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Pirâmide etária sobreposta da população com 15 anos ou mais segundo estado civil e sexo por grupo etário. Cabo Verde, 2021

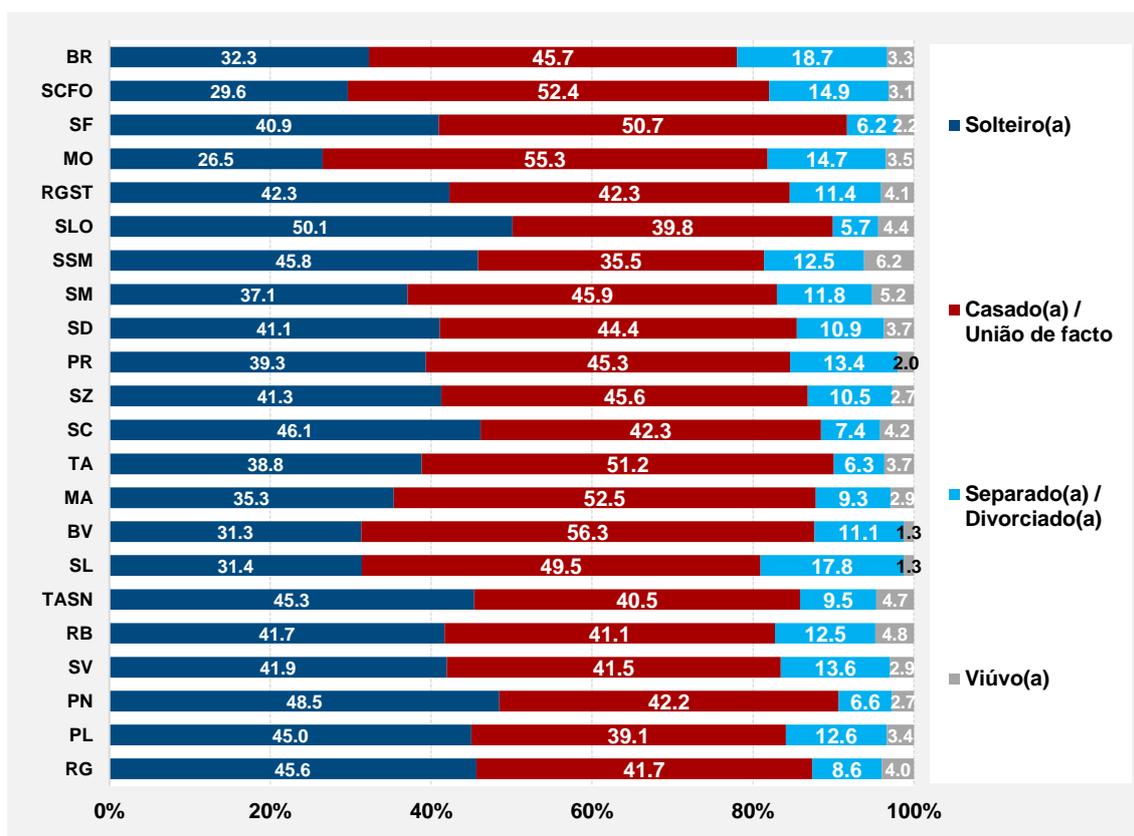
Fonte: INE, Censo 2021

Gráfico 4 – Pirâmide etária da população com 15 anos ou mais segundo estado civil e sexo por grupo etário. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

Da análise por concelho, verifica-se que, entre as pessoas solteiras em idade ativa, o do São Lourenço dos Órgãos apresenta a maior proporção (50,1%) e o dos Mosteiros a menor (26,5%). A ilha da Boa Vista tem a maior proporção de pessoas casadas/união de facto (56,3%). Ademais, entre as pessoas separadas/divorciadas, a Brava apresenta a maior proporção (18,7%) e, entre as pessoas viúvas, o concelho de São Salvador do Mundo tem a maior proporção (6,2%) (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Distribuição da população com 15 anos ou mais segundo estado civil por concelho. Cabo Verde, 2021

Fonte: INE, Censo 2021

3.2.3 Nível de instrução

O nível de escolaridade é o componente mais importante do capital humano, sendo, também, um dos fatores determinantes da produtividade do trabalho e do crescimento económico de um país. Num mercado de trabalho perfeitamente competitivo, o nível de instrução é, por igual, um meio de acesso a empregos mais bem remunerados e estáveis. Sendo assim, o baixo nível de escolaridade favorece o crescimento de atividades no setor informal. Em termos do nível de instrução, a qualidade da população potencialmente ativa em Cabo Verde é bastante baixa. Mais de metade da população com 15 ou mais anos não ultrapassou o ensino primário: 9,4% sem nível (nunca frequentaram ou frequentaram apenas o pré-escolar), 44,9% com alfabetização/ensino primário. Os que tiveram acesso ao ensino superior representam apenas 13,3% do total.

O diferencial do nível de instrução entre o meio urbano e o rural parece preocupante. No meio urbano, a grande maioria (57,6%) da população com 15 anos ou mais possui, pelo menos, o ensino secundário: 34,5% têm o nível secundário e 16,3% o médio/superior. Os indivíduos sem nível de escolaridade representam 7,5% do total. Por outro lado, no meio

rural, 54,0% da população em idade ativa tem o nível Alfabetização/ensino básico, somente 4,5% o nível médio/superior e 15,0% não têm instrução (Tabela 4).

Tabela 4 – Distribuição da população com 15 anos ou mais segundo nível de instrução por meio de residência e sexo. Cabo Verde, 2021

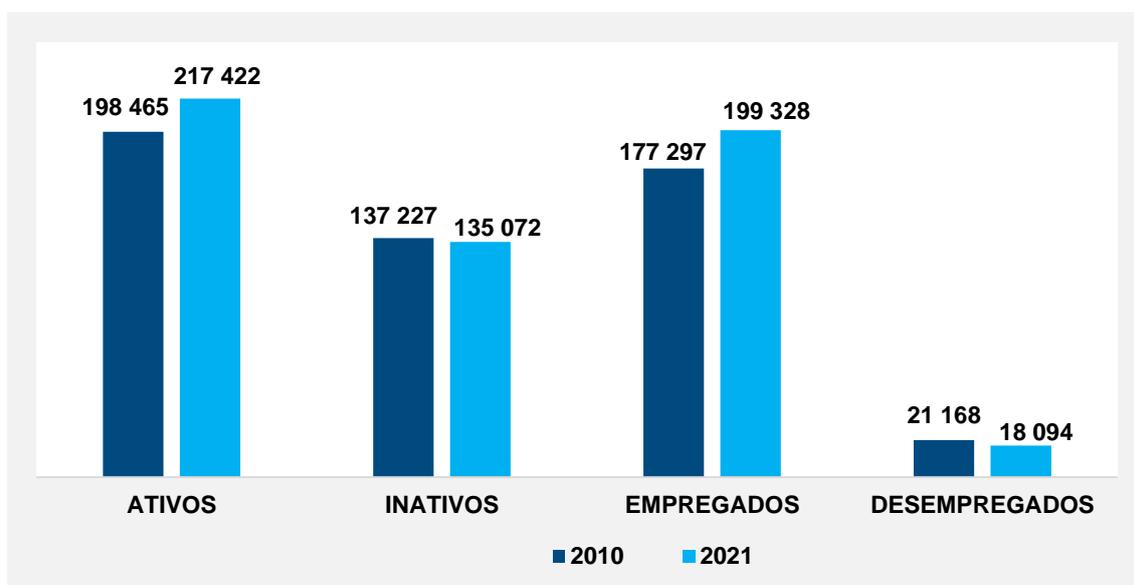
Nível de instrução	Total			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	352 494	175 910	176 584	261 813	129 361	132 452	90 681	46 549	44 132
Sem nível	9,4	5,7	13,1	7,5	4,5	10,4	15,0	8,9	21,4
Alfabetização / ensino básico	44,9	49,8	40,0	41,7	46,0	37,6	54,0	60,5	47,2
Ensino secundário	32,4	32,7	32,1	34,5	34,9	34,1	26,5	26,6	26,3
Ensino médio / superior	13,3	11,8	14,7	16,3	14,6	18,0	4,5	4,0	5,0

Fonte: INE, Censo 2021

3.3 SITUAÇÃO PERANTE A ATIVIDADE ECONÓMICA

A população em idade de trabalhar é composta pela população economicamente ativa que representa 61,7% (217.422 pessoas), agrupa a população empregada e a desempregada (que procurou trabalho e está disponível para trabalhar) e pela população economicamente inativa, que representa 38,3% (135.072 pessoas) do total da população com 15 anos ou mais. A população inativa agrupa todos aqueles que não participaram numa atividade económica nem como empregados, nem como desempregados (Gráfico 6).

Comparativamente ao ano de 2010, verifica-se que, enquanto a população economicamente ativa (empregada e desempregada), aumenta 9,6% (18.957 efetivos), a população económica inativa diminui 1,6% (2.155 efetivos).

Gráfico 6 – População com 15 anos ou mais, segundo a situação na atividade económica por ano censitário. Cabo Verde, 2010 e 2021

Fonte: INE, Censo 2010 e 2021

4 ANÁLISE DA POPULAÇÃO ATIVA

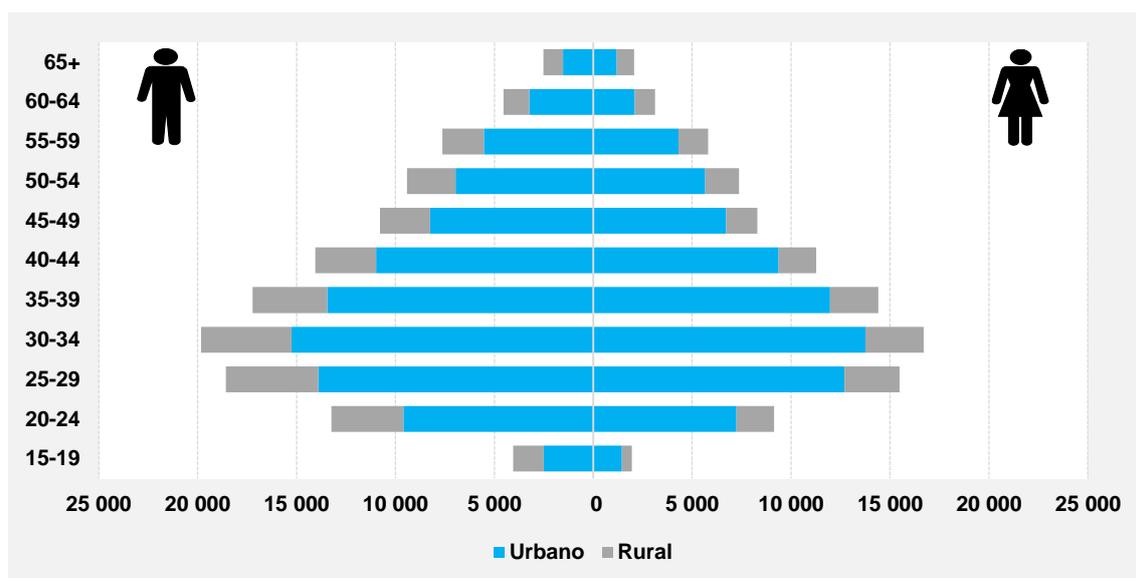
Este capítulo visa analisar a população em idade ativa ou potencialmente ativa. De entre esses indivíduos se incluem os que estão a trabalhar e os que desejam ingressar no mercado de trabalho. A população ativa é composta por dois grupos: população empregada, que são pessoas em idade ativa com emprego, e a população desempregada, que são pessoas sem emprego, mas que procuraram o trabalho e estavam disponíveis para trabalhar. O total da força de trabalho permite avaliar os efeitos de eventuais obstáculos ou barreiras à entrada no mercado de trabalho no comportamento dos indivíduos face ao emprego.

Para se avaliar o nível de inserção no mercado de trabalho, o indicador utilizado é a taxa de atividade, que é o rácio da população ativa com 15 anos ou mais em relação à população total da mesma faixa etária. O capítulo descreve detalhadamente o nível de inserção da população com 15 anos ou mais no mercado de trabalho, o volume e a qualidade da população ativa em termos de características sociodemográficas.

4.1 VOLUME E CARACTERÍSTICAS SOCIODEMÓGRAFICAS DA POPULAÇÃO ATIVA

Esta secção descreve o volume e a qualidade da população ativa em Cabo Verde através dos efetivos e das características sociodemográficas. Em 2021, a força de trabalho da população com 15 anos ou mais é de 217.422 pessoas, das quais 167.618 (77,1%) moram no meio urbano e 49.804 (22,9%) no rural.

Gráfico 7 – Distribuição da população com 15 anos ou mais, ATIVA, segundo meio de residência e sexo por grupos etários. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

Por sexo, verifica-se que o número de mulheres ativas é inferior ao dos homens, correspondendo a 95.602 pessoas e 121.820 pessoas, respetivamente. A razão de feminilidade é de 78,5 (para cada 100 homens ativos 78,5 são mulheres) e é menor no meio rural, cerca de 62,5 contra 83,8 no meio urbano (Gráfico 7).

A idade média da população ativa é de 37,9 anos e quase cinco pessoas ativas em cada dez, ou seja, 98.940 pessoas têm entre 15 e 34 anos. Cerca de 28.371 pessoas ativas (13,1%) são adolescentes ou jovens com menos de 25 anos. Em termos de qualidade, esta fraca proporção de jovens na força de trabalho é sinal de uma entrada tardia dos jovens no mercado de trabalho. Nas áreas urbanas, a proporção (2,4%) de indivíduos de 15 a 19 anos na população ativa é relativamente baixa em relação ao meio rural (4,1%) que pode ser explicada com a frequência escolar (Tabela 5).

Tabela 5 – Distribuição (%) da população com 15 anos ou mais, ATIVA, segundo grupos etários por meio de residência e sexo. Cabo Verde, 2021

Grupos etários	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	217 422	121 820	95 602	167 618	91 176	76 442	49 804	30 644	19 160
15-19	2,8	3,3	2,0	2,4	2,8	1,9	4,1	5,0	2,7
20-24	10,3	10,9	9,6	10,0	10,5	9,5	11,1	11,9	9,9
25-29	15,7	15,2	16,2	15,9	15,2	16,6	14,9	15,2	14,5
30-34	16,8	16,3	17,5	17,3	16,7	18,0	15,1	14,9	15,3
35-39	14,5	14,1	15,1	15,2	14,7	15,7	12,5	12,3	12,7
40-44	11,6	11,5	11,8	12,1	12,0	12,2	10,0	10,0	10,0
45-49	8,8	8,9	8,7	8,9	9,0	8,8	8,3	8,3	8,2
50-54	7,7	7,7	7,7	7,5	7,6	7,4	8,4	8,0	9,0
55-59	6,2	6,3	6,1	5,9	6,1	5,6	7,2	6,8	7,8
60-64	3,5	3,7	3,3	3,2	3,6	2,7	4,6	4,2	5,3
65+	2,1	2,1	2,2	1,6	1,7	1,5	3,8	3,2	4,6
Idade média	37,9	37,9	38,0	37,7	37,8	37,6	38,7	38,0	39,9

Fonte: INE, Censo 2021

A população ativa é composta, maioritariamente, por pessoas casadas/união de facto: 51,7% casados/união de facto, 13,9% divorciados/separados e 0,9% viúvos. Os solteiros representam 33,6% da população ativa. De referir ainda a proporção de pessoas ativas superior nas mulheres divorciadas/separadas e viúvas: representam 15,3% do total contra 12,1% nos homens. Isto confirma a importância das medidas de apoio a favor destes grupos vulneráveis no desenvolvimento e implementação da política de desenvolvimento ou da política de emprego (Tabela 6).

Tabela 6 – Estrutura da população com 15 anos ou mais, ATIVA, segundo estado civil por meio de residência e sexo. Cabo Verde, 2021

Estado civil	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	217 422	121 820	95 602	167 618	91 176	76 442	49 804	30 644	19 160
Solteiro	33,6	36,6	29,7	32,4	35,0	29,4	37,3	41,4	30,8
Casado / União de facto	51,7	51,3	52,2	52,2	52,4	51,9	50,0	48,0	53,2
Separado / Divorciado	13,9	11,8	16,5	14,6	12,4	17,3	11,4	10,2	13,3
Viúvo	0,9	0,3	1,6	0,7	0,2	1,3	1,3	0,4	2,7

Fonte: INE, Censo 2021

Da Tabela 7, conclui-se que a qualidade da força de trabalho é baixa em Cabo Verde. Com efeito, um pouco mais da metade da população ativa (52,6%) tem, no máximo, o ensino primário e 16,7% o ensino médio/superior. Observa-se que a distribuição da população ativa com ensino superior entre as mulheres é bem melhor do que entre os homens, porque, enquanto entre as mulheres, 20,8% têm o ensino médio/superior, entre os homens é de 13,6%.

Da análise por meio de residência, verificam-se as mesmas observações que da análise da população em idade ativa com 15 ou mais anos. O nível de escolaridade das pessoas ativas do meio urbano é muito superior ao rural, que pode estar também ligado à oferta de trabalho, uma vez que no meio rural as demandas de trabalho não requerem, normalmente, alta escolaridade. Do lado da oferta de trabalho, os serviços educacionais mais desenvolvidos e o padrão de vida relativamente elevado nas áreas urbanas facilitam o acesso a um alto nível de educação.

Tabela 7 – Estrutura da população com 15 anos ou mais, ATIVA, segundo estado civil por meio de residência e sexo. Cabo Verde, 2021

Nível de instrução	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	217 422	121 820	95 602	167 618	91 176	76 442	49 804	30 644	19 160
Sem nível	4,5	3,5	5,7	3,5	2,9	4,3	7,7	5,5	11,1
Alfabetização / ensino básico	48,1	52,8	42,2	43,8	48,0	38,8	62,6	66,8	55,9
Ensino secundário	30,7	30,1	31,3	32,7	32,5	32,9	23,8	23,1	24,9
Ensino médio / superior	16,7	13,6	20,8	19,9	16,6	23,9	6,0	4,6	8,2

Fonte: INE, Censo 2021

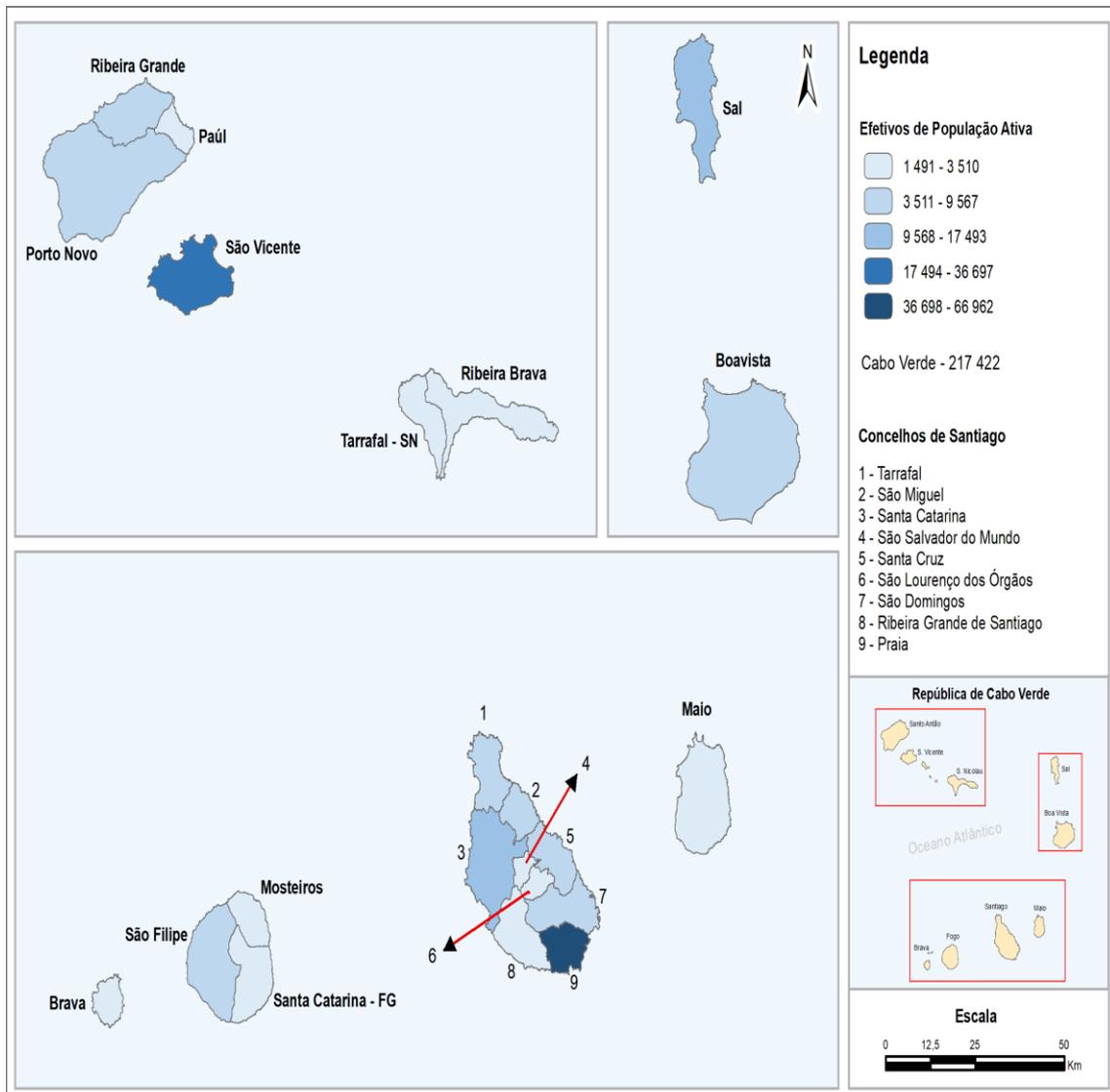
A distribuição da população com 15 anos ou mais, ativa, por concelho, mostra que Praia, São Vicente, Sal e Santa Catarina apresentam as maiores percentagens (30,8%, 16,9%, 8,0% e 6,9%, respetivamente), enquanto os de Santa Catarina do Fogo, São Lourenço dos Órgãos e Brava apresentam as menores percentagens (0,7%, 1,0%, 1,0%, respetivamente). Por sexo, verifica-se que, em todos os concelhos, a percentagem da população ativa entre os homens é superior à das mulheres (Tabela 8).

Tabela 8 – Distribuição (%) da população com 15 anos ou mais, ATIVA, segundo concelho por meio de residência e sexo. Cabo Verde 2021

Concelho	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	217 422	121 820	95 602	167 618	91 176	76 442	49 804	30 644	19 160
Ribeira Grande	3,3	63,6	36,4	1,8	57,9	42,1	8,3	67,7	32,3
Paul	1,2	67,3	32,7	0,4	58,9	41,1	3,9	70,3	29,7
Porto Novo	3,0	62,8	37,2	2,7	58,8	41,2	3,9	72,1	27,9
São Vicente	16,9	55,6	44,4	20,4	54,9	45,1	4,9	66,1	33,9
Ribeira Brava	1,5	63,1	36,9	0,8	60,3	39,7	3,8	65,2	34,8
Tarrafal São de Nicolau	1,1	60,3	39,7	1,2	58,3	41,7	0,7	71,4	28,6
Sal	8,0	57,9	42,1	10,0	57,6	42,4	1,4	64,2	35,8
Boa Vista	2,9	59,5	40,5	3,2	59,1	40,9	1,6	62,2	37,8
Maio	1,2	59,5	40,5	1,2	58,9	41,1	1,3	61,0	39,0
Tarrafal	3,1	53,2	46,8	3,3	53,3	46,7	2,3	52,7	47,3
Santa Catarina	6,9	52,0	48,0	5,2	50,3	49,7	12,7	54,4	45,6
Santa Cruz	4,4	58,2	41,8	2,4	54,4	45,6	11,0	61,0	39,0
Praia	30,8	52,5	47,5	39,1	52,4	47,6	2,9	58,6	41,4
São Domingos	2,6	56,4	43,6	0,8	53,0	47,0	9,0	57,3	42,7
São Miguel	2,5	51,0	49,0	1,6	51,4	48,6	5,6	50,6	49,4
São Salvador do Mundo	1,4	53,7	46,3	0,5	50,0	50,0	4,5	55,2	44,8
São Lourenço dos Órgãos	1,0	58,1	41,9	0,2	52,1	47,9	3,6	59,2	40,8
Ribeira Grande Santiago	1,6	55,3	44,7	1,0	54,1	45,9	3,7	56,3	43,7
Mosteiros	1,3	66,3	33,7	0,9	61,6	38,4	2,6	72,0	28,0
São Filipe	3,5	62,0	38,0	2,5	57,6	42,4	6,9	67,5	32,5
Santa Catarina Fogo	0,7	70,3	29,7	0,1	63,4	36,6	2,5	71,6	28,4
Brava	1,0	64,9	35,1	0,5	63,2	36,8	2,7	66,1	33,9

Fonte: INE, Censo 2021

Mapa 1 – Distribuição (efetivo) da população ativa com 15 anos ou mais por concelho. Cabo Verde, 2021



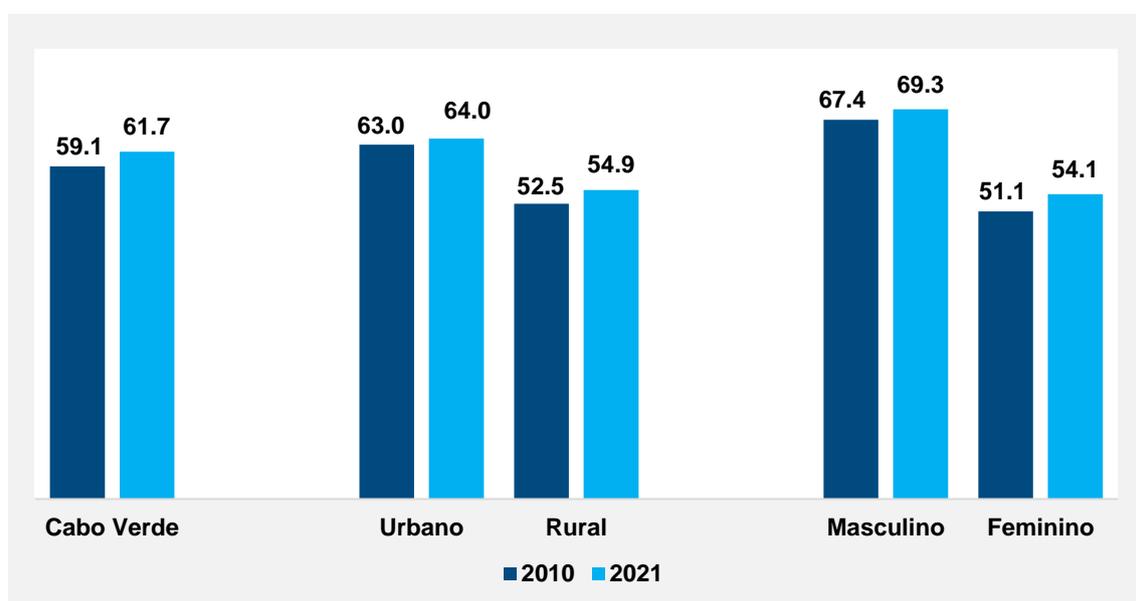
Fonte: INE, Censo 2021

4.2 TAXA DE ATIVIDADE

Em 2021, a taxa de atividade fixa-se em 61,7%, aumentando 2,6 p.p. em relação ao ano de 2010. Analisando por meio de residência, verifica-se um aumento da taxa de atividade, sendo o meio urbano a registar 1,0 p.p. (63,0%, em 2010, para 64,0%, em 2021) e, no meio rural, 2,4 p.p. que passa de 52,5%, em 2010, para 54,9%, em 2021. A integração no mercado de trabalho é muito maior no meio urbano do que no rural (Gráfico 8).

Por sexo, regista-se uma taxa de atividade de 69,3% entre os homens e de 54,1% entre as mulheres, havendo a observar, em relação a 2010, um aumento tanto entre as mulheres, de 3,0 p.p., quanto entre os homens, 1,9 p.p.

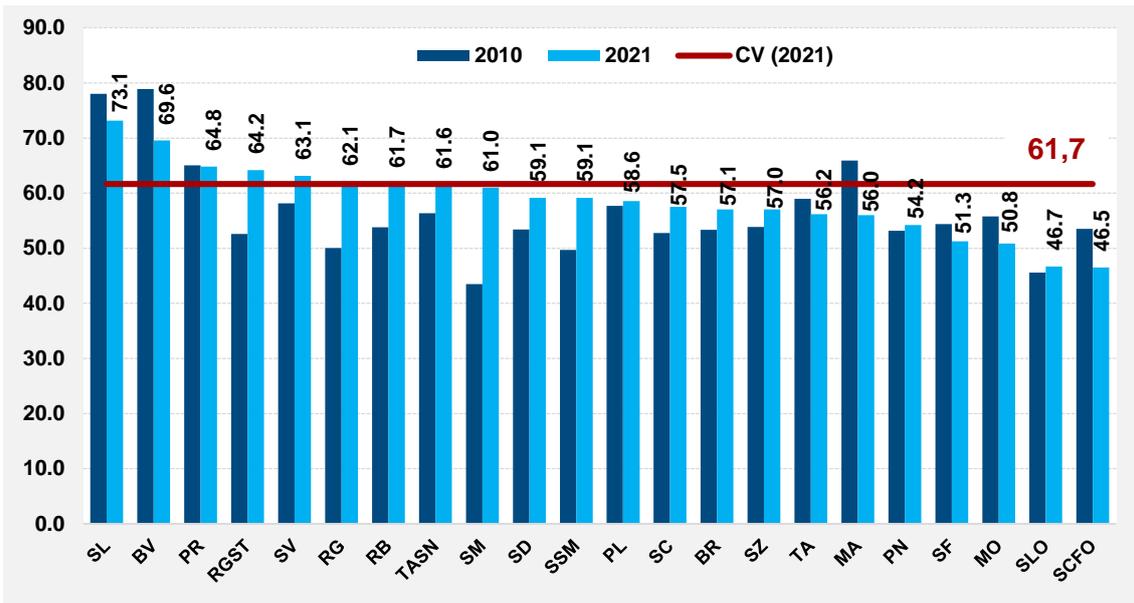
Gráfico 8 – Taxa de atividade da população com 15 anos ou mais, por meio de residência e sexo. Cabo Verde 2010 e 2021



Fonte: INE, Censos 2010 e 2021

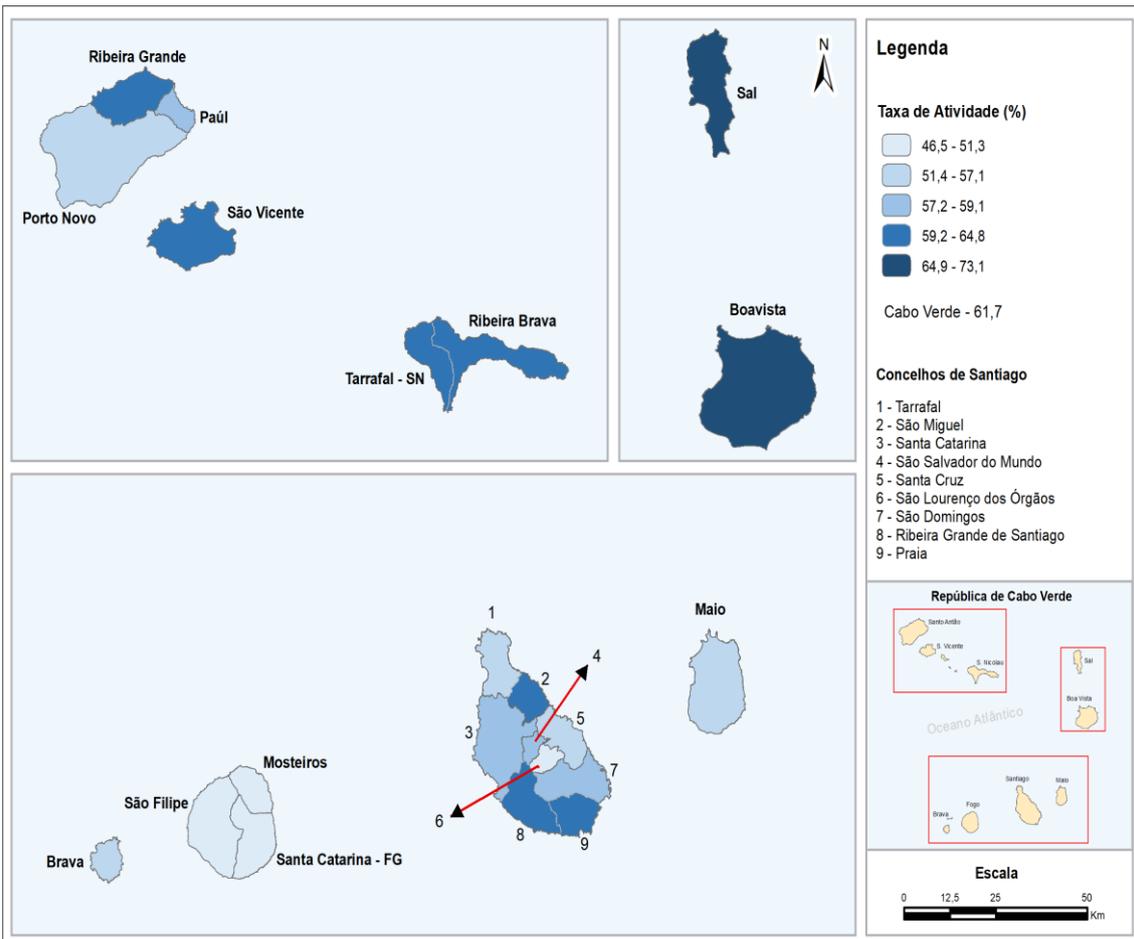
O Gráfico 9 apresenta a taxa de atividade por concelho e conclui-se que o nível de integração no mercado de trabalho varia muito entre os concelhos, sendo o do Sal e o da Boa Vista a registar as maiores taxas de atividade, 73,1% e 69,6% respetivamente, pese embora tenham tido uma diminuição relativamente ao ano de 2010 por conta da pandemia da COVID-19. No outro extremo, encontram-se os concelhos de Santa Catarina do Fogo (46,5%), São Lourenço dos Órgãos (46,7%) e os Mosteiros (50,8%) que registam as menores taxas de atividade do país, apesar de ter havido, no penúltimo concelho mencionado, um aumento em relação ao ano de 2010.

Gráfico 9 – Taxa de atividade da população com 15 anos ou mais, por concelho. Cabo Verde, 2010 e 2021



Fonte: INE, Censos 2010 e 2021

Mapa 2 – Taxa de atividade (%) da população com 15 anos ou mais por concelho. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censos 2021

4.2.1 Taxa de atividade segundo as características demográficas

A entrada precoce no mercado de trabalho, a partir dos 20 anos, e a retirada de uma atividade económica, a partir dos 65 anos, idade legal para a reforma, caracterizam uma vida profissional relativamente longa. A taxa de atividade aumenta rapidamente a partir dos 20 anos, ultrapassando os 70,0% entre os jovens dos 25-29 anos e decresce ligeiramente a partir do grupo 40-44 anos e, mesmo assim, ronda os 80% no grupo etário 45-49 anos. Por sexo, verifica-se que, em todos os grupos etários, a taxa de atividade dos homens é superior à das mulheres e que, em ambos os sexos, a entrada dos jovens para o mercado de trabalho é retardada por volta dos 25 anos (em comparação com 2010), o que pode ser explicada pela frequência escolar. No outro extremo, a saída do mercado de trabalho começa aos 60 anos. O mesmo fenómeno verifica-se entre os meios de residência (Tabela 9).

Tabela 9 – Taxa de atividade da população com 15 anos ou mais, por grupo quinquenal. Cabo Verde, 2021

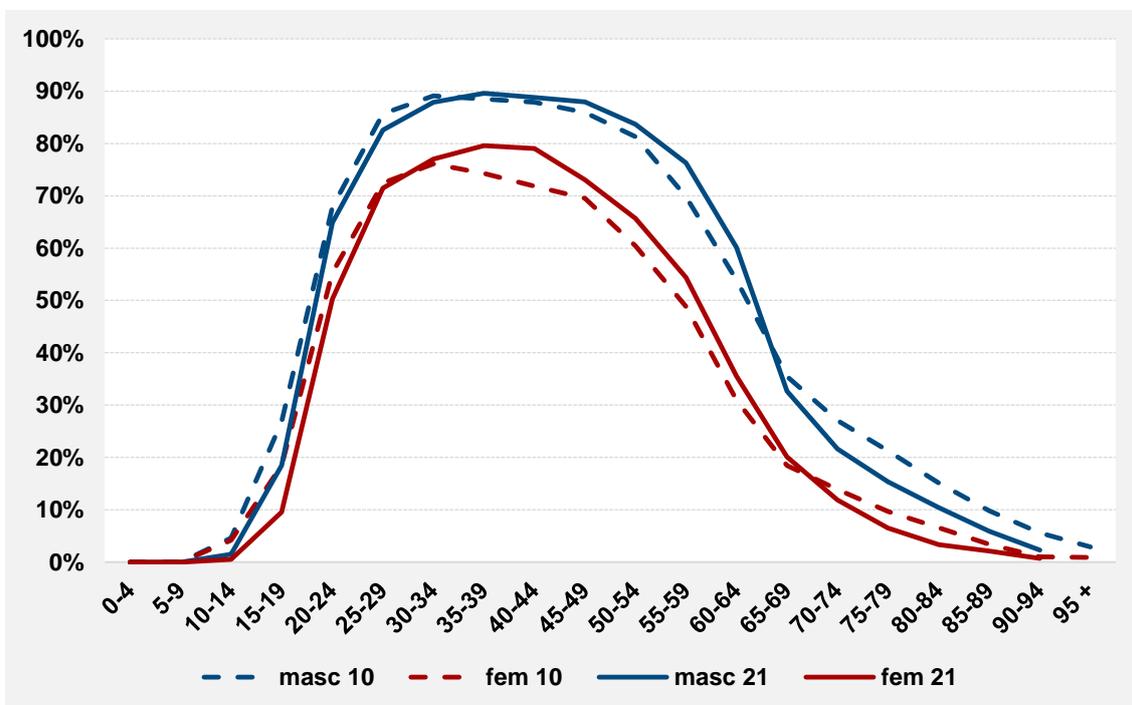
Grupos etários	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	61,7	69,3	54,1	64,0	70,5	57,7	54,9	65,8	43,4
15-19	14,2	18,5	9,6	12,9	16,1	9,6	17,5	24,3	9,5
20-24	58,0	64,9	50,3	59,2	65,2	52,7	54,9	64,2	42,9
25-29	77,1	82,6	71,4	79,5	84,1	75,0	69,6	78,3	58,7
30-34	82,6	87,9	77,0	84,7	89,5	79,9	75,4	83,1	65,9
35-39	84,7	89,6	79,6	86,9	91,0	82,7	76,9	85,0	67,1
40-44	84,2	88,8	79,0	86,2	90,0	82,3	76,6	84,8	66,3
45-49	80,8	87,9	73,1	83,1	89,2	76,7	73,3	84,0	60,8
50-54	74,7	83,7	65,7	76,8	84,9	68,8	68,9	80,5	57,1
55-59	65,0	76,3	54,4	66,1	75,8	56,7	62,1	77,5	48,6
60-64	46,9	60,2	35,6	46,6	59,4	35,0	47,6	62,2	36,7
65+	14,0	20,2	10,2	12,7	18,4	9,0	16,5	23,9	12,3
Grupo específico									
15-34	58,5	63,7	52,8	60,3	64,6	55,9	53,1	61,4	42,8
15-24	35,1	40,8	28,8	35,2	39,9	30,2	34,8	43,2	24,6
25-34	79,8	85,2	74,2	82,1	86,8	77,5	72,4	80,6	62,2
35-64	75,7	83,6	67,6	77,9	84,7	71,1	68,8	80,5	56,5

Fonte: INE, Censo 2021

O Gráfico 10 apresenta a taxa de atividade segundo sexo por grupo quinquenal para os Censos de 2010 (linhas tracejadas) e de 2021 (contínuas). A forma das curvas é a tradicional, em forma de U invertido, com um crescimento para as idades mais jovens até

atingir um valor máximo, estabilizando-se entre 25 e 55 anos, e com um decréscimo a partir desta idade. Em ambos os anos, as mulheres apresentam uma taxa de atividade mais baixa do que a dos homens. As taxas de atividade masculina não chegam a atingir 90%. Se se comparar os dois recenseamentos, notam-se neles algumas mudanças que, de si, são bem marcantes: uma entrada mais tardia dos jovens no mercado de trabalho (curvas contínuas ligeiramente mais à direita do que as linhas tracejadas para as idades até 25 anos), possivelmente, por um período de estudo mais longo; uma saída mais precoce nas idades avançadas (curvas contínuas ligeiramente mais a baixo do que as linhas tracejadas para as idades acima de 65 anos), possivelmente, por uma melhoria no sistema de previdência social (INPS); e um aumento nas taxas nas demais idades, possivelmente, por uma melhoria nas oportunidades de trabalho, mesmo considerando-se o período de pandemia.

Gráfico 10 – Taxa de atividade segundo sexo por grupo quinquenal. Cabo Verde, 2010 e 2021



Fonte: INE, Censo 2010 e 2021

A Tabela 10 mostra que a integração no mercado de trabalho é relativamente mais importante para os homens do que para as mulheres. Há uma diferença de 5,2 pontos percentuais (p.p.) entre a taxa de atividade dos homens (69,3%) e a das mulheres 54,1%). Esta situação reflete as decisões conjuntas dentro dos agregados familiares sobre a partilha de tarefas domésticas e económicas. Geralmente, as mulheres dedicam a maior parte de seu tempo disponível aos afazeres domésticos (cuidar de crianças e idosos, preparar alimentos, limpando a casa, etc.). A taxa de atividade é relativamente elevada (superior a 70%) para os que já viveram em união: 70,7% entre os casados/união de facto e 72,1% entre os divorciados/separados. Entre os homens casados, a taxa de atividade chega a atingir os 80,8%. Entre as pessoas viúvas essa taxa é bem baixa (18,8%).

A observação sobre a complementaridade entre marido e mulher acima referida, em termos de partilha de tarefas domésticas e económicas, é confirmada pelos resultados obtidos. Com efeito, entre as pessoas casadas, a taxa de atividade dos cônjuges atinge o seu nível máximo (80,8%) e o seu nível mínimo (61,1%) entre as esposas, ou seja, uma diferença de 19,7 p.p.

As taxas de atividade encontram-se mais ou menos ao mesmo nível para homens e mulheres: respetivamente 77,6% e 67,7% para os casos de divorciados/separados e, respetivamente, 23,2% e 18,1% para os casos de viúvos.

A taxa de atividade aumenta 36,7 p.p. entre a população sem instrução (29,4%) e a população com alfabetização/ensino primário (66,1%). Em seguida, diminui no nível secundário (58,4%) e volta a aumentar entre os de ensino médio/superior (77,6%).

Tabela 10 – Taxa de atividade segundo meio de residência e sexo por estado civil e nível de instrução. Cabo Verde, 2010 e 2021

Estado civil / nível de instrução	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	61,7	69,3	54,1	64,0	70,5	57,7	54,9	65,8	43,4
Estado civil									
Solteiro	51,5	56,7	44,9	52,5	56,7	47,5	48,7	56,7	37,3
Casado / União de facto	70,7	80,8	61,1	73,6	82,2	65,3	62,2	76,7	48,9
Separado / Divorciado	72,1	77,6	67,7	74,6	80,3	70,4	62,9	69,4	56,4
Viúvo	18,8	23,2	18,1	18,9	22,2	18,3	18,7	25,3	17,6
Nível de instrução									
Sem nível	29,4	43,2	23,5	30,4	45,0	24,2	28,1	40,8	22,5
Alfabetização / ensino básico	66,1	73,3	57,2	67,2	73,6	59,6	63,6	72,7	51,3
Ensino secundário	58,4	63,9	52,7	60,8	65,8	55,8	49,3	57,1	41,0
Ensino médio / superior	77,6	79,4	76,2	78,1	79,7	76,7	73,2	76,1	70,8

Fonte: INE, Censo 2021

5 ANÁLISE DA POPULAÇÃO EMPREGADA/OCUPADA

5.1 VOLUME E REPARTIÇÃO ESPACIAL

O presente capítulo tenta, através da análise da população empregada, compreender o lado da procura de trabalho no mercado de trabalho: a capacidade de criação de emprego na economia, a natureza e características das necessidades de trabalho, bem como a estrutura do emprego em Cabo Verde.

Relativamente aos resultados obtidos pelo Censo 2021, a população empregada/ocupada de 15 anos ou mais do país totaliza 199.328 pessoas, mais 22.031 pessoas em comparação ao valor registado no ano de 2010 (177.297 pessoas), o que representa um aumento de 12,4% ao nível nacional.

Por sexo, regista-se que a população empregada masculina (113.632 homens) representa 57,0% e a feminina (85.696 mulheres) 43,0% dos empregados. Constata-se que a população empregada aumenta em 13.105 pessoas entre os homens e em 8.926 pessoas entre as mulheres, face ao ano de 2010.

Como a população cabo-verdiana com 15 anos ou mais é, predominantemente, urbana (74,3%), conforme se pode ver na Tabela 1, é expectável que a população empregada também o seja no urbano. Deste modo, a população empregada com 15 anos ou mais, registada no meio urbano, é de 152.643 (76,7%) empregados e, no meio rural, 46.685 (23,4%) empregados (Tabela 11).

Tabela 11 – Distribuição da população com 15 anos ou mais, EMPREGADA, segundo sexo por meio de residência. Cabo Verde, 2021

	Sexo					
	Ambos os sexos		Masculino		Feminino	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
Cabo Verde	199 328	100,0	113 632	57,0	85 696	43,0
Meio de residência						
Urbano	152 643	76,6	84 453	55,3	68 190	44,7
Rural	46 685	23,4	29 179	62,5	17 506	37,5

Fonte: INE, Censo 2021

A população empregada caracteriza-se pela sua juventude. Cerca de 43,1% dos empregados têm entre 15 e 34 anos. A população empregada de 15 a 24 anos do meio rural é superior à do meio urbano (respetivamente, 14,0% e 10,5%). Particularmente, os idosos de 65 anos ou mais representam apenas 1,7% dos empregados no meio urbano. O grosso da população empregada encontra-se na faixa etária dos 25 a 49 anos com 68,0% do total.

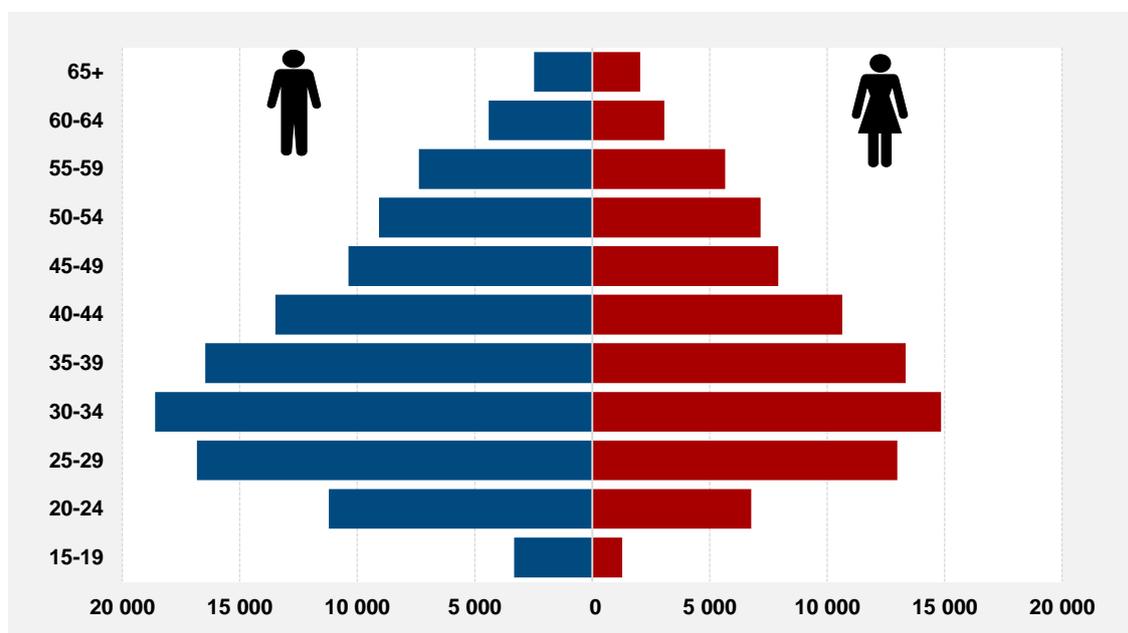
Devido à entrada tardia dos jovens no mundo laboral, possivelmente, por causa dos estudos, a proporção de empregados de 15 a 24 anos é muito menor nas áreas urbanas, em torno de 10,5%, quando comparada com as áreas rurais, 14,0% (Tabela 12).

Tabela 12 – Distribuição (%) da população com 15 anos ou mais, EMPREGADA, segundo grupo etário por meio de residência e sexo. Cabo Verde, 2021

Grupos etários	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	199 328	113 632	85 696	152 643	84 453	68 190	46 685	29 179	17 506
15-19	2,3	2,9	1,5	1,8	2,3	1,3	3,9	4,8	2,4
20-24	9,0	9,9	7,9	8,7	9,4	7,8	10,1	11,2	8,3
25-29	15,0	14,8	15,1	15,1	14,8	15,5	14,4	14,8	13,6
30-34	16,8	16,4	17,3	17,4	16,9	17,9	14,9	14,9	14,9
35-39	15,0	14,5	15,6	15,6	15,2	16,2	12,7	12,6	13,1
40-44	12,1	11,9	12,4	12,7	12,4	12,9	10,3	10,2	10,3
45-49	9,2	9,1	9,2	9,4	9,3	9,4	8,6	8,5	8,7
50-54	8,1	8,0	8,4	8,0	7,9	8,0	8,8	8,2	9,6
55-59	6,5	6,5	6,6	6,2	6,3	6,1	7,5	7,0	8,4
60-64	3,8	3,9	3,6	3,4	3,7	3,0	4,9	4,3	5,8
65+	2,3	2,2	2,4	1,7	1,8	1,7	4,0	3,4	5,0

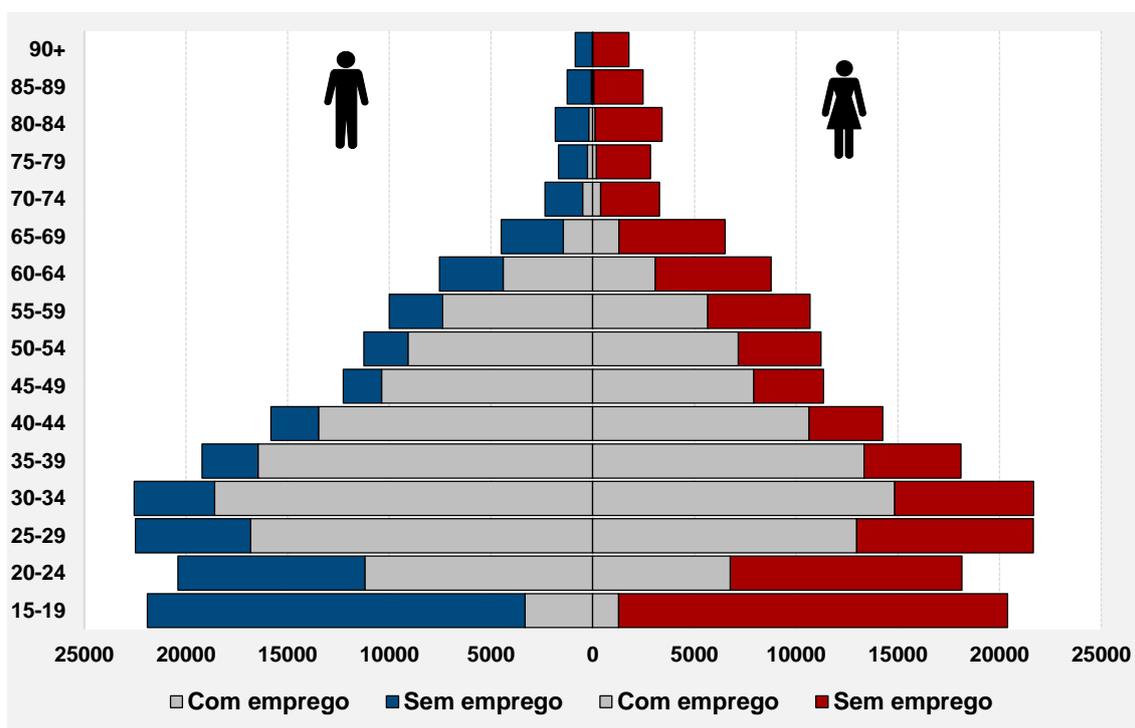
Fonte: INE, Censo 2021

Gráfico 11 – Pirâmide da população com 15 anos ou mais, EMPREGADA, segundo grupo etário por sexo. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

Gráfico 12 – Pirâmide da população com 15 anos ou mais, com emprego e sem emprego, segundo grupo etário por sexo. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

A distribuição da população empregada com 15 anos ou mais por concelho mostra que Praia, São Vicente, Sal e Santa Catarina apresentam as maiores proporções (30,5%, 16,7%, 7,9% e 7,1%, respetivamente), enquanto os de Santa Catarina do Fogo, São Lourenço dos Órgãos e Brava as menores (0,7%, 1,0%, 1,1%, respetivamente). Da análise por sexo, tem-se que, em todos os concelhos, a proporção de empregados homens é superior à das mulheres, especialmente em Santa Catarina do Fogo (71,0% para os homens contra 29,0% para as mulheres), Paul (68,1% contra 31,9%), Brava (65,8% contra 34,2%), Ribeira Grande (64,3% contra 35,7%) e Porto Novo (64,3% contra 35,7%) (Tabela 13).

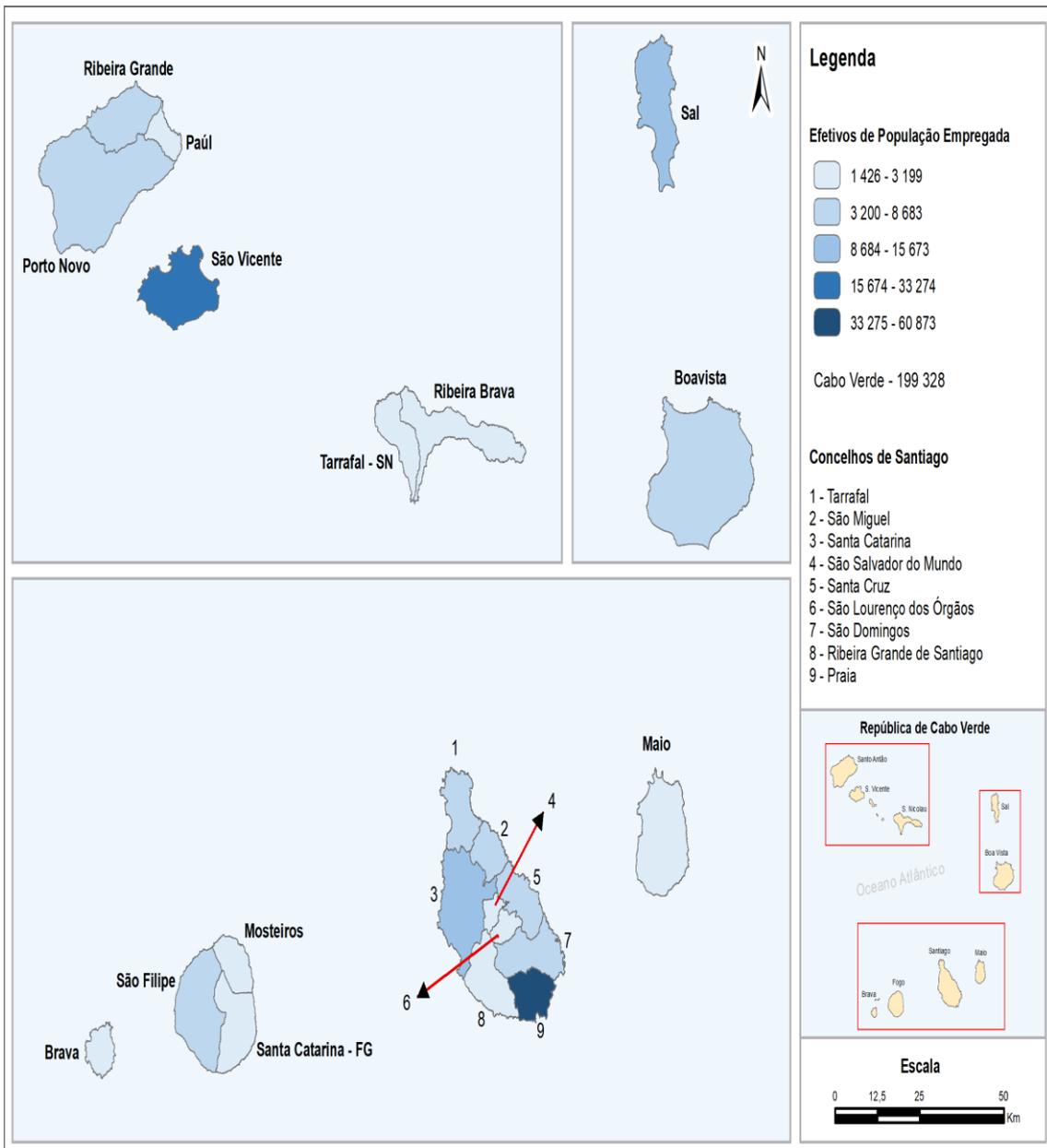
Nos concelhos de São Miguel (50,9% para homens, contra 49,1% para as mulheres) e Santa Catarina (52,9% contra 49,1%) regista-se uma distribuição mais equitativa do emprego entre os sexos.

Tabela 13 – Distribuição (%) da população com 15 anos ou mais, EMPREGADA, segundo meio de residência e sexo por concelho. Cabo Verde 2021

Concelho	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	199 328	113 632	85 696	152 643	84 453	68 190	46 685	29 179	17 506
Ribeira Grande	3,4	64,3	35,7	1,9	58,2	41,8	8,5	68,8	31,2
Paul	1,3	68,1	31,9	0,4	59,4	40,6	4,0	71,0	29,0
Porto Novo	2,9	64,3	35,7	2,6	60,2	39,8	3,9	73,1	26,9
São Vicente	16,7	56,7	43,3	20,4	55,8	44,2	4,7	69,2	30,8
Ribeira Brava	1,6	63,6	36,4	0,9	60,2	39,8	3,9	66,1	33,9
Tarrafal São Nicolau	1,1	61,1	38,9	1,2	58,9	41,1	0,8	72,9	27,1
Sal	7,9	59,1	40,9	9,8	58,9	41,1	1,4	63,9	36,1
Boa Vista	2,8	60,7	39,3	3,2	60,4	39,6	1,6	62,8	37,2
Maio	1,2	60,0	40,0	1,2	59,5	40,5	1,4	61,4	38,6
Tarrafal	3,1	53,9	46,1	3,3	54,1	45,9	2,3	53,0	47,0
Santa Catarina	7,1	52,9	47,1	5,3	51,3	48,7	12,9	55,1	44,9
Santa Cruz	4,4	59,9	40,1	2,4	55,9	44,1	10,7	62,8	37,2
Praia	30,5	53,3	46,7	39,0	53,2	46,8	2,9	59,2	40,8
São Domingos	2,7	57,2	42,8	0,8	54,1	45,9	8,8	58,0	42,0
São Miguel	2,6	50,9	49,1	1,6	51,3	48,7	5,7	50,4	49,6
São Salvador do Mundo	1,5	54,2	45,8	0,6	50,5	49,5	4,4	55,7	44,3
São Lourenço dos Órgãos	1,0	58,0	42,0	0,2	53,5	46,5	3,5	58,8	41,2
Ribeira Grande Santiago	1,6	56,7	43,3	1,0	55,6	44,4	3,7	57,6	42,4
Mosteiros	1,4	67,5	32,5	1,0	63,2	36,8	2,6	72,7	27,3
São Filipe	3,6	63,3	36,7	2,5	58,5	41,5	6,9	69,2	30,8
Santa Catarina Fogo	0,7	71,0	29,0	0,1	64,7	35,3	2,6	72,2	27,8
Brava	1,1	65,8	34,2	0,6	64,1	35,9	2,8	66,8	33,2

Fonte: INE, Censo 2021

Mapa 3 – Distribuição (efetivo) da população empregada com 15 anos ou mais por concelho. Cabo Verde, 2021



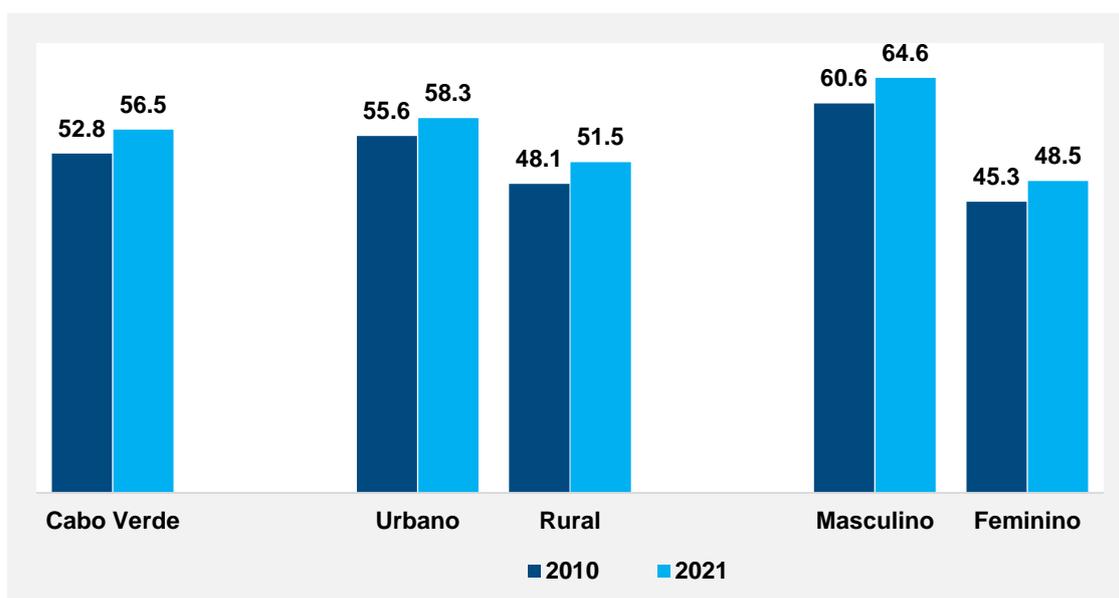
Fonte: INE, Censo 2021

5.2 TAXA DE EMPREGO

A taxa de emprego situa-se em 56,5%, tendo-se aumentado 3,7 p.p. em relação ao ano de 2010 (52,8%). A taxa de emprego entre os homens é superior comparativamente à registada entre as mulheres: 64,6% entre os homens e 48,5% entre as mulheres (Gráfico 13).

No meio urbano, a taxa de emprego/ocupação fixa-se em 58,3%, registando um aumento de 2,7 p.p. relativo ao ano de 2010 (55,6%), enquanto, no meio rural, situa-se em 51,5%, que, também, regista um acréscimo de 3,4 p.p. respeitante ao ano de 2010 (48,1%).

Gráfico 13 – Taxa de emprego/ocupação da população com 15 anos ou mais, por meio de residência e sexo. Cabo Verde, 2010 e 2021



Fonte: INE, Censos 2010 e 2021

A taxa de emprego mostra a tendência geral, quer ao nível dos sexos, quer ao do meio de residência, do aumento das taxas de emprego à medida que cresce o grupo etário, até aos 40-44 anos, e da sua diminuição, a partir dos 45-49 anos, melhor dizendo, com a aproximação da idade da reforma regista-se um decréscimo na taxa de emprego.

O grupo etário 40-44 anos é aquele que ostenta a maior taxa de emprego, alcançando o valor máximo de 80,2% e, entre os homens, essa taxa é de 85,2% contra 74,6% entre as mulheres. A menor taxa é observada entre os 15-19 anos, isto é, 10,9%, com diferenças significativas entre os meios de residência (9,1% no meio urbano contra 15,6% no rural).

Tabela 14 – Taxa de emprego/ocupação da população com 15 anos ou mais, segundo meio de residência e sexo por grupos etários. Cabo Verde, 2021

Grupos etários	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	56,5	64,6	48,5	58,3	65,3	51,5	51,5	62,7	39,7
15-19	10,9	15,2	6,3	9,1	12,3	5,7	15,6	22,3	7,7
20-24	46,6	55,0	37,3	46,7	54,0	38,7	46,6	57,4	32,7
25-29	67,5	74,8	59,9	69,0	75,6	62,6	62,8	72,7	50,3
30-34	75,6	82,5	68,5	77,3	83,6	71,0	69,9	79,1	58,6
35-39	79,9	85,7	73,7	81,6	86,6	76,4	73,6	82,5	62,8
40-44	80,2	85,2	74,6	82,0	86,1	77,6	73,8	82,5	62,9
45-49	77,5	84,6	69,7	79,4	85,5	73,0	71,3	81,8	58,9
50-54	72,3	80,7	63,8	74,1	81,4	66,8	67,4	78,7	55,8
55-59	63,0	73,8	52,9	63,9	73,0	55,1	60,8	75,9	47,5
60-64	45,9	58,4	35,0	45,4	57,5	34,4	46,8	60,8	36,4
65+	13,8	19,9	10,1	12,4	18,0	8,9	16,4	23,6	12,2
Grupo específico									
15-34	50,7	57,2	43,8	51,8	57,3	46,1	47,6	56,9	36,1
15-24	27,9	34,4	20,9	27,2	32,6	21,5	30,0	38,9	19,0
25-34	71,6	78,7	64,2	73,2	79,7	66,9	66,2	75,7	54,3
35-64	72,4	80,4	64,2	74,3	81,1	67,4	66,7	78,4	54,4

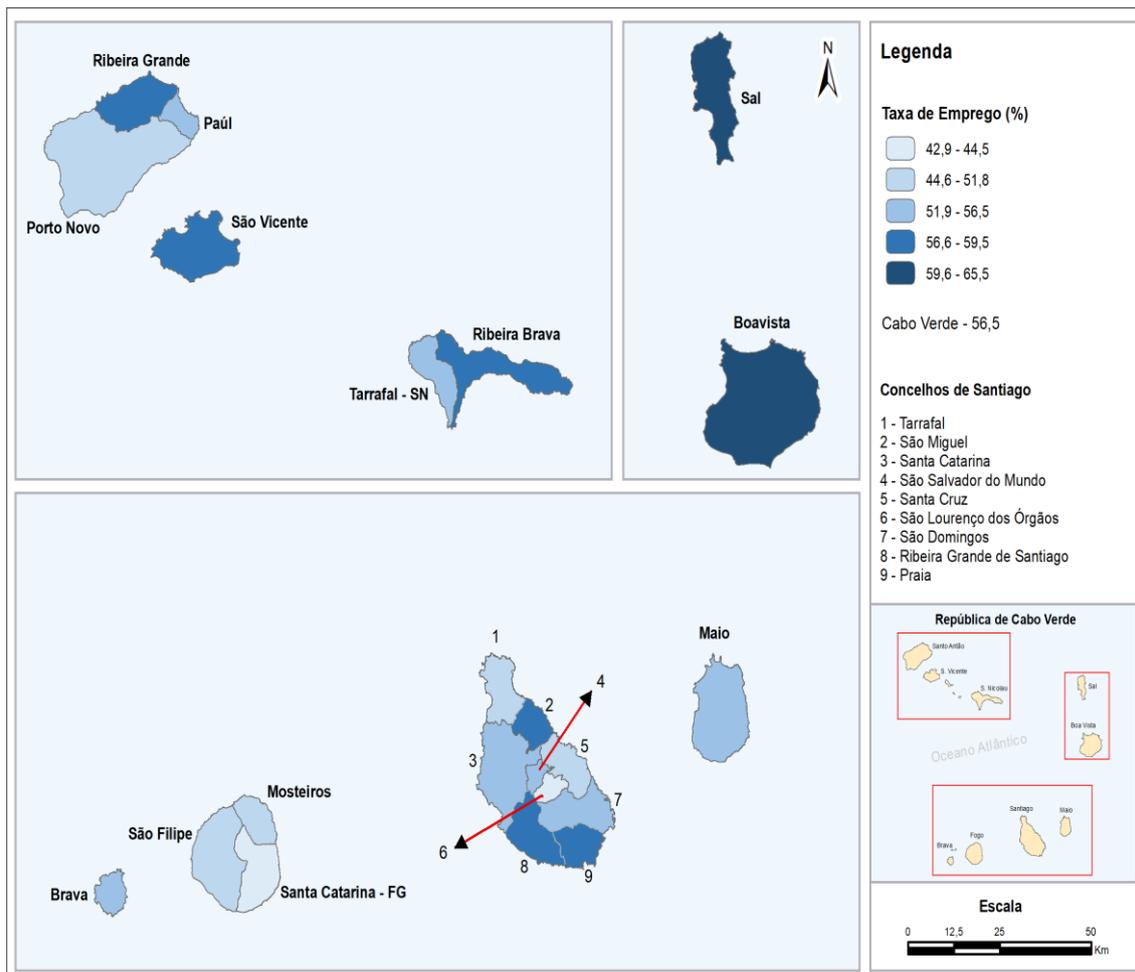
Fonte: INE, Censo 2021

As taxas de emprego entre os concelhos estão mais ou menos no mesmo nível, variando de 42,9% no do São Lourenço dos Órgãos a 65,5% no do Sal. Todavia, observa-se que três concelhos se diferenciam das demais por apresentarem taxas de emprego relativamente altas: 65,5% para o Sal, 62,1% para a Boa Vista e 59,5% para a Ribeira Grande. Alguns concelhos têm taxas abaixo da média nacional, de 56,5%, como é o caso do Porto Novo, a que se juntam os de São Lourenço dos Órgãos, dos Mosteiros, de São Filipe e de Santa Catarina do Fogo que, por junto, registam taxas abaixo dos 50%. Verifica-se que, em todos os concelhos, a taxa de emprego nos homens é superior à das mulheres (Tabela 15).

Tabela 15 – Taxa de emprego/ocupação da população com 15 anos ou mais, segundo meio de residência e sexo por concelho. Cabo Verde, 2021

Concelho	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	56,5	64,6	48,5	58,3	65,3	51,5	51,5	62,7	39,7
Ribeira Grande	59,5	70,5	46,4	60,9	68,5	52,7	58,5	71,8	41,5
Paul	56,1	67,8	41,0	58,2	65,3	50,2	55,4	68,5	37,7
Porto Novo	49,0	59,0	37,6	48,7	57,0	40,0	49,7	63,0	31,6
São Vicente	57,2	64,1	50,2	57,2	63,4	50,8	58,4	71,9	40,9
Ribeira Brava	59,4	71,4	45,9	62,4	73,0	51,2	57,3	70,5	42,0
Tarrafal São Nicolau	56,5	66,7	45,6	57,3	65,3	48,7	52,8	73,6	30,0
Sal	65,5	71,8	58,3	65,9	72,6	58,3	58,0	58,0	58,0
Boa Vista	62,1	68,4	54,4	63,3	69,8	55,4	55,2	60,5	48,0
Maio	53,8	66,0	42,1	56,2	68,2	44,7	47,9	60,6	35,9
Tarrafal	51,5	59,8	44,3	52,7	60,4	45,8	46,5	56,7	38,7
Santa Catarina	54,3	62,7	47,2	54,9	62,1	48,9	53,6	63,5	45,0
Santa Cruz	51,8	63,2	40,8	54,1	61,8	46,7	50,2	64,1	36,7
Praia	58,9	64,4	53,7	59,5	65,6	53,8	42,0	37,6	50,6
São Domingos	54,3	63,3	45,6	55,2	61,0	49,6	54,0	63,9	44,5
São Miguel	57,1	63,3	51,9	56,7	63,2	51,2	57,5	63,5	52,5
São Salvador do Mundo	55,1	62,3	48,6	58,5	64,0	53,9	53,8	61,6	46,5
São Lourenço dos Órgãos	42,9	50,8	35,3	64,7	74,2	56,5	40,4	48,2	32,7
Ribeira Grande Santiago	58,5	68,2	49,3	61,5	70,3	53,3	56,0	66,5	46,2
Mosteiros	48,5	65,7	31,3	52,9	68,5	38,0	44,0	63,1	24,4
São Filipe	47,7	60,6	34,9	53,0	63,2	43,2	42,5	58,1	26,5
Santa Catarina Fogo	44,5	61,7	26,4	45,5	58,5	32,4	44,3	62,3	25,3
Brava	54,5	68,0	39,4	54,2	66,6	40,7	54,6	68,9	38,5

Fonte: INE, Censo 2021

Mapa 4 – Taxa de emprego (%) da população com 15 anos ou mais por concelho. Cabo Verde, 2021

Fonte: INE, Censo 2021

5.3 ESTRUTURA DOS EMPREGADOS

5.3.1 Situação Perante a Profissão / Para quem trabalha

A maioria dos trabalhadores cabo-verdianos com 15 anos ou mais trabalham no setor empresarial privado (40,5%). Esses resultados mostram um forte desempenho e uma alta concentração no meio urbano do setor privado em termos de criação de empregos em Cabo Verde. Os empregados autónomos representam 30,0% do total de trabalhadores: quase três em cada dez trabalhadores (25,8%) estão por conta própria e 4,2% como empregador. A proporção de empregados que trabalham na Administração Pública é de 18,0%, sendo 19,5% no meio urbano e 12,9% no rural (Tabela 16).

As estruturas de emprego destacam, também, a contribuição relativamente fraca ou o acesso relativamente difícil das mulheres às atividades assalariadas, principalmente no meio

rural. Se, entre os homens, 57,7% dos trabalhadores do meio rural são assalariados, já, no que tange às mulheres, essa proporção é de apenas 50,1%. Vários fatores podem estar na origem dessa situação: restrições de tempo disponível para as mulheres realizarem atividades fora do agregado, insegurança, diferentes tipos de discriminação na contratação no mercado de trabalho, etc.

Verifica-se ainda que há mais mulheres a trabalhar na Administração Pública e em casa de família (trabalhador doméstico) do que homens.

Tabela 16 – Distribuição (%) da população com 15 anos ou mais, EMPREGADA, segundo a situação perante a profissão por meio de residência e sexo. Cabo Verde, 2021

Situação perante a profissão	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	199 328	113 632	85 696	152 643	84 453	68 190	46 685	29 179	17 506
Administração Pública (Central ou Municipal)	18,0	15,0	22,0	19,5	16,8	22,9	12,9	9,6	18,4
Setor empresarial privado	40,5	48,9	29,5	42,0	49,7	32,4	35,8	46,4	18,0
Setor empresarial do Estado	3,0	3,7	2,1	3,6	4,6	2,4	1,1	1,3	0,7
Conta própria	25,8	24,0	28,2	22,8	21,4	24,5	35,7	31,5	42,8
Empregador	4,2	5,5	2,4	4,2	5,5	2,6	4,1	5,5	1,8
Trabalhador familiar	1,7	1,8	1,4	0,7	0,8	0,6	4,9	4,9	4,7
Em casa de família (trabalhos domésticos)	5,8	0,2	13,1	6,1	0,2	13,3	4,8	0,2	12,4
Uma cooperativa de produtores	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2	0,3	0,2
Organizações internacionais	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,3	0,0	0,0	0,0
ONG	0,3	0,2	0,5	0,3	0,2	0,5	0,3	0,2	0,5
Outra situação	0,4	0,3	0,4	0,4	0,4	0,5	0,2	0,2	0,3

Fonte: INE, Censo 2021

5.3.2 Profissão

De acordo com o observado anteriormente, 199.328 pessoas encontravam-se a trabalhar na semana de referência do Censo 2021.

Da Tabela 17, pode constatar-se que a maioria dos empregados trabalhavam como profissões elementares sem nenhuma qualificação (24,7%) ou como pessoal dos serviços e vendedores (19,9%) e a maioria dos que exercem estas profissões são mulheres. Segue-

se a profissão de operários, artífices e trabalhadores similares com 16,1%, onde 81,3% dos homens exercem essa profissão.

Da análise por meio de residência, pode verificar-se que o meio rural apresenta uma estrutura de profissões exercidas muito diferente da do meio urbano. No mundo rural, 35,0% (16.338) dos empregados exercem profissões elementares e 23,2% (10.843) exercem profissões relacionadas com a agricultura, enquanto no meio urbano 21,6% (33.042) dos empregados exercem profissões relacionadas com o pessoal dos serviços e vendedores e 21,6% (32.917) exercem profissões elementares. Fazendo uma comparação por sexo, podemos notar que os empregados do sexo feminino são maioria nas profissões relacionadas com o pessoal dos serviços e vendedores (59,0%), especialistas de atividades intelectuais e científicas (58,5%), pessoal administrativo (55,6%) e pessoal administrativo (56,9%), enquanto os homens são maioria nas profissões relacionadas com o serviço militar (95,3%), operadores de instalações de máquinas e trabalhadores da montagem (95,8%) e operários, artífices e trabalhadores similares (81,3%).

Tabela 17 – Distribuição (%) da população com 15 anos ou mais, EMPREGADA, segundo meio de residência e sexo por profissão. Cabo Verde, 2021

Profissão	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	199 328	113 632	85 696	152 643	84 453	68 190	46 685	29 179	17 506
Militar	0,6	95,3	4,7	0,8	95,5	4,5	0,1	91,9	8,1
Representantes dos Poderes Legislativos e Executivos, Diretores e Gestores Executivos	4,7	54,8	45,2	5,6	54,4	45,6	1,5	59,2	40,8
Especialistas de Atividades intelectuais e científicas	8,9	41,5	58,5	10,4	41,8	58,2	4,0	39,1	60,9
Técnicos e Profissionais de Nível Intermediário	5,4	58,2	41,8	6,4	57,4	42,6	2,2	65,9	34,1
Pessoal Administrativo	5,7	43,1	56,9	6,7	42,7	57,3	2,3	46,3	53,7
Pessoal dos Serviços e Vendedores	19,9	41,0	59,0	21,6	43,0	57,0	14,3	31,0	69,0
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura Pesca e da Floresta	8,8	73,1	26,9	4,4	81,1	18,9	23,2	68,1	31,9
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	16,1	81,3	18,7	17,3	80,4	19,6	12,2	85,5	14,5
Operadores de Instalações de Máquinas e trabalhadores da Montagem	5,2	95,8	4,2	5,1	95,1	4,9	5,2	98,1	1,9
Profissões Elementares	24,7	48,3	51,7	21,6	41,5	58,5	35,0	62,0	38,0

Fonte: INE, Censo 2021

5.3.3 Ramo e Setor de Atividade

No geral, a atividade económica é dominada pelo ramo “comércio, reparações de automóveis e motocicletas”. Cerca de 16,1% dos empregados com idade com 15 anos ou mais trabalham neste ramo de atividade. Por outro lado, no meio de residência, a estrutura do emprego é totalmente diferente: enquanto no meio urbano, o ramo mais predominante é o “comércio, reparações de automóveis e motocicletas”, no mundo rural o que mais prevalece é a “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (respetivamente, 17,7% e 38,2%). O desenvolvimento das atividades do ramo “indústria transformadora” é fraco no meio rural, representando 5,5% da população empregada.

A estrutura do emprego, analisada de forma mais detalhada do ramo de atividade por sexo, parece evidenciar a complementaridade entre homens e mulheres no exercício das atividades em Cabo Verde na generalidade dos setores. As distribuições por ramo de atividade são praticamente idênticas no meio urbano e no rural. Isso pode ser explicado pela importância das atividades em unidades produtivas do tipo familiar, nas quais a mão de obra familiar contribui em conjunto nas diferentes etapas do processo produtivo. No entanto, os resultados põem a descoberto certas formas de especialização em determinados setores de atividade em relação ao sexo: “Empregados domésticos” (96,3%), “Saúde Humana e Ação Social (72,5%), “Educação” (67,4%) e “Alojamento e Restauração” (67,1) para as mulheres, “Construção” (97,2%), “Transporte e Armazenagem” (89,1%), “Eletricidade, Gás, Vapor, Água quente e fria e ar frio” (79,9%) e “Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca” (74,3%) para os homens (Tabela 18).

Essa repartição de ramo de atividade por sexo tipifica o conceito de Bourdieu (2002) da divisão sexual do trabalho. Bourdieu, citando Bergmann (1986), identifica o que denomina de carreiras femininas, numa listagem de 335 carreiras, segundo a percentagem de seus membros que são mulheres, que conduziriam a profissões cujo eixo principal seria o cuidado de crianças (professora primária), de doenças (enfermagem e nutrição), de casas (empregadas domésticas) e de pessoas (secretárias, rececionistas). Seriam três os eixos principais que orientariam, segundo sua análise, as escolhas das mulheres: as funções que lhes conviriam seriam aquelas que sugerem o prolongamento das funções domésticas – ensino, cuidado e serviços, uma vez que uma mulher não pode ter autoridade sobre homens e, por último, ao homem deve caber o monopólio da manutenção dos objetos técnicos e das máquinas (Bourdieu, 2002, p.112).

Tabela 18 – Distribuição (%) da população com 15 anos ou mais, EMPREGADA, segundo meio de residência e sexo por ramo de atividade económica. Cabo Verde, 2021

Ramo de atividade económica	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	199 328	113 632	85 696	152 643	84 453	68 190	46 685	29 179	17 506
Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca	13,0	74,3	25,7	5,3	80,3	19,7	38,2	71,6	28,4
Indústrias Extrativas	0,7	54,1	45,9	0,5	50,1	49,9	1,5	58,3	41,7
Indústria Transformadora	8,9	57,6	42,4	10,0	57,1	42,9	5,5	60,5	39,5
Eletricidade, Gás, Vapor, Água quente e fria e ar frio	0,6	79,9	20,1	0,7	79,1	20,9	0,2	88,1	11,9
Captação, Tratamento e Distribuição de Água, Saneamento, Gestão de Resíduos e despoluição	0,4	67,9	32,1	0,3	67,1	32,9	0,5	69,7	30,3
Construção	12,9	97,2	2,8	12,4	97,1	2,9	14,2	97,5	2,5
Comércio, Reparação de Automóveis e Motociclos	16,1	40,2	59,8	17,7	42,7	57,3	10,9	26,8	73,2
Transporte e Armazenagem	5,4	89,1	10,9	5,7	87,2	12,8	4,2	97,2	2,8
Alojamento e Restauração	5,8	32,9	67,1	6,8	33,4	66,6	2,4	27,6	72,4
Atividades de Informação e Comunicação	1,3	60,3	39,7	1,6	60,3	39,7	0,2	58,6	41,4
Atividades Financeiras e Seguros	1,0	39,2	60,8	1,3	39,1	60,9	0,2	41,0	59,0
Atividades Imobiliárias	0,2	53,7	46,3	0,3	52,8	47,2	0,0	73,7	26,3
Atividades de Consultoria Científicas e Técnicas	1,2	55,7	44,3	1,4	55,2	44,8	0,3	64,0	36,0
Atividades Administrativas e dos Serviços de Apoio	3,7	69,3	30,7	4,4	68,4	31,6	1,4	78,9	21,1
Administração Pública e Defesa, Segurança Social	10,2	58,0	42,0	11,1	57,9	42,1	7,3	58,5	41,5
Educação	6,7	32,6	67,4	7,3	33,4	66,6	5,0	28,8	71,2
Saúde Humana e Ação Social	2,5	27,5	72,5	2,9	26,9	73,1	1,2	32,8	67,2
Atividades Artísticas, Desportivas e Recreativas	0,6	65,9	34,1	0,7	64,8	35,2	0,2	81,0	19,0
Outras Atividades e Serviços	2,6	52,6	47,4	3,0	51,9	48,1	1,2	59,2	40,8
Atividades das Famílias Empregadores de Pessoal Doméstico e Atividade de Produção das Famílias para uso Próprio	6,0	3,7	96,3	6,2	2,7	97,3	5,5	7,5	92,5
Organismos Internacionais e ONG	0,3	57,1	42,9	0,3	57,1	42,9	0,0	60,0	40,0

Fonte: INE, Censo 2021

O setor terciário é o que mais absorve a mão de obra, com 126.572 empregos e um peso relativo de 63,5%. O setor secundário regista um total de 45.378 empregos e representa 22,8% do total dos empregos, já o setor primário acolhe um total de 27.378 empregos e um peso relativo de 13,7% (Tabela 19).

Fazendo uma análise, segundo o sexo, pode notar-se que os empregados do sexo masculino exercem mais profissões no setor secundário (80,7%) e primário (73,2%) e as mulheres exercem mais profissões no setor terciário (55,0%), (Tabela 19). Por meio de residência, verifica-se que no meio urbano o setor que mais absorve a mão de obra é o terciário (70,7%) e no meio rural, tanto o setor primário como o terciário absorvem a mesma proporção (ambos 39,8%).

Tabela 19 – Distribuição (%) da população com 15 anos ou mais, EMPREGADA, segundo meio de residência e sexo por setor de atividade. Cabo Verde, 2021

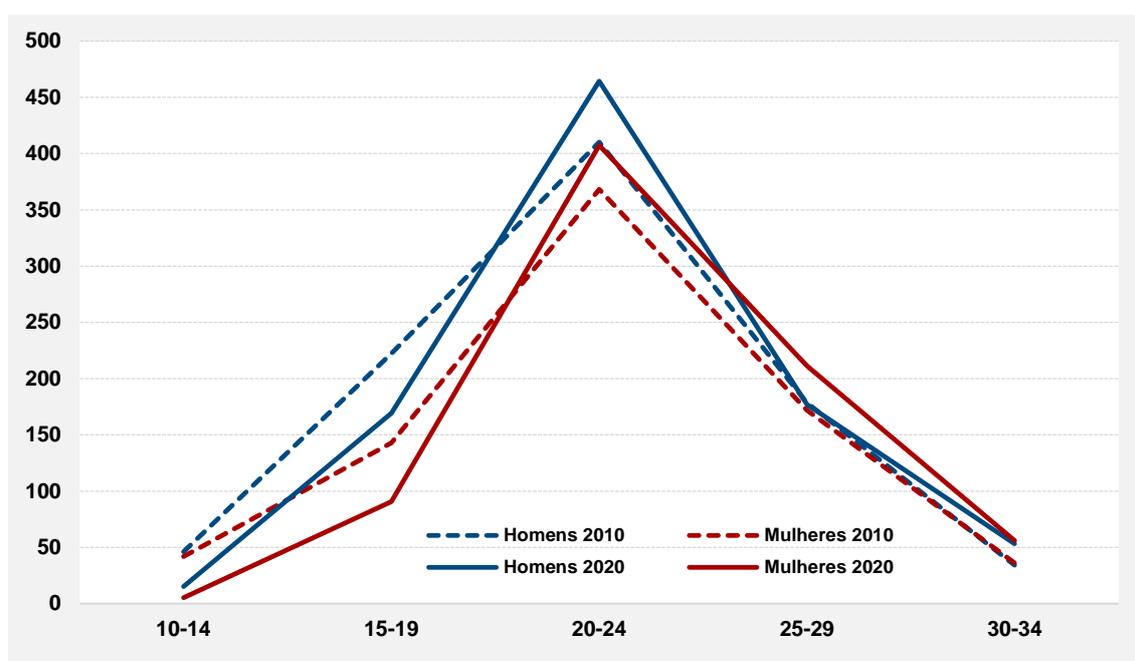
Setor de atividade	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	199 328	113 632	85 696	152 643	84 453	68 190	46 685	29 179	17 506
Primário	13,7	73,2	26,8	5,8	77,8	22,2	39,8	71,1	28,9
Secundário	22,8	80,7	19,3	23,5	79,1	20,9	20,4	86,8	13,2
Terciário	63,5	45,0	55,0	70,7	45,6	54,4	39,8	41,5	58,5

Fonte: INE, Censo 2021

5.4 TÁBUA DA VIDA ATIVA

O Gráfico 14 apresenta a taxa de entrada no mercado de trabalho, segundo o sexo, por grupo quinquenal para os anos de 2010 (linhas tracejadas) e de 2020 (contínuas). Nas primeiras idades até aos 20 anos, os indivíduos de 2020 entram depois na força de trabalho. A probabilidade de entrada para os indivíduos de 15-19 anos é mais baixa nas mulheres (90‰) em relação aos homens (169‰), ou seja, as mulheres entram mais tarde. A causa comum do adiamento na força de trabalho é a permanência na escola, não só pela necessidade de querer ter uma melhor formação para entrar no mercado, mas, também, para ser o reforço legal do impedimento de entrar no mercado muito jovem. Em 2020, a entrada no mercado de trabalho é, principalmente, em 20-24 anos. Para depois de 20-24 anos, a taxa de entrada no mercado é mais elevada, em 2020, comparando com o ano de 2010, que são as pessoas que não entraram antes e, possivelmente, têm mais educação.

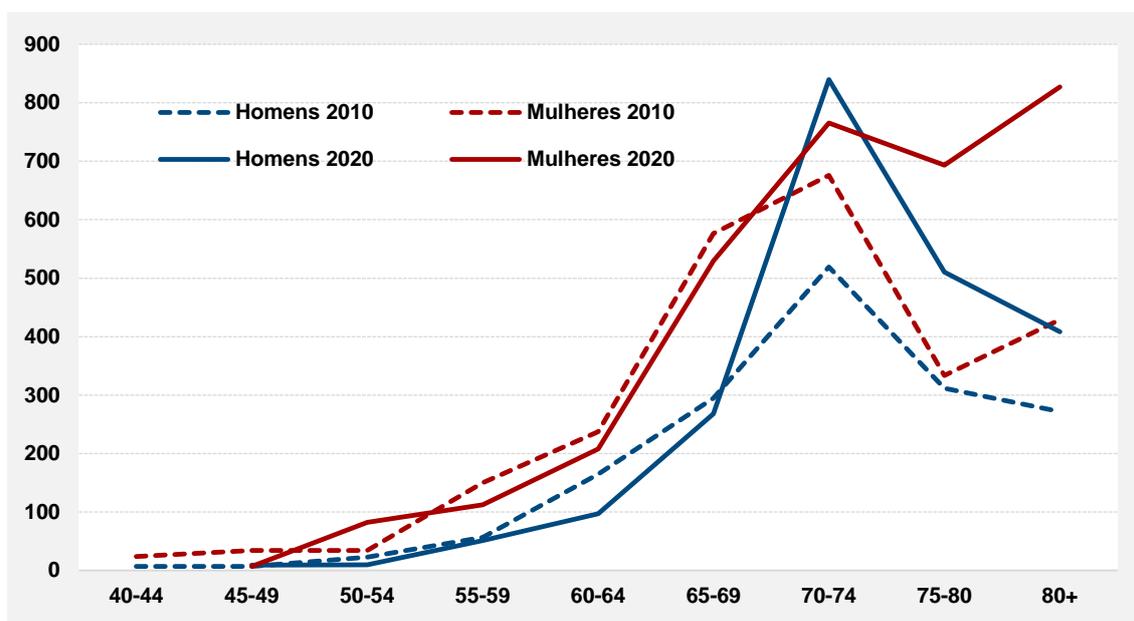
Gráfico 14 – Taxa de entrada no mercado de trabalho (‰) segundo sexo por ano. Cabo Verde, 2010 e 2020



Fonte: INE, Censo 2010, 2021 e Estatísticas Vitais 2020

O Gráfico 15 apresenta a taxa de saída do mercado de trabalho segundo sexo por grupo quinquenal para os anos de 2010 (linhas tracejadas) e de 2020 (contínuas). Até os 65 anos, a taxa de saída do mercado de trabalho é menor, em 2020, do que em 2010. Verifica-se que, a partir dos 65 anos, a taxa é superior, ou seja, há mais pessoas a sair do mercado de trabalho, consequência das políticas implementadas sobre a proteção social que estabelecem a idade para sair do mercado de trabalho. Na Administração Pública, a idade para as mulheres é de 60 anos e para os homens 65 anos. Em relação ao sexo, verifica-se que a taxa de saída do mercado nos homens é superior à das mulheres.

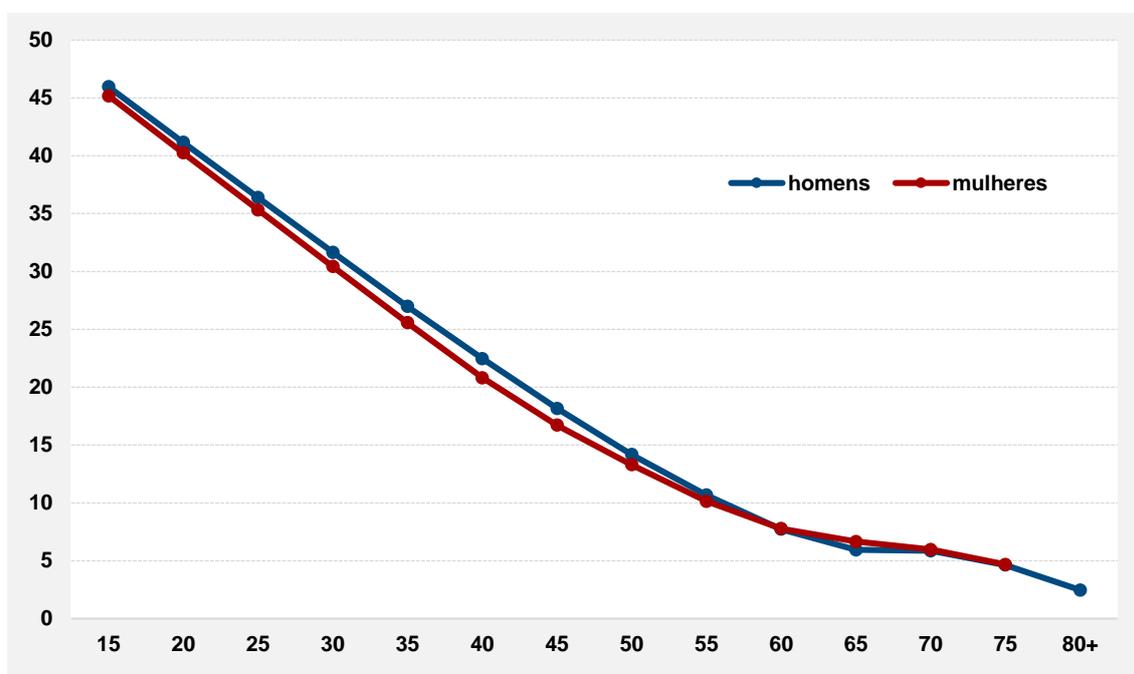
Gráfico 15 – Taxa de saída do mercado de trabalho (%₀) segundo sexo por ano. Cabo Verde, 2010, 2020 e 2021



Fonte: INE, Censo 2010, 2021 e Estatísticas Vitais 2020

O Gráfico 16 mostra que, em todas as idades, até os 55 anos, os homens apresentam uma vida ativa mais longa do que as mulheres.

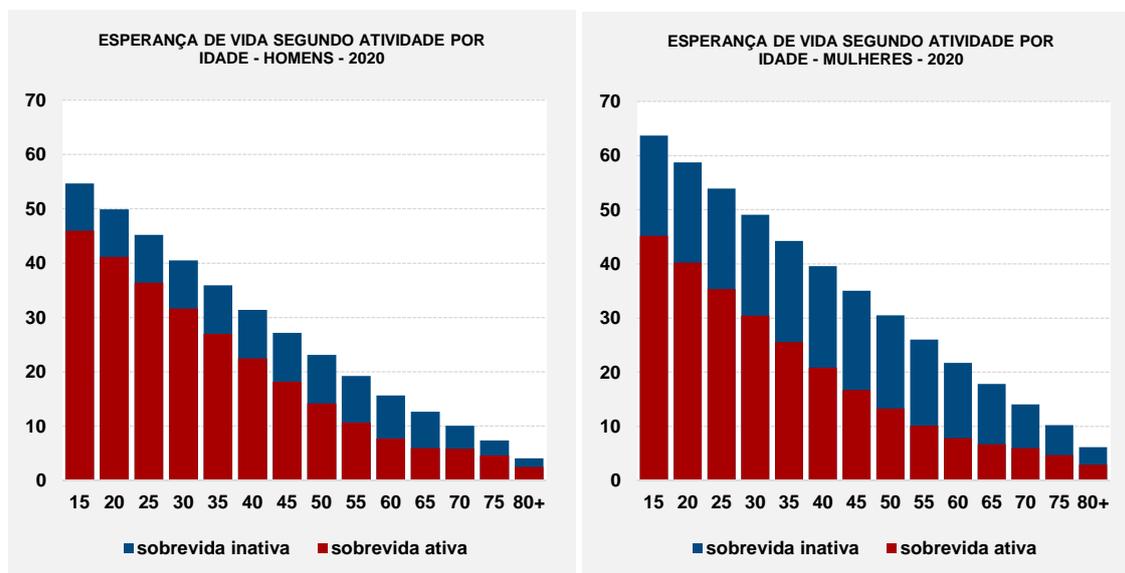
Gráfico 16 – Anos remanescentes na força de trabalho. Cabo Verde, 2020 e 2021



Fonte: INE, Censo 2021 e Estatísticas Vitais 2020

O Gráfico 17 mostra que os homens apresentam um padrão de crescimento distinto do das mulheres. Enquanto nestas a vida inativa é mais longa, naqueles a vida ativa é, em contraposição, mais longa. Verifica-se que, em ambos os sexos, à medida que a idade aumenta a vida ativa diminui e a vida inativa aumenta.

Gráfico 17 – Esperança de vida segundo a atividade económica por idade e sexo. Cabo Verde, 2020 e 2021



Fonte: INE, Censo 2021 e Estatísticas Vitais 2020

6 ANÁLISE DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA

Este capítulo trata da situação do desemprego em Cabo Verde. As pessoas que querem entrar no mercado de trabalho, mas não o conseguem são consideradas desempregadas. Mais precisamente, à luz das recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), os desempregados são definidos como todas as pessoas em idade ativa que não têm emprego, que estão disponíveis para trabalhar e que estão ainda ativamente a procurar o emprego. Tal como acontece com a população ativa e a população empregada, a idade usada para determinar as pessoas desempregadas é a idade legal para trabalhar em Cabo Verde: 15 anos ou mais.

Este capítulo descreve o número e as características sociodemográficas dos desempregados e apresenta a taxa de desemprego de acordo com as diferentes categorias da população desempregada em Cabo Verde.

6.1 VOLUME E REPARTIÇÃO ESPACIAL

Relativamente aos resultados obtidos pelo Censo 2021, foram contabilizadas 18.094 pessoas desempregadas em Cabo Verde, menos 2.074, em comparação ao valor registado no ano de 2010 (21.168 pessoas), o que representa uma diminuição de 14,5% ao nível nacional.

Por sexo, regista-se que a população desempregada masculina (8.188) representa 45,3% e a feminina (9.906 mulheres) 54,7% dos desempregados, indicando que a população desempregada é, maioritariamente, do sexo feminino. Constatase que a população desempregada diminuiu em 2.462 pessoas entre os homens e em 612 pessoas entre as mulheres, face ao ano de 2010.

Por meio de residência, verifica-se que a população desempregada com 15 anos ou mais, registada no meio urbano, é de 14.975 (82,8%) desempregados e, no meio rural, é de 3.119 (17,2%). Nos dois meios de residência, a população feminina de desempregados é maioritária (Tabela 20).

Tabela 20 – Distribuição da população com 15 anos ou mais, DESEMPREGADA, segundo sexo por meio de residência. Cabo Verde, 2021

	Sexo					
	Ambos os sexos		Masculino		Feminino	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
Cabo Verde	18 094	100,0	8 188	45,3	9 906	54,7
Meio de residência						
Urbano	14 975	82,8	6 723	44,9	8 252	55,1
Rural	3 119	17,2	1 465	47,0	1 654	53,0

Fonte: INE, Censo 2021

Da Tabela 21, conclui-se que a população desempregada é dominada pelos jovens. Cerca de 72,5% da população desempregada têm entre 15 e 34 anos e são 13.110 jovens. Esta situação confirma as dificuldades encontradas pelos jovens à procura do primeiro emprego. Sem experiência profissional ou formação adequada às necessidades do mercado, muitas vezes, saem prejudicados num ambiente altamente competitivo. Além disso, a maioria não consegue engajar-se na criação do próprio emprego devido à insuficiente de recursos financeiros.

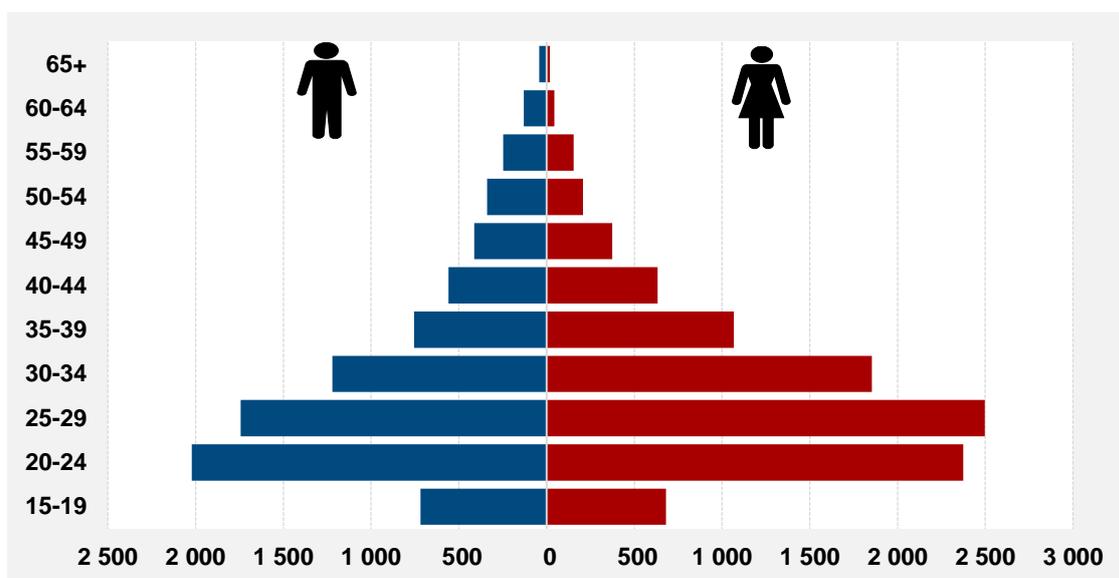
A população desempregada de 15 a 24 anos do meio rural é superior à do urbano (respetivamente, 34,0% e 31,6%). Particularmente, os idosos de 65 anos ou mais, representam apenas 0,4% dos desempregados no meio rural.

Tabela 21 – Distribuição (%) da população com 15 anos ou mais, DESEMPREGADA, segundo grupo etário por meio de residência e sexo. Cabo Verde, 2021

Grupos etários	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	18 094	8 188	9 906	14 975	6 723	8 252	3 119	1 465	1 654
15-19	7,7	8,8	6,9	7,9	8,8	7,1	7,1	8,7	5,8
20-24	24,3	24,7	24,0	23,8	24,3	23,3	26,9	26,3	27,3
25-29	23,4	21,3	25,2	23,5	21,0	25,5	23,3	22,7	23,8
30-34	17,0	14,9	18,7	16,9	14,8	18,5	17,6	15,2	19,7
35-39	10,1	9,2	10,8	10,4	9,6	11,1	8,6	7,6	9,4
40-44	6,6	6,8	6,4	6,7	7,1	6,5	5,8	5,7	5,9
45-49	4,3	5,0	3,8	4,5	5,1	3,9	3,7	4,5	3,0
50-54	3,0	4,1	2,1	3,0	4,2	2,1	2,9	3,7	2,2
55-59	2,2	3,0	1,6	2,2	3,0	1,5	2,4	2,9	1,9
60-64	1,0	1,6	0,5	0,9	1,5	0,4	1,3	2,0	0,5
65+	0,3	0,5	0,2	0,3	0,5	0,2	0,4	0,6	0,2

Fonte: INE, Censo 2021

Gráfico 18 – Pirâmide da população com 15 anos ou mais, DESEMPREGADA, segundo grupo etário por sexo. Cabo Verde, 2021



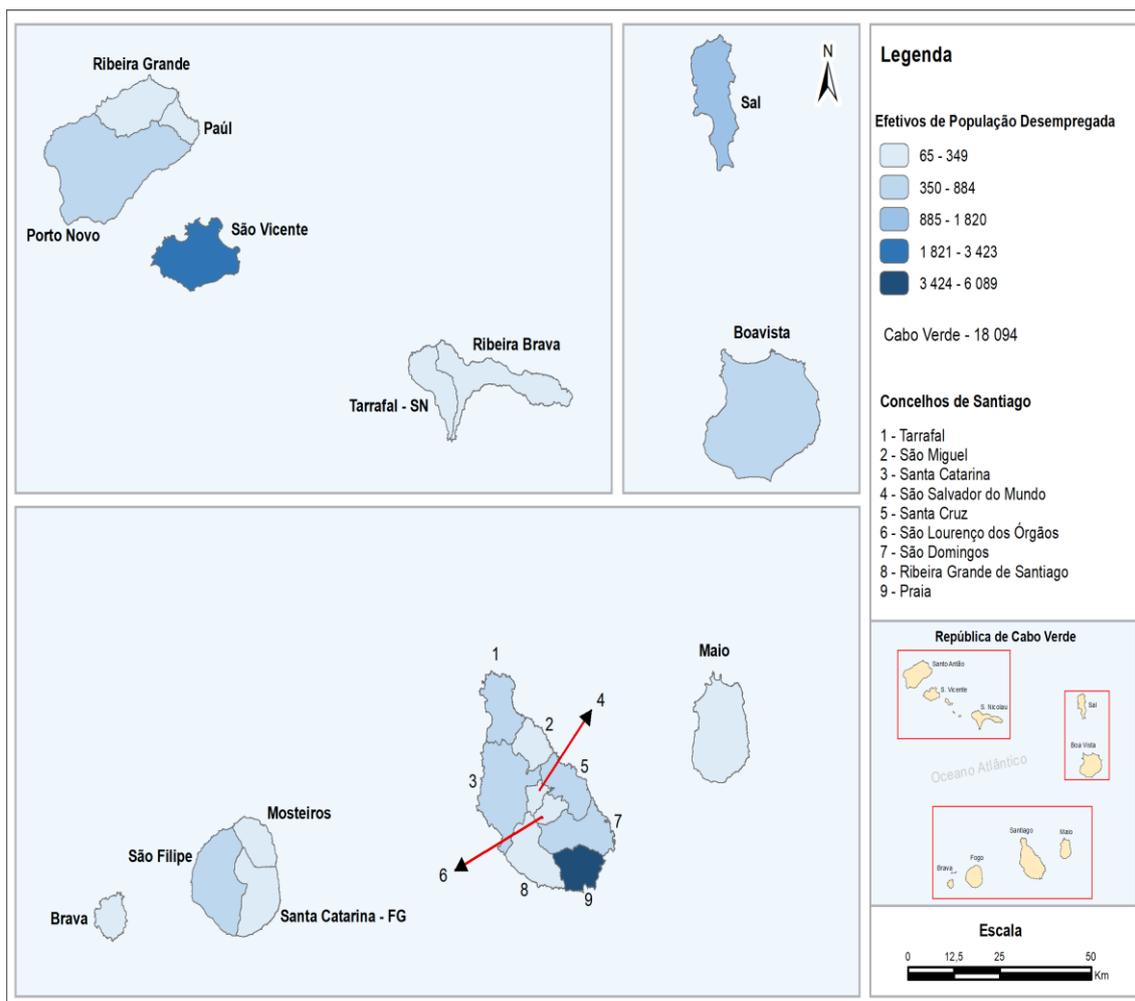
Fonte: INE, Censo 2021

A distribuição da população desempregada, com 15 anos ou mais, por concelho, mostra que Praia, São Vicente e Sal apresentam as maiores percentagens (33,7%, 18,9%, e 10,1% respetivamente), enquanto os de Santa Catarina do Fogo (0,4%), Paul (0,6%), Maio (0,6%) e Brava (0,6%) apresentam as menores percentagens (Tabela 22).

Tabela 22 – Distribuição (%) da população com 15 anos ou mais, DESEMPREGADA, segundo meio de residência e sexo por concelho. Cabo Verde 2021

Concelho	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	18 094	8 188	9 906	14 975	6 723	8 252	3 119	1 465	1 654
Ribeira Grande	1,7	46,0	54,0	0,9	51,1	48,9	5,2	41,6	58,4
Paul	0,6	50,9	49,1	0,3	51,2	48,8	2,2	50,7	49,3
Porto Novo	3,4	49,1	50,9	3,4	47,9	52,1	3,5	54,6	45,4
São Vicente	18,9	45,3	54,7	21,2	45,8	54,2	8,0	38,6	61,4
Ribeira Brava	0,7	51,6	48,4	0,2	63,3	36,7	3,1	47,9	52,1
Tarrafal São Nicolau	1,1	51,3	48,7	1,2	52,5	47,5	0,5	37,5	62,5
Sal	10,1	47,5	52,5	11,8	46,8	53,2	1,9	67,8	32,2
Boa Vista	3,7	49,4	50,6	4,1	49,0	51,0	1,5	54,2	45,8
Maio	0,6	46,2	53,8	0,6	46,6	53,4	0,5	43,8	56,3
Tarrafal	3,1	46,0	54,0	3,3	45,8	54,2	1,9	47,5	52,5
Santa Catarina	4,6	36,2	63,8	3,5	34,4	65,6	9,9	39,4	60,6
Santa Cruz	4,9	42,0	58,0	2,6	40,6	59,4	15,8	43,1	56,9
Praia	33,7	44,0	56,0	40,2	43,9	56,1	2,3	47,2	52,8
São Domingos	2,6	47,8	52,2	0,7	39,8	60,2	12,1	49,9	50,1
São Miguel	1,9	53,3	46,7	1,6	52,3	47,7	3,5	55,5	44,5
São Salvador do Mundo	1,2	47,9	52,1	0,3	41,3	58,7	5,3	49,7	50,3
São Lourenço dos Órgãos	1,0	59,5	40,5	0,1	16,7	83,3	5,2	62,7	37,3
Ribeira Grande Santiago	1,7	40,8	59,2	1,1	40,4	59,6	4,8	41,3	58,7
Mosteiros	0,7	41,4	58,6	0,5	29,3	70,7	1,9	56,9	43,1
São Filipe	2,9	44,7	55,3	2,0	45,5	54,5	7,5	43,8	56,2
Santa Catarina Fogo	0,4	53,8	46,2	0,1	42,9	57,1	1,6	56,9	43,1
Brava	0,6	47,1	52,9	0,3	44,4	55,6	1,9	49,2	50,8

Fonte: INE, Censo 2021

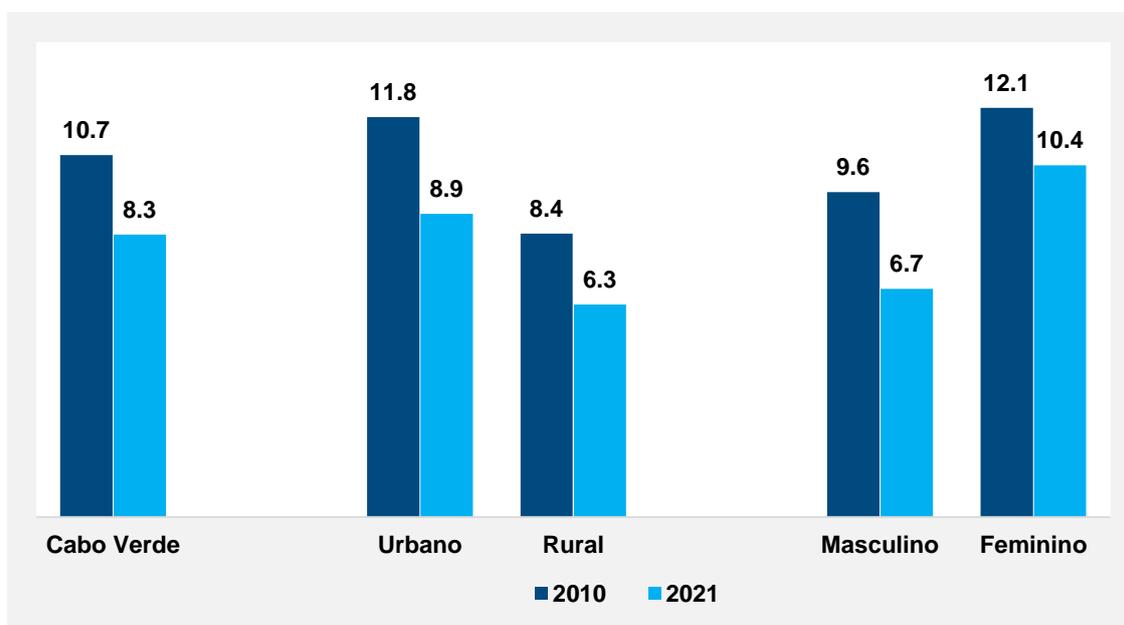
Mapa 5 – Distribuição (efetivo) da população desempregada com 15 anos ou mais por concelho. Cabo Verde, 2021

Fonte: INE, Censo 2021

6.2 TAXA DE DESEMPREGO

Um dos indicadores do desequilíbrio entre a oferta e a demanda no mercado de trabalho é a taxa de desemprego. Muito embora a pandemia tenha afetado fortemente a economia, a taxa de desemprego situa-se em 8,3%, em 2021, tendo diminuído 2,4 p.p. em relação ao ano de 2010 (10,7%). A taxa de desemprego é inferior entre os homens comparativamente à registada entre as mulheres: 6,7% entre os homens e 10,4% entre as mulheres (Gráfico 19).

Geralmente, o desemprego afeta, principalmente, o meio urbano. A taxa de desemprego no meio urbano é de 8,9% e no rural é de 6,3%. Verificou-se uma diminuição da taxa de desemprego em ambos os meios de residência comparativamente ao ano de 2010: 2,9 p.p. para o meio urbano e 2,1 p.p. para o meio rural.

Gráfico 19 – Taxa de desemprego da população com 15 anos ou mais, por meio de residência e sexo. Cabo Verde, 2010 e 2021

Fonte: INE, Censos 2010 e 2021

A taxa de desemprego afeta, principalmente, os jovens: cerca de 23,3% têm entre 15 a 19 anos e 19,6% têm entre 20 a 24 anos. No meio urbano, a situação é muito mais preocupante na medida em que, nestes dois grupos etários, a taxa de desemprego atinge 29,7% e 21,1%, respetivamente. Para os jovens de 15 a 24 anos, residentes no meio rural, a taxa de desemprego é de 14,0%.

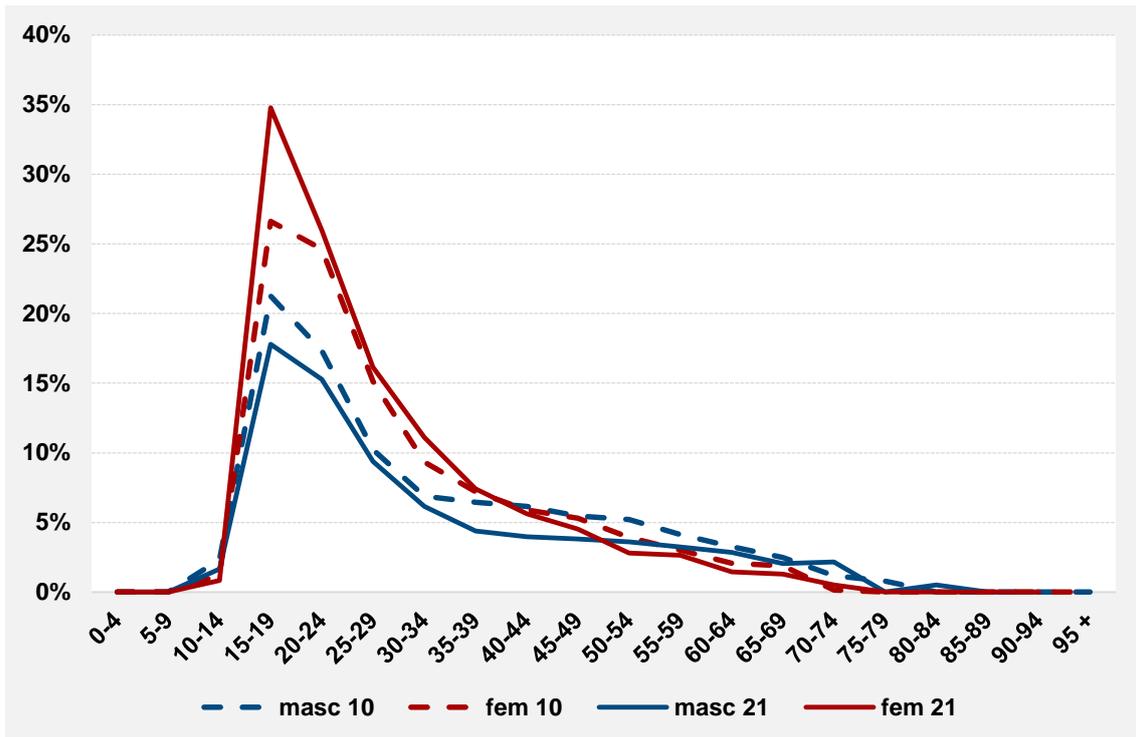
A partir dos 25 anos, a taxa de desemprego começa a diminuir. Ela é de apenas 1,3% entre a população idosa com 65 anos ou mais. Estes resultados confirmam, mais uma vez, as dificuldades que os jovens têm em encontrar um emprego e, possivelmente, a falta de necessidade dos idosos em procurar emprego, já que podem contar com o benefício do INPS (Tabela 23).

Tabela 23 – Taxa de desemprego da população com 15 anos ou mais, segundo meio de residência e sexo por grupos etários. Cabo Verde, 2021

Grupos etários	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	8,3	6,7	10,4	8,9	7,4	10,8	6,3	4,8	8,6
15-19	23,3	17,8	34,8	29,7	23,6	40,4	10,9	8,3	18,9
20-24	19,6	15,3	26,0	21,1	17,1	26,6	15,1	10,6	23,8
25-29	12,5	9,4	16,1	13,2	10,1	16,6	9,8	7,1	14,2
30-34	8,4	6,2	11,1	8,7	6,5	11,1	7,3	4,9	11,1
35-39	5,8	4,4	7,4	6,1	4,8	7,6	4,3	2,9	6,4
40-44	4,7	4,0	5,6	5,0	4,3	5,7	3,7	2,7	5,1
45-49	4,1	3,8	4,5	4,5	4,2	4,8	2,8	2,6	3,2
50-54	3,3	3,6	2,8	3,6	4,1	3,0	2,2	2,2	2,2
55-59	3,0	3,2	2,7	3,3	3,7	2,8	2,1	2,1	2,1
60-64	2,3	2,8	1,4	2,5	3,1	1,7	1,7	2,3	0,9
65+	1,3	1,7	0,9	1,8	2,2	1,3	0,7	0,9	0,5
Grupo específico									
15-34	13,3	10,2	17,1	14,1	11,2	17,5	10,4	7,4	15,6
15-24	20,4	15,9	27,5	22,8	18,4	28,9	14,0	9,9	22,7
25-34	10,4	7,7	13,5	10,9	8,3	13,7	8,5	6,0	12,6
35-64	4,3	3,8	4,9	4,7	4,2	5,2	3,0	2,5	3,8

Fonte: INE, Censo 2021

O Gráfico 20 apresenta a taxa de desemprego por grupo quinquenal, segundo sexo para os recenseamentos de 2010 (linhas tracejadas) e de 2021 (contínuas). As taxas apresentam um crescimento para as idades mais jovens, até atingir um valor máximo no grupo 15 a 19 anos, e decresce a partir desta idade. Diferentemente do observado para a taxa de atividade, em ambos os anos, as mulheres apresentam uma taxa de desemprego mais alta do que a dos homens. Pondo em comparação os dois recenseamentos, conclui-se que os homens apresentam uma taxa de desemprego mais baixa, em 2021 (deslocamento para baixo das linhas contínuas frente às tracejadas). Já para as mulheres, a mudança não é uniforme por idade: o ano de 2021 apresenta valores maiores do que os de 2010 para as idades até 35 anos e menores a partir desta idade.

Gráfico 20 – Taxa de desemprego segundo sexo por grupo quinquenal. Cabo Verde, 2010 e 2021

Fonte: INE, Censos 2010 e 2021

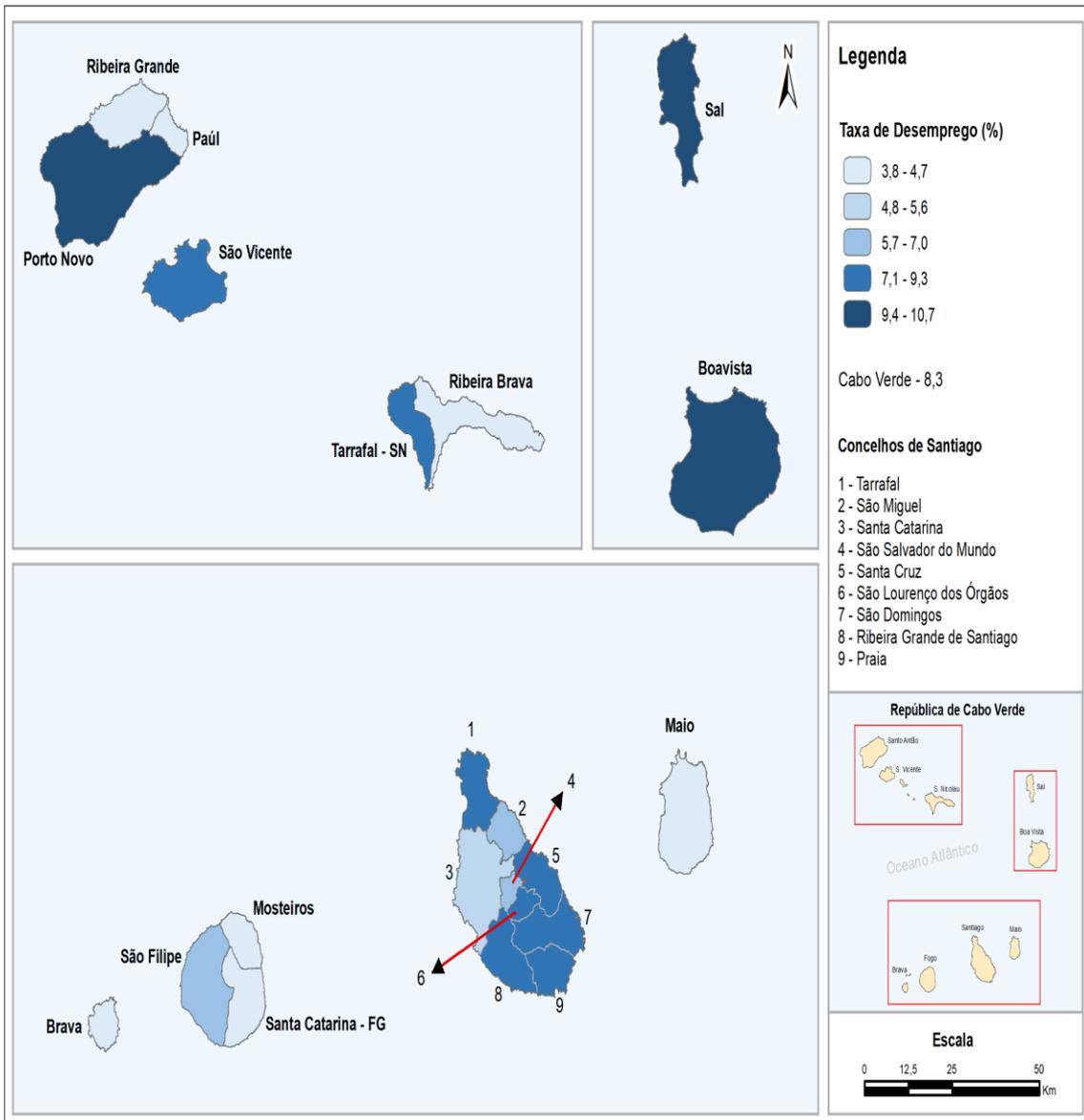
Em 2021, a taxa de desemprego varia de 3,8% a 10,7% entre os concelhos. Os do Sal e da Boa Vista, apesar de terem as maiores taxas de emprego, conheceram as maiores taxas de desemprego, respetivamente, 10,4% e 10,7%. Seguem os concelhos do Porto Novo com 9,6%, de São Vicente com 9,3% e de Santa Cruz com 9,2%. As menores taxas de desemprego são registadas nos municípios da Ribeira Brava (3,8%), do Maio (4,0%) e da Ribeira Grande (4,2%). Verifica-se que, em todos os concelhos, a taxa de desemprego das mulheres é superior à dos homens (Tabela 24).

Tabela 24 – Taxa de desemprego da população com 15 anos ou mais, segundo meio de residência e sexo por concelho. Cabo Verde, 2021

Concelho	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	8,3	6,7	10,4	8,9	7,4	10,8	6,3	4,8	8,6
Ribeira Grande	4,2	3,0	6,2	4,6	4,1	5,4	3,9	2,4	7,0
Paul	4,3	3,2	6,4	6,3	5,5	7,5	3,5	2,6	5,9
Porto Novo	9,6	7,5	13,1	11,3	9,2	14,3	5,6	4,2	9,0
São Vicente	9,3	7,6	11,5	9,3	7,7	11,1	10,2	5,9	18,4
Ribeira Brava	3,8	3,1	5,0	2,1	2,3	2,0	5,0	3,7	7,5
Tarrafal São Nicolau	8,2	7,0	10,1	8,9	8,0	10,1	4,4	2,3	9,5
Sal	10,4	8,5	13,0	10,5	8,5	13,2	8,4	8,9	7,6
Boa Vista	10,7	8,9	13,4	11,4	9,4	14,2	6,1	5,3	7,5
Maio	4,0	3,1	5,3	4,6	3,6	5,9	2,4	1,8	3,5
Tarrafal	8,4	7,3	9,7	9,1	7,8	10,5	5,2	4,7	5,8
Santa Catarina	5,6	3,9	7,4	6,1	4,2	8,0	4,9	3,5	6,5
Santa Cruz	9,2	6,7	12,8	9,6	7,2	12,5	9,0	6,3	13,1
Praia	9,1	7,6	10,7	9,2	7,7	10,8	5,0	4,0	6,4
São Domingos	8,2	7,0	9,9	7,7	5,8	9,9	8,4	7,3	9,9
São Miguel	6,3	6,6	6,0	8,8	8,9	8,6	3,9	4,3	3,6
São Salvador do Mundo	6,7	6,0	7,6	5,1	4,2	6,0	7,4	6,7	8,3
São Lourenço dos Órgãos	8,2	8,4	7,9	3,8	1,2	6,7	9,0	9,5	8,2
Ribeira Grande Santiago	8,9	6,5	11,7	9,8	7,3	12,7	8,0	5,9	10,8
Mosteiros	4,7	2,9	8,2	4,8	2,3	8,9	4,5	3,6	7,0
São Filipe	7,0	5,0	10,2	7,2	5,6	9,2	6,8	4,4	11,7
Santa Catarina Fogo	4,4	3,3	6,8	5,9	4,0	9,2	4,1	3,2	6,2
Brava	4,6	3,3	6,9	5,0	3,5	7,5	4,3	3,2	6,5

Fonte: INE, Censo 2021

Mapa 6 – Taxa de desemprego (%) da população com 15 anos ou mais por concelho. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

7 ANÁLISE DO PERFIL DA POPULAÇÃO EMPREGADA E DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA

7.1 PERFIL DOS EMPREGADOS E DOS DESEMPREGADOS

A população com 15 anos ou mais empregada, em 2021, é, na sua grande maioria, do sexo masculino (57,0%) contra 43,0% do feminino, enquanto a população desempregada é, maioritariamente, do sexo feminino (54,7% contra 45,3% nos homens).

A idade média dos empregados é de 39 anos – 38 anos nos homens e 39 anos nas mulheres. Entre a população desempregada, a idade média é de 31 anos, oito anos mais jovem do que a da força de trabalho total (Tabela 25).

A grande maioria dos empregados encontram-se no grupo etário 35-64 anos (54,7%) e mais de metade deste são casados/união de facto (53,1%) com maior incidência entre as mulheres (53,2%). Apenas 11,3% dos empregados são jovens menores de 25 anos (12,8% entre os homens e 9,4% entre as mulheres). Já a população desempregada é, maioritariamente, jovem (15-34 anos) e metade dessa população é solteira (72,5% e 50,9%, respetivamente). Esta conformação é um reflexo do ciclo de vida.

Tabela 25 – Perfil da população empregada e da população desempregada segundo sexo. Cabo Verde, 2021

	População empregada			População desempregada		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Distribuição por sexo (%)	100,0	57,0	43,0	100,0	45,3	54,7
Idade média (anos)	38,6	38,3	38,9	30,6	31,3	30,1
Grupo Etário (%)						
15-34 anos	43,1	44,0	41,9	72,5	69,7	74,8
15-24 anos	11,3	12,8	9,4	32,0	33,5	30,8
25-34 anos	31,7	31,2	32,5	40,4	36,2	43,9
35-64 anos	54,7	53,9	55,8	27,2	29,8	25,1
65 anos ou mais	2,3	2,2	2,4	0,3	0,5	0,2
Estado civil						
Solteiro	32,0	34,7	28,3	50,9	62,1	41,7
Casado/União de facto	53,1	53,1	53,2	35,8	26,9	43,1
Separado/Divorciado	14,0	11,9	16,7	13,0	10,9	14,8
Viúvo	0,9	0,3	1,7	0,2	0,1	0,4
Número médio anos de estudo (anos)	9,0	8,6	9,6	9,1	8,6	9,5
A frequentar um estabelecimento de ensino	7,8	7,4	8,2	10,6	9,5	11,6
Nível de instrução frequentado (%)						
Sem nível	4,7	3,6	6,1	2,2	2,4	2,1
Básico / Alfabetização	48,5	53,0	42,5	44,4	50,0	39,8

V Recenseamento Geral da População e Habitação

Secundário	29,6	29,5	29,7	42,5	39,3	45,1
Médio/Superior	17,3	13,9	21,7	10,9	8,3	13,0
Com um curso completo (%)	14,2	11,4	17,9	6,4	4,9	7,6
Área do curso superior (%)						
Negócios, administração e direito	28,3	25,5	30,7	33,2	25,6	37,3
Ciências sociais, jornalismo e informação	14,0	12,3	15,5	19,8	15,5	22,1
Engenharia, produção e construção	11,9	21,1	4,2	12,2	25,6	5,2
Saúde e bem-estar	10,6	5,7	14,7	7,6	3,5	9,8
Artes e humanidades	10,5	9,7	11,2	8,8	9,8	8,3
Educação	10,1	7,5	12,3	5,4	3,3	6,6
Ciências naturais, matemática e estatística	6,6	6,7	6,5	4,8	3,5	5,4
Serviços	3,7	5,3	2,4	5,6	9,8	3,4
Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	3,2	5,0	1,7	1,8	2,8	1,3
Agricultura, recursos florestais, recursos pesqueiros e veterinária	1,0	1,3	0,7	0,7	0,8	0,7
Com formação profissional (%)	14,6	13,6	16,0	14,5	11,4	17,1
Curso de formação profissional (%)						
Administração e Gestão	13,5	6,5	21,4	17,0	6,3	22,8
Tecnologias de Informação e Comunicação	5,9	6,6	5,2	5,2	7,0	4,2
Hotelaria, Restauração e Turismo	5,3	4,2	6,6	10,0	9,0	10,6
Serviços Sociais, Culturais e Comunitários	3,1	0,2	6,4	2,9	0,1	4,4
Formação de formadores	2,9	2,1	3,8	1,1	0,8	1,3
Instalação e Manutenção	1,6	2,7	0,4	0,9	2,1	0,2
Marítimo Pesqueira	1,1	1,9	0,1	0,7	2,0	0,0
Meio Ambiente e Segurança	0,6	1,0	0,2	0,1	0,3	0,0
Manutenção de Veículos	0,4	0,8	0,1	0,3	1,0	0,0
Metalomecânica	0,4	0,7	0,1	0,4	1,2	0,0
Agrária	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2
Comércio, Transportes e Logística	0,2	0,1	0,3	0,1	0,1	0,1
S/F	64,6	72,8	55,4	61,0	69,8	56,1
Desempregados à procura de primeiro emprego (%)	n/a	n/a	n/a	19,6	17,9	21,1
Desempregados que alguma vez trabalhou (%)	n/a	n/a	n/a	80,4	82,1	78,9
Desempregados com um ano ou mais no desemprego (%)	n/a	n/a	n/a	43,0	35,7	49,1
Com deficiência	8,0	5,7	10,9	8,6	6,3	10,5

S/F – Sem família profissional

n/a – não se aplica

Fonte: INE, Censo 2021

Ainda da Tabela 25 verifica-se que cerca de 7,8% dos empregados estavam a frequentar um estabelecimento de ensino, com maior incidência entre as mulheres, 8,2% contra 7,4%, entre os homens empregados. Entre os desempregados, cerca de 10,6% estavam a frequentar um estabelecimento de ensino, também, com maior incidência entre as mulheres, 11,6% contra 9,5% entre os homens.

Tanto para a população empregada, como para a desempregada, a média de anos de estudo é o 9º ano de escolaridade e, para ambas as situações, o nível de instrução mais frequente é o ensino básico/alfabetização (48,5% e 44,4%, respectivamente). Cerca de 17,3% dos empregados frequentaram o nível médio ou superior, sendo esta proporção maior entre as mulheres, 21,7%, contra 13,9% entre os homens.

Entre os empregados, 14,2% possuem o nível superior completo, sendo a maioria (28,3%) com formação na área de “Negócios, Administração e Direito”, e 14,6% têm uma formação profissional com 13,5% formados na área de “Administração e Gestão”. As mulheres empregadas apresentam formação tipicamente superior à dos homens (17,9% contra 11,4% possuem o nível superior completo e 16,0% contra 13,6% têm uma formação profissional respectivamente). A população desempregada apresenta a mesma estrutura que a da empregada, sendo que 6,4% possuem o nível superior completo e a maioria (33,2%) com formação na área de “Negócios, Administração e Direito”. De referir que 14,5% têm uma formação profissional com 17,0% formados na área de “Administração e Gestão”.

É de realçar que 43,0% dos desempregados já estão, há um ano ou mais, no desemprego com maior incidência entre as mulheres (49,1% contra 35,7% entre os homens). A grande maioria dos desempregados já alguma vez trabalhou (80,4%) e 19,6% estão à procura do primeiro emprego.

8 ANÁLISE DA POPULAÇÃO INATIVA

A população inativa é toda a população com 15 anos ou mais que, no período de referência, não podia ser considerada economicamente ativa, isto é, não estava empregada, nem desempregada, ou seja, não estava disponível para trabalhar.

8.1 VOLUME E REPARTIÇÃO ESPACIAL

Em 2021, o número de inativos em idade ativa situa-se em 135.072, ou seja, 38,3% da população total com 15 anos ou mais. No geral, a análise revela que a proporção de mulheres é maior (60,0%) em relação à dos homens (40,0%). Esta distribuição mantém-se inalterada, independentemente do meio de residência observado: no meio urbano, 40,5% dos homens contra 59,5% das mulheres e, no rural, 38,9% dos homens contra 61,1% das mulheres (Tabela 26).

Tabela 26 – Distribuição da população com 15 anos ou mais, INATIVA, segundo sexo por meio de residência. Cabo Verde, 2021

	Sexo					
	Ambos os sexos		Masculino		Feminino	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
Cabo Verde	135 072	100,0	54 090	40,0	80 982	60,0
Meio de residência						
Urbano	94 195	69,7	38 185	40,5	56 010	59,5
Rural	40 877	30,3	15 905	38,9	24 972	61,1

Fonte: INE, Censo 2021

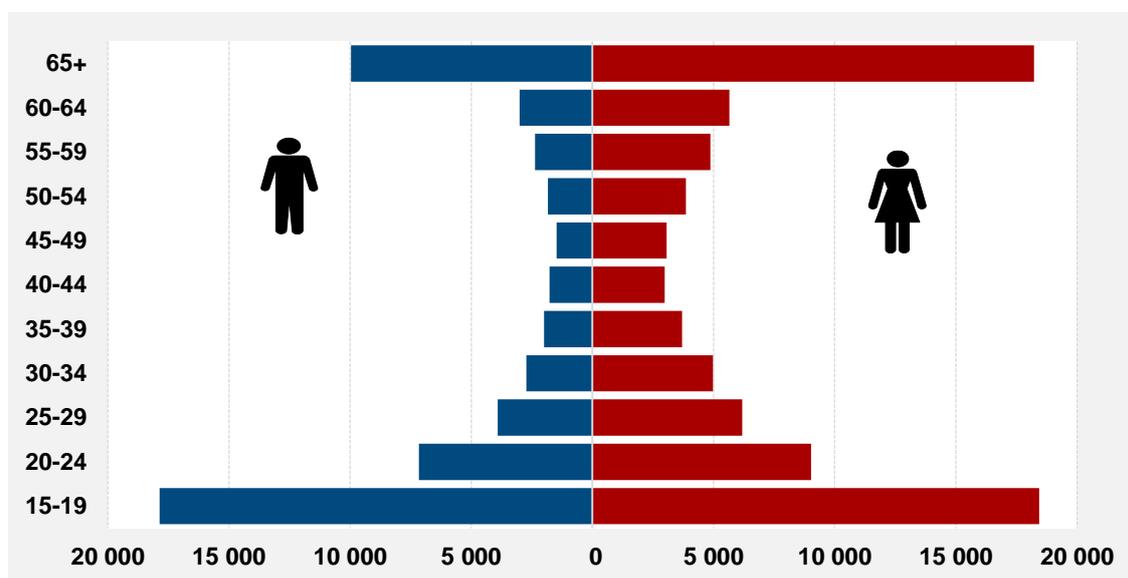
À semelhança da população empregada, a população inativa caracteriza-se pela sua juventude. Cerca de 52,1% dos inativos têm entre 15 e 34 anos. A população inativa com 15 a 24 anos do meio urbano é superior em relação ao registado no meio rural (respetivamente, 40,6% e 34,8%). Particularmente, os idosos com 65 anos ou mais representam quase um quarto (23,1%) dos inativos no meio rural, sendo mais expressiva esta situação entre as mulheres (Tabela 27).

Tabela 27 – Distribuição (%) da população com 15 anos ou mais, INATIVA, segundo grupos etários por meio de residência e sexo. Cabo Verde, 2021

Grupos etários	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	135 072	54 090	80 982	94 195	38 185	56 010	40 877	15 905	24 972
15-19	26,9	33,0	22,8	28,3	34,2	24,3	23,6	30,1	19,4
20-24	12,0	13,2	11,1	12,3	13,4	11,6	11,2	12,8	10,1
25-29	7,5	7,2	7,6	7,3	6,9	7,6	7,9	8,1	7,8
30-34	5,7	5,0	6,1	5,6	4,7	6,2	6,0	5,8	6,1
35-39	4,2	3,7	4,6	4,1	3,5	4,5	4,6	4,2	4,8
40-44	3,5	3,3	3,7	3,4	3,2	3,6	3,7	3,5	3,9
45-49	3,4	2,7	3,8	3,2	2,6	3,6	3,7	3,1	4,1
50-54	4,2	3,4	4,8	4,0	3,2	4,6	4,6	3,8	5,2
55-59	5,4	4,4	6,0	5,4	4,6	5,9	5,4	3,8	6,3
60-64	6,4	5,6	7,0	6,5	5,8	6,9	6,2	4,9	7,0
65+	20,9	18,4	22,5	19,9	17,8	21,3	23,1	19,9	25,2

Fonte: INE, Censo 2021

Gráfico 21 – Pirâmide da população com 15 anos ou mais, INATIVA, segundo grupo etário por sexo. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

Da Tabela 28, conclui-se que a maioria da população inativa se encontra no concelho da Praia (36.303 pessoas) com 26,9%, sendo 42,0% do sexo masculino e 58,0% do feminino. Seguem-se São Vicente com 15,9% e Santa Catarina com 8,2%. O concelho do Tarrafal de São Nicolau tem o menor número (1.517 pessoas) de população inativa com 1,1%. Por meio de residência, observa-se a predominância das mulheres na composição dos inativos. A

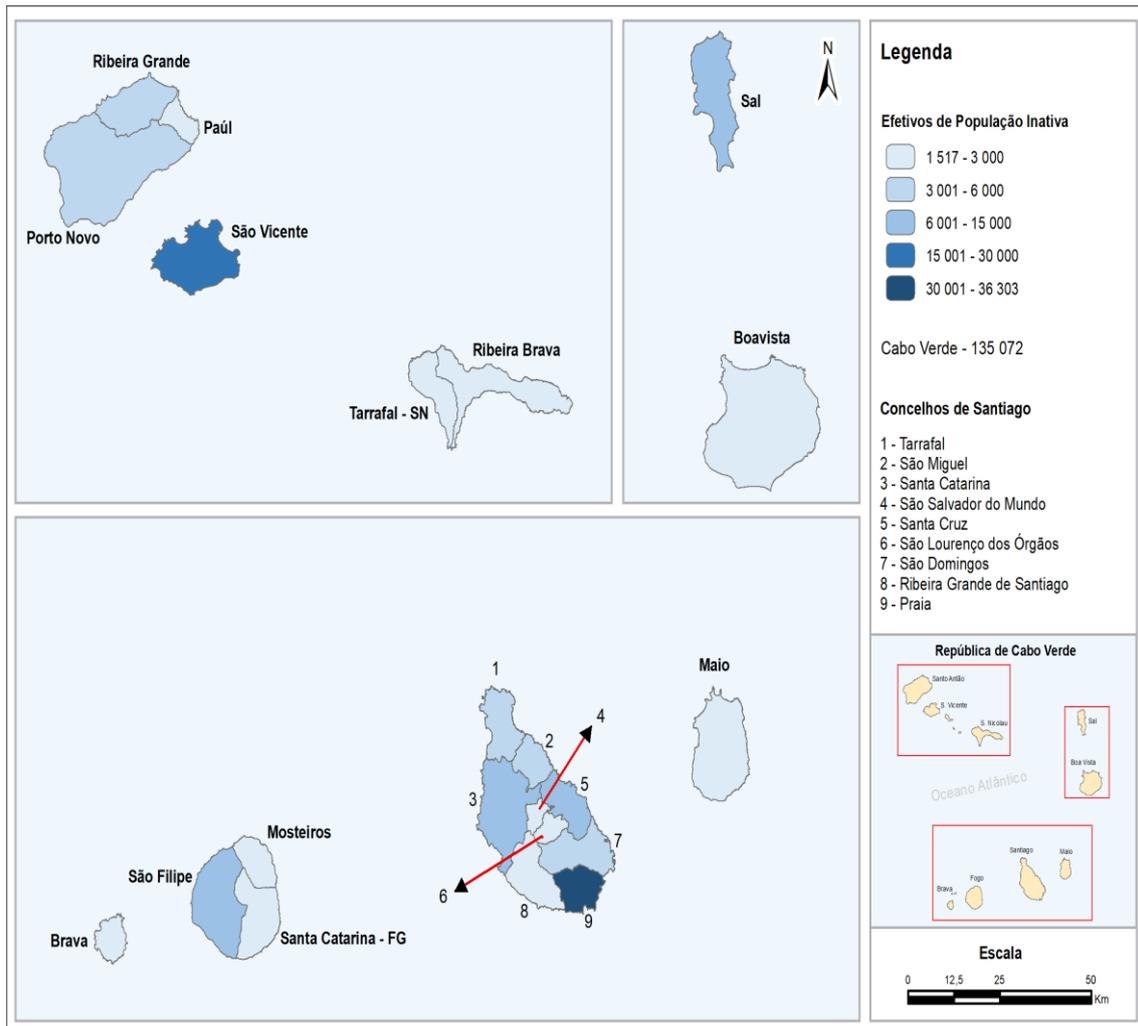
somar, a representatividade das mulheres entre os inativos é superior à dos homens em todos os concelhos e varia entre 54,9% (Boa Vista) e 67,3% (Mosteiros).

Tabela 28 – Distribuição (%) da população com 15 anos ou mais, INATIVA, segundo meio de residência e sexo por concelho. Cabo Verde 2021

Concelho	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	135 072	54 090	80 982	94 195	38 185	56 010	40 877	15 905	24 972
Ribeira Grande	3,2	39,0	61,0	1,8	40,8	59,2	6,5	37,8	62,2
Paul	1,4	40,7	59,3	0,4	43,1	56,9	3,5	40,0	60,0
Porto Novo	4,0	42,3	57,7	3,9	42,6	57,4	4,3	41,7	58,3
São Vicente	15,9	42,2	57,8	21,3	42,5	57,5	3,2	37,7	62,3
Ribeira Brava	1,5	36,3	63,7	0,8	36,0	64,0	3,1	36,4	63,6
Tarrafal São Nicolau	1,1	38,0	62,0	1,3	40,3	59,7	0,7	28,9	71,1
Sal	4,8	43,3	56,7	6,4	42,0	58,0	1,0	63,3	36,7
Boa Vista	2,0	45,1	54,9	2,3	43,9	56,1	1,3	50,0	50,0
Maio	1,5	35,4	64,6	1,4	34,9	65,1	1,7	36,5	63,5
Tarrafal	3,8	37,7	62,3	4,3	38,7	61,3	2,9	34,6	65,4
Santa Catarina	8,2	37,6	62,4	6,5	38,4	61,6	12,0	36,4	63,6
Santa Cruz	5,3	36,9	63,1	2,9	40,7	59,3	10,9	34,5	65,5
Praia	26,9	42,0	58,0	36,6	40,4	59,6	4,4	72,2	27,8
São Domingos	2,9	38,3	61,7	0,9	42,9	57,1	7,6	37,1	62,9
São Miguel	2,6	37,8	62,2	1,8	37,3	62,7	4,6	38,3	61,7
São Salvador do Mundo	1,6	39,6	60,4	0,6	40,0	60,0	3,9	39,5	60,5
São Lourenço dos Órgãos	1,8	40,9	59,1	0,2	35,5	64,5	5,5	41,3	58,7
Ribeira Grande Santiago	1,5	36,7	63,3	0,8	37,0	63,0	2,9	36,4	63,6
Mosteiros	2,0	32,7	67,3	1,3	32,8	67,2	3,7	32,5	67,5
São Filipe	5,4	37,1	62,9	3,3	37,8	62,2	10,0	36,5	63,5
Santa Catarina Fogo	1,3	34,6	65,4	0,3	38,2	61,8	3,6	34,0	66,0
Brava	1,3	36,4	63,6	0,7	37,7	62,3	2,5	35,6	64,4

Fonte: INE, Censo 2021

Mapa 7 – Distribuição (efetivo) da população inativa com 15 anos ou mais por concelho. Cabo Verde, 2021

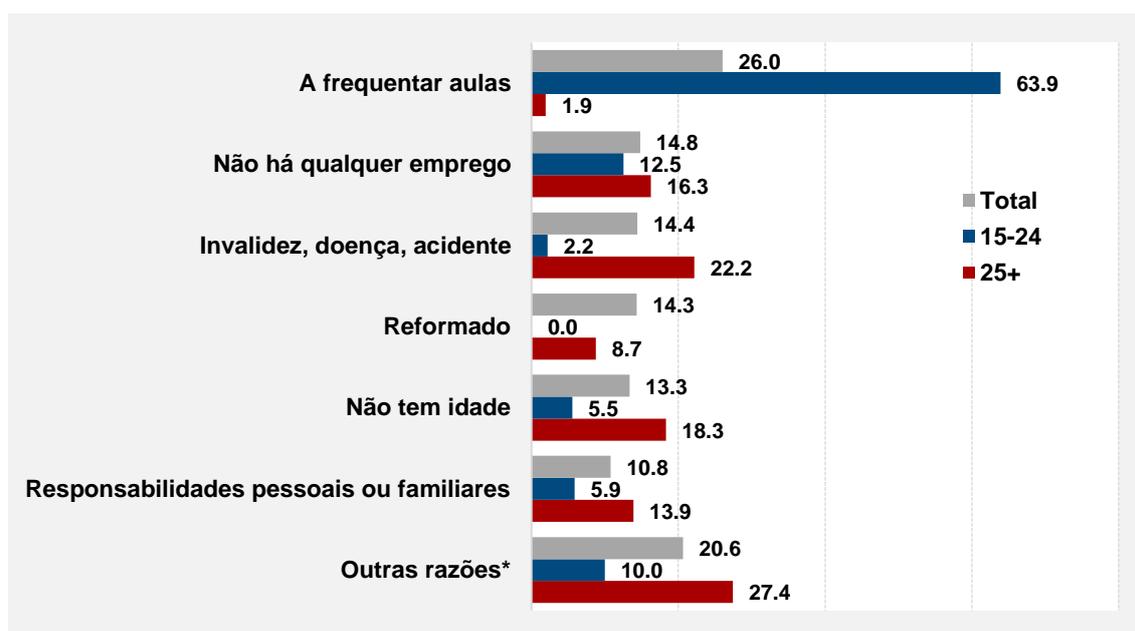


Fonte: INE, Censo 2021

8.2 RAZÃO DE INATIVIDADE

As principais razões para “a não procura de trabalho” devem-se, essencialmente, à frequência escolar (26,0% são estudantes), em particular entre a população jovem de 15-24 anos, na qual 63,9% são estudantes, e “não há qualquer emprego” que representam 14,8% dos inativos, com maior expressão entre a população com 25 anos ou mais (16,3%). Seguem-se as razões “invalidez, doença, acidente”, “não tem idade” e “responsabilidades pessoais e familiares” com 14,4%, 13,3% e 10,8%, respetivamente (Gráfico 22).

Gráfico 22 – Distribuição (%) da população com 15 anos ou mais, INATIVA, segundo razão de inatividade por grupo etário (15-24 e 25 ou mais). Cabo Verde 2021



* Inclui “irá iniciar um negócio; à espera de respostas de empregadores resultados de concursos; não há recursos financeiros, terrenos, equipamentos, licenças, etc. disponíveis, para criar a sua própria empresa; proprietário (não precisa trabalhar); gravidez; e à espera para retomar o emprego anterior e outra”.

Fonte: INE, Censo 2021

Da análise por sexo, verifica-se da Tabela 29 que, entre os inativos do sexo masculino, 30,7% estavam a frequentar um estabelecimento de ensino, enquanto entre as mulheres esta percentagem é de 22,9%. Por meio de residência, nota-se que, em ambos os meios, a principal razão da inatividade é “a frequentar aulas” em que o meio urbano se regista uma percentagem de 28,4% e no meio rural é de 20,6%. É de realçar que no meio rural 19,7% dos inativos declaram que “não há qualquer emprego”, com maior incidência entre os do sexo masculino (20,2%).

Tabela 29 – Distribuição (%) da população com 15 anos ou mais, INATIVA, segundo meio de residência e sexo por razão de inatividade. Cabo Verde 2021

Razão de inatividade	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Invalidez, doença, acidente	14,4	14,0	14,7	12,9	12,5	13,2	17,8	17,5	17,9
Responsabilidades pessoais ou familiares	10,8	3,6	15,5	10,5	3,9	15,0	11,3	3,0	16,6
A frequentar aulas	26,0	30,7	22,9	28,4	32,9	25,3	20,6	25,6	17,5
Não há qualquer emprego	14,8	16,3	13,8	12,6	14,7	11,3	19,7	20,2	19,5
Não tem idade	13,3	9,9	15,6	12,4	9,1	14,6	15,5	11,7	17,9
Reformado	8,7	11,8	6,7	10,7	13,9	8,4	4,3	6,6	2,9
Outras razões*	11,9	13,7	10,7	12,4	12,9	12,1	10,7	15,5	7,7

* Inclui “irá iniciar um negócio; à espera de respostas de empregadores resultados de concursos; não há recursos financeiros, terrenos, equipamentos, licenças, etc. disponíveis, para criar a sua própria empresa; proprietário (não precisa trabalhar); gravidez; e à espera para retomar o emprego anterior e outra”.

Fonte: INE, Censo 2021

Em quase todos os concelhos, a população inativa declara que as principais razões de inatividade são: “invalidez, doença, acidente”, “a frequentar aulas” e “não há qualquer emprego”. As maiores percentagens dos que declaram que a “invalidez, doença, acidente” é a principal razão de inatividade foram registadas, principalmente, nos concelhos de São Miguel (22,7%), São Lourenço dos Órgãos (21,1%) e Ribeira Grande de Santiago (20,7%). A juntar, os que declaram que se encontram a frequentar aulas foram registadas as maiores percentagens nos concelhos de São Salvador do Mundo (32,3%), Praia (31,4%) e São Domingos (30,8%). Já os que declaram que a principal razão de inatividade é “não há qualquer emprego”, as maiores percentagens foram registadas nos concelhos de Santa Catarina do Fogo (32,7%), Brava (28,6%) e Boa Vista (23,6%).

Tabela 30 – Distribuição (%) da população com 15 anos ou mais, INATIVA, segundo a razão de inatividade por concelho. Cabo Verde 2021

Concelho	Razão de inatividade							
	Total	Invalidez, doença, acidente	Responsabilidades pessoais ou familiares	A frequentar aulas	Não há qualquer emprego	Não tem idade	Reformado	Outras razões
Total	100,0	14,4	10,8	26,0	14,8	13,3	8,7	11,9
RG	100,0	23,3	13,4	17,8	9,0	21,6	6,0	8,8
PL	100,0	15,2	11,1	17,4	20,6	19,7	6,8	9,3
PN	100,0	16,0	11,7	19,4	22,7	14,7	6,4	9,1
SV	100,0	11,8	10,6	26,1	8,4	15,8	14,5	12,8
RB	100,0	17,3	15,0	17,7	13,4	18,9	12,4	5,4
TASN	100,0	14,3	12,1	21,5	14,7	20,1	9,9	7,3
SL	100,0	7,8	7,6	27,0	19,3	10,1	11,0	17,3
BV	100,0	7,7	5,0	22,9	23,6	11,7	7,3	21,7
MA	100,0	16,6	14,8	18,1	22,2	12,0	8,4	8,0
TA	100,0	17,7	11,1	24,0	14,5	11,3	9,0	12,3
SC	100,0	17,2	7,8	28,4	18,3	12,5	6,7	9,0
SZ	100,0	18,0	9,1	28,3	19,8	9,3	4,9	10,7
PR	100,0	12,0	10,3	31,4	10,5	10,6	9,9	15,3
SD	100,0	13,9	6,1	30,8	16,4	15,9	6,1	10,8
SM	100,0	22,7	5,5	27,5	17,6	11,5	7,4	7,7
SSM	100,0	19,2	7,1	32,3	8,1	21,6	3,6	8,2
SLO	100,0	21,1	19,3	22,8	13,1	9,6	5,7	8,4
RGST	100,0	20,7	7,4	27,6	19,2	14,2	3,6	7,2
MO	100,0	15,1	25,8	13,7	23,3	15,0	2,9	4,1
SF	100,0	12,7	17,3	17,6	20,6	17,9	4,2	9,7
SCF	100,0	18,1	14,6	17,4	32,7	9,7	3,1	4,4
BR	100,0	17,9	11,8	14,2	28,6	14,2	6,0	7,2

Fonte: INE, Censo 2021

8.3 TAXA DE DEPENDÊNCIA ECONÓMICA

A taxa de dependência económica é um indicador que expressa o rácio entre o conjunto dos indivíduos menores de 15 anos, dos indivíduos com 65 anos ou mais e dos desempregados ou inativos de 15-64 anos com os empregados de 15-64 anos. Globalmente, o rácio de dependência económica é de 152,2 (Tabela 31). Assim, ao nível nacional, verifica-se que, para 152 dependentes há 100 pessoas empregadas, sendo a taxa de dependente maior entre as do sexo feminino (193 dependentes para cada 100 empregados). Por meio de residência, verifica-se que a taxa de dependência económica é maior no meio rural em comparação com o meio urbano (183,6 contra 142,8 respetivamente).

Da análise por concelho, nota-se que os de Santa Catarina do Fogo, São Lourenço dos Órgãos, Mosteiros e São Filipe apresentam as maiores taxas de dependência económica (243, 235, 208 e 207, respetivamente), sendo que as mais expressivas se localizam no meio rural. Os concelhos do Sal (117), Ribeira Grande (129), Ribeira Brava (131) e São Vicente (133) apresentam as menores taxas de dependência económica. De realçar que, em todos os concelhos, a taxa de dependência económica entre as mulheres é superior à dos homens.

Tabela 31 – Taxa de dependência económica segundo meio de residência e sexo por concelho. Cabo Verde, 2021

Concelho	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	152,2	121,6	192,7	142,8	118,7	172,6	183,6	130,5	273,7
Ribeira Grande	128,9	90,2	198,1	125,1	100,7	158,6	131,6	83,7	237,6
Paul	135,2	90,9	228,9	129,7	104,0	167,5	137,1	87,1	258,3
Porto Novo	181,2	129,9	272,9	186,0	143,1	250,6	170,4	106,0	346,3
São Vicente	132,7	108,5	164,3	132,3	110,3	160,1	138,0	88,4	248,5
Ribeira Brava	130,9	89,5	203,2	121,8	88,8	172,0	137,7	90,0	230,1
Tarrafal São Nicolau	144,8	106,0	205,6	141,9	110,9	186,0	160,2	84,9	368,1
Sal	116,5	95,9	146,0	115,5	94,3	145,9	138,4	131,7	150,0
Boa Vista	133,5	106,6	175,2	131,8	104,8	173,1	145,0	117,9	189,9
Maio	163,0	120,2	227,1	150,5	112,5	206,2	199,8	142,1	292,3
Tarrafal	185,1	149,6	227,4	178,7	147,0	216,5	216,2	162,3	280,6
Santa Catarina	177,5	145,3	214,4	172,4	148,7	197,6	184,5	141,0	240,2
Santa Cruz	197,2	145,5	274,6	181,0	148,4	222,3	209,3	143,6	320,8
Praia	142,0	124,2	162,5	140,5	121,5	162,0	210,8	229,3	184,1
São Domingos	174,7	134,7	229,0	156,5	130,9	186,8	180,0	135,8	242,6
São Miguel	166,7	143,9	191,0	165,4	142,1	190,3	167,9	145,7	191,7
São Salvador do Mundo	168,8	139,0	205,7	153,2	131,8	176,1	175,3	141,7	219,4
São Lourenço dos Órgãos	235,2	185,4	304,4	114,3	93,1	139,6	257,5	201,2	338,2
Ribeira Grande Santiago	151,4	118,1	195,3	131,0	105,0	163,4	169,2	129,0	224,9
Mosteiros	208,0	130,2	368,6	186,4	124,8	291,5	233,7	135,9	493,3
São Filipe	206,7	142,6	318,2	171,4	130,3	229,8	250,4	155,4	465,6
Santa Catarina Fogo	242,7	147,8	471,4	230,6	159,9	361,0	245,0	145,7	497,3
Brava	167,4	112,3	271,6	168,3	117,6	257,0	166,8	109,0	282,1

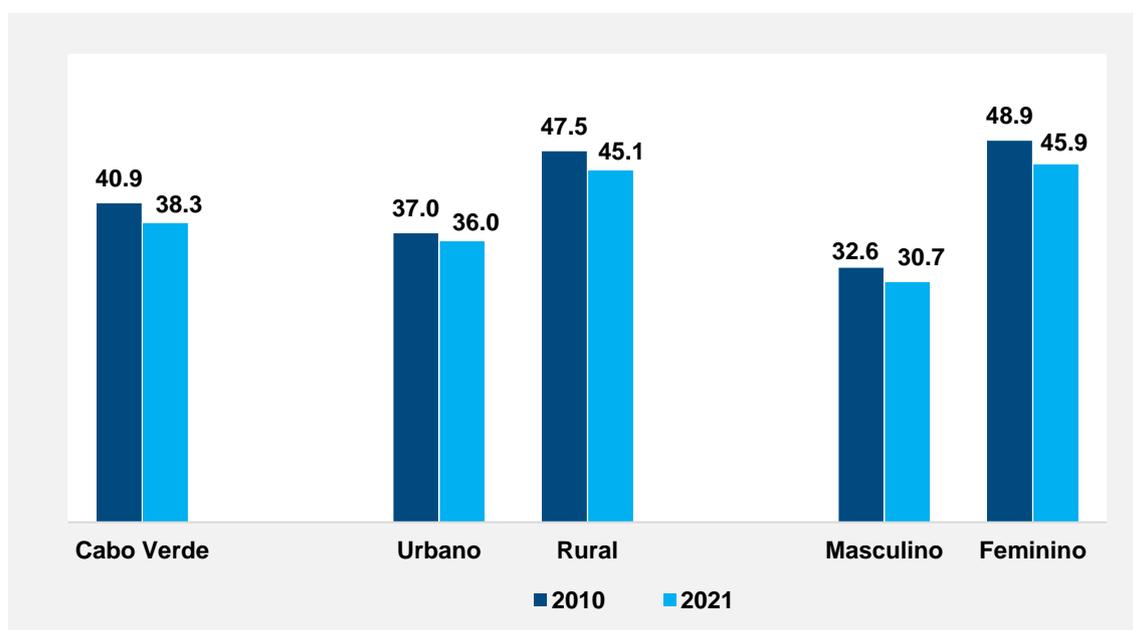
Fonte: INE, Censo 2021

8.4 TAXA DE INATIVIDADE

A taxa de inatividade situa-se em 38,3%, em 2021, tendo-se diminuído 2,6 p.p. em relação à do ano de 2010 (40,9%). A taxa de inatividade é inferior entre os homens comparativamente à registada entre as mulheres: 30,7% entre os homens e 45,9% entre as mulheres (Gráfico 23).

A taxa de inatividade afeta, principalmente, a população do meio rural. Nesta, é de 45,1% e, no meio urbano, é de 36,0%. Verifica-se uma diminuição da taxa de inatividade em ambos os meios de residência comparativamente ao ano de 2010 (1,0 p.p. para o meio urbano e 2,4 p.p. para o rural).

Gráfico 23 – Taxa de inatividade da população com 15 anos ou mais, por meio de residência e sexo. Cabo Verde, 2010 e 2021



Fonte: INE, Censo 2021

A taxa de inatividade afeta cerca de 85,8% dos jovens entre 15 e 19 anos e 42,0% têm entre 20 e 24 anos. Tanto no meio urbano, como no rural, a situação é preocupante na medida em que, nestes dois grupos etários (15-19 e 20-24 anos), a taxa de inatividade no meio urbano atinge 87,1% e 40,8%, respetivamente e no meio rural atinge 82,5% e 45,1%, respetivamente. Para os jovens de 15-24 anos residentes no meio urbano, a taxa de inatividade é de 64,8% (Tabela 32).

A taxa de inatividade diminui até o grupo etário 35-39 anos e começa a aumentar no grupo etário 40-44 anos. Por meio de residência, verifica-se que, em ambos os meios e em todos os grupos etários, a taxa de inatividade entre as mulheres é superior à dos homens.

Tabela 32 – Taxa de inatividade da população com 15 anos ou mais, segundo meio de residência e sexo por grupos etários. Cabo Verde, 2021

Grupos etários	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	38,3	30,7	45,9	36,0	29,5	42,3	45,1	34,2	56,6
15-19	85,8	81,5	90,4	87,1	83,9	90,4	82,5	75,7	90,5
20-24	42,0	35,1	49,7	40,8	34,8	47,3	45,1	35,8	57,1
25-29	22,9	17,4	28,6	20,5	15,9	25,0	30,4	21,7	41,3
30-34	17,4	12,1	23,0	15,3	10,5	20,1	24,6	16,9	34,1
35-39	15,3	10,4	20,4	13,1	9,0	17,3	23,1	15,0	32,9
40-44	15,8	11,2	21,0	13,8	10,0	17,7	23,4	15,2	33,7
45-49	19,2	12,1	26,9	16,9	10,8	23,3	26,7	16,0	39,2
50-54	25,3	16,3	34,3	23,2	15,1	31,2	31,1	19,5	42,9
55-59	35,0	23,7	45,6	33,9	24,2	43,3	37,9	22,5	51,4
60-64	53,1	39,8	64,4	53,4	40,6	65,0	52,4	37,8	63,3
65+	86,0	79,8	89,8	87,3	81,6	91,0	83,5	76,1	87,7
Grupo específico									
15-34	41,5	36,3	47,2	39,7	35,4	44,1	46,9	38,6	57,2
15-24	64,9	59,2	71,2	64,8	60,1	69,8	65,2	56,8	75,4
25-34	20,2	14,8	25,8	17,9	13,2	22,5	27,6	19,4	37,8
35-64	24,3	16,4	32,4	22,1	15,3	28,9	31,2	19,5	43,5

Fonte: INE, Censo 2021

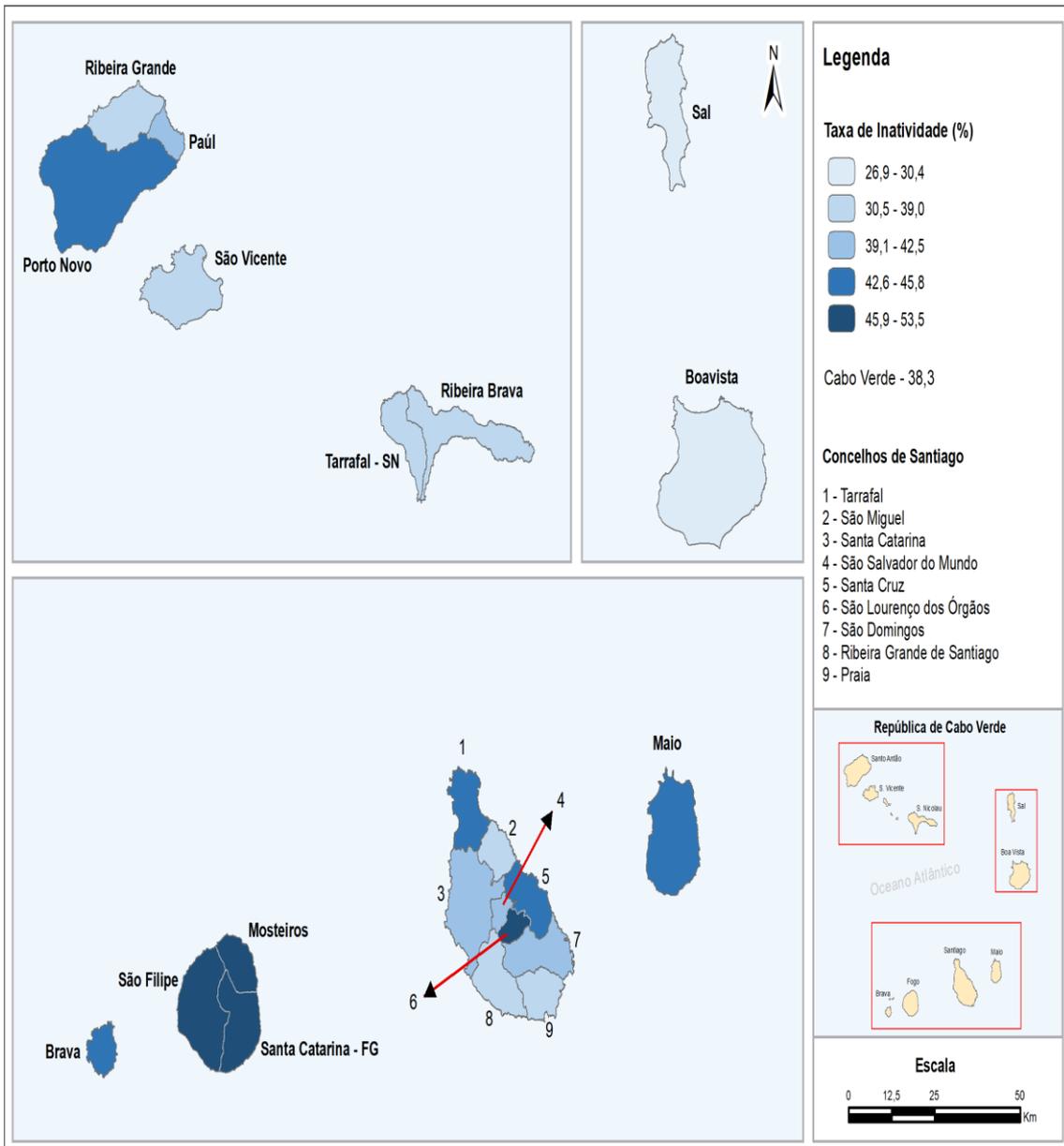
Considerando os indivíduos com 15 anos ou mais, constata-se da Tabela 33 que é nos concelhos de Santa Catarina do Fogo e do São Lourenço dos Órgãos que se registam as maiores taxas de inatividade, tendo ultrapassado os 50% (53,5% e 53,3%, respetivamente). Por outro lado, há três concelhos que se diferenciam dos demais por apresentarem taxas de inatividade relativamente baixas: 26,9% para o Sal, 30,4% para a Boa Vista e 35,2% para a Praia. Em todos os concelhos, a taxa de inatividade nas mulheres é superior à dos homens. Da análise por meio de residência, conclui-se que, em todos os concelhos, com exceção de São Vicente, a taxa de inatividade é maior no meio rural em comparação com o urbano e varia entre 35,1% (São Vicente) e 55,8% (Praia).

Tabela 33 – Taxa de inatividade da população com 15 anos ou mais, segundo meio de residência e sexo por concelho. Cabo Verde, 2021

Concelho	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	38,3	30,7	45,9	36,0	29,5	42,3	45,1	34,2	56,6
Ribeira Grande	37,9	27,3	50,5	36,1	28,6	44,3	39,1	26,4	55,3
Paul	41,4	30,0	56,2	37,9	30,9	45,7	42,6	29,7	60,0
Porto Novo	45,8	36,2	56,7	45,0	37,2	53,3	47,4	34,2	65,2
São Vicente	36,9	30,7	43,2	37,0	31,2	42,8	35,1	23,5	49,8
Ribeira Brava	38,3	26,3	51,7	36,2	25,4	47,8	39,7	26,9	54,6
Tarrafal São Nicolau	38,4	28,3	49,3	37,1	29,0	45,8	44,8	24,7	66,9
Sal	26,9	21,6	33,1	26,4	20,7	32,9	36,7	36,4	37,3
Boa Vista	30,4	24,9	37,2	28,6	22,9	35,4	41,2	36,1	48,2
Maio	44,0	31,9	55,5	41,1	29,3	52,5	50,9	38,3	62,8
Tarrafal	43,8	35,6	50,9	42,1	34,5	48,8	50,9	40,5	58,9
Santa Catarina	42,5	34,8	49,0	41,6	35,2	46,9	43,7	34,2	51,9
Santa Cruz	43,0	32,3	53,2	40,2	33,4	46,6	44,9	31,6	57,8
Praia	35,2	30,2	39,8	34,5	28,9	39,7	55,8	60,8	45,9
São Domingos	40,9	32,0	49,4	40,2	35,3	44,9	41,1	31,0	50,7
São Miguel	39,0	32,2	44,8	37,8	30,6	44,0	40,1	33,7	45,6
São Salvador do Mundo	40,9	33,8	47,4	38,3	33,2	42,7	41,9	34,0	49,3
São Lourenço dos Órgãos	53,3	44,5	61,7	32,7	24,9	39,5	55,7	46,7	64,3
Ribeira Grande Santiago	35,8	27,0	44,2	31,8	24,2	39,0	39,0	29,3	48,3
Mosteiros	49,2	32,3	65,9	44,4	29,9	58,2	53,9	34,6	73,8
São Filipe	48,7	36,2	61,2	42,9	33,0	52,4	54,4	39,2	70,0
Santa Catarina Fogo	53,5	36,1	71,7	51,6	39,1	64,3	53,8	35,6	73,0
Brava	42,9	29,7	57,7	42,9	30,9	56,0	42,9	28,8	58,8

Fonte: INE, Censo 2021

Mapa 8 – Taxa de inatividade (%) da população com 15 anos ou mais por concelho. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

8.5 PERFIL DOS INATIVOS

A população com 15 anos ou mais inativa, em 2021, é, na sua grande maioria, do sexo feminino (60,0%) contra 40,0% do masculino (Tabela 34).

A idade média dos inativos é de 41 anos, sendo 38 anos nos homens e 43 anos nas mulheres. A maioria dos inativos são jovens de 15-24 anos (38,9%) e são solteiros (50,9%) com maior incidência entre os homens (46,3% e 62,8%, respetivamente).

Ainda da Tabela 34 verifica-se que cerca de 30,5% dos inativos estavam a frequentar um estabelecimento de ensino, com maior incidência nos homens, 35,8% contra 27,0% entre as mulheres inativas. Com uma média de 8,3 anos de escolaridade (8,3 anos de estudo nos homens e 8,3 anos de estudo nas mulheres), mais de metade dos inativos tem como grau de instrução frequentado o nível alfabetização/ensino básico (39,7%), com maior incidência entre os homens (43,3% contra 37,4% entre as mulheres) e 7,8% com ensino médio/superior, igualmente com maior incidência entre os homens (7,9% contra 7,6% entre as mulheres).

Dos inativos que frequentaram o ensino médio/superior, 42,6% possuem um curso completo nas seguintes áreas de formação: negócios, administração e direito (23,6%), educação (14,8%), ciências sociais, jornalismo e informação (13,0%), artes e humanidades (12,3%), engenharia, produção e construção (11,4%), saúde e bem-estar (10,4%), ciências naturais, matemática e estatística (5,7%), serviços (5,0%), tecnologias da informação e comunicação (TIC) (2,0%) e agricultura, recursos florestais, recursos pesqueiros e veterinária (1,7%). Dos que frequentaram uma formação profissional, 64,9% concluíram-na com sucesso com maior incidência entre as mulheres (65,3% contra 64,2% entre os homens). A grande maioria dos cursos de formação profissional ainda não possuem uma família de profissões (67,6%), no entanto, verifica-se que 13,4% formaram-se na área de “Administração e Gestão”, 6,7% em “Hotelaria, Restauração e Turismo”, 5,1% em “Tecnologias de Informação e Comunicação” e 2,5% em “Serviços Sociais, Culturais e Comunitários”.

A maioria dos inativos já alguma vez trabalhou (50,9%) com maior incidência entre as mulheres (51,5% contra 50,1% entre os homens), 26,2% estão à procura do 1º emprego e 29,0% estão disponíveis para trabalhar. Cerca de 40,4% da população inativa tem alguma incapacidade e destes 18,6% têm alguma deficiência com maior incidência entre as mulheres (45,1% e 20,3%, respetivamente entre as mulheres contra 33,5% e 15,9% respetivamente, entre os homens).

Tabela 34 – Perfil da população inativa por sexo. Cabo Verde, 2021

	Ambos os sexos	Masculino	Feminino
Distribuição por sexo (%)	100,0	40,0	60,0
Idade média	40,8	37,7	42,8
Grupos etários (%)			
15-34	52,0	58,5	47,7
15-24	38,9	46,3	33,9
25-34	13,2	12,3	13,8
35-64	27,1	23,1	29,8
64 ou +	20,9	18,4	22,5
Estado civil (%)			
Solteiro(a)	50,9	62,8	42,9
Casado / União de facto	34,4	27,4	39,2
Separado / Divorciado	8,7	7,7	9,3
Viúvo	6,0	2,1	8,6
Frequência escolar (%)			
Sim, está a frequentar um estabelecimento de ensino	30,5	35,8	27,0
Sim, frequentou mas já não frequenta	52,3	53,9	51,3
Nunca frequentou	17,1	10,3	21,7
Ano médio de estudo	8,3	8,3	8,3
Nível de instrução (%)			
Sem nível	17,3	10,5	21,9
Alfabetização / ensino básico	39,7	43,3	37,4
Ensino secundário	35,2	38,3	33,1
Ensino médio / superior	7,8	7,9	7,6
Com um curso completo (%)	42,6	46,4	40,0
Área do curso superior (%)			
Educação	14,8	9,4	19,2
Artes e Humanidades	12,3	13,0	11,8
Ciências sociais, jornalismo e informação	13,0	12,7	13,2
Negócios, administração e direito	23,6	20,3	26,4
Ciências naturais, matemática e estatística	5,7	5,7	5,7
Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	2,0	3,1	1,2
Engenharia, produção e construção	11,4	20,0	4,4
Agricultura, recursos florestais, recursos pesqueiros e veterinária	1,7	3,1	0,7
Saúde e bem-estar	10,4	5,5	14,3
Serviços	5,0	7,3	3,2
Com formação profissional (%)	64,9	64,2	65,3
Curso de formação profissional (%)			

V Recenseamento Geral da População e Habitação

Administração e Gestão	13,4	6,3	18,1
Hotelaria, Restauração e Turismo	6,7	5,5	7,6
Instalação e Manutenção	0,8	1,5	0,4
Marítimo Pesqueira	1,2	2,9	0,0
Serviços Sociais, Culturais e Comunitários	2,5	0,2	4,1
Tecnologias de Informação e Comunicação	5,1	5,6	4,8
S/F	67,6	74,5	63,0
Formação de formadores	1,2	1,0	1,3
Outros cursos	1,5	2,5	0,8
Disponibilidade para trabalhar (%)	29,0	29,7	28,6
Alguma vez trabalhou (%)	50,9	50,1	51,5
À procura do 1º emprego	26,2	27,2	25,6
Estatuto de incapacidade/deficiência (%)			
Com incapacidade	40,4	33,5	45,1
Com deficiência	18,6	15,9	20,3

S/F – Sem família profissional

Fonte: INE, Censo 2021

9 PRINCIPAL MEIO DE VIDA DA POPULAÇÃO ATIVA E DA POPULAÇÃO INATIVA

9.1 POPULAÇÃO ATIVA

A Tabela 35 mostra que, nos últimos 12 meses que precederam ao Censo, a população ativa com 15 anos ou mais dependeu, sobretudo, do seu trabalho ou dos seus familiares para se sustentar. Na verdade, cerca de 4 em cada 5 ativos dependeram, principalmente, do seu trabalho para se sustentarem nos 12 meses anteriores ao Censo. Quando não dependem do trabalho, dependem, sobretudo, do apoio de familiares residentes em Cabo Verde (10,6%). A mesma estrutura verifica-se entre os meios de residência, porém, há a notar uma diferença significativa, tendo o meio urbano 84,6% e o rural 76,1%.

Tabela 35 – Distribuição da população com 15 anos ou mais, ativa, segundo o principal meio de vida por meio de residência e sexo. Cabo Verde, 2021

Principal meio de vida nos últimos 12 meses	Cabo Verde				Urbano				Rural			
	Ambos os sexos		Masc.	Fem.	Ambos os sexos		Masc.	Fem.	Ambos os sexos		Masc.	Fem.
	Efetivo	%	%	%	Efetivo	%	%	%	Efetivo	%	%	%
Total	217 422	100,0	100,0	100,0	167 618	100,0	100,0	100,0	49 804	100,0	100,0	100,0
Trabalho	179 714	82,7	86,4	77,8	141 804	84,6	88,0	80,5	37 910	76,1	81,7	67,2
Rendimento de propriedade/empresa	2 292	1,1	1,0	1,1	1 692	1,0	1,0	1,0	600	1,2	1,1	1,3
Ajuda de familiares em Cabo Verde	23 024	10,6	7,9	14,0	16 373	9,8	7,2	12,8	6 651	13,4	10,0	18,7
Ajuda de familiares no estrangeiro	3 143	1,4	1,0	2,1	2 123	1,3	0,9	1,7	1 020	2,0	1,2	3,3
Reforma	1 411	0,6	0,8	0,5	987	0,6	0,7	0,4	424	0,9	1,0	0,7
Pensão social mínima	1 685	0,8	0,6	1,1	567	0,3	0,2	0,5	1 118	2,2	1,6	3,3
Apoio social	552	0,3	0,1	0,4	296	0,2	0,1	0,3	256	0,5	0,2	1,0
Bolsa de estudo	72	0,0	0,0	0,1	66	0,0	0,0	0,1	6	0,0	0,0	0,0
Outra	5 529	2,5	2,2	3,0	3 710	2,2	1,8	2,7	1 819	3,7	3,2	4,4

Fonte: INE, Censo 2021

9.1.1 População empregada

A Tabela 36 mostra que 88,4% dos empregados com 15 anos ou mais de idade viveram nos últimos 12 meses anteriores a junho de 2021, sobretudo, do trabalho. Por outro lado, 6,0 % recorreram principalmente ao apoio de familiares residentes em Cabo Verde para se sustentarem. De notar ainda que apenas 1,1% dos empregados viveram de rendimentos de propriedade/empresa, 1,0% da ajuda dos familiares no estrangeiro, 0,8% de pensão social mínima e 0,7% de reforma.

Existem, no entanto, diferenças significativas entre os sexos. Enquanto nos empregados do sexo masculino, 90,7% viveram do trabalho e 5,2% do apoio de familiares (residentes no país ou no estrangeiro), entre as mulheres estas proporções são de 85,4% e 9,2%. Por outro lado, regista-se uma maior dependência das mulheres empregadas, visto que cerca de 9,2% estão a cargo das suas famílias contra 5,2% dos indivíduos do sexo masculino.

Entre os meios de residência, também, existem diferenças significativas. Enquanto no meio urbano, 91,0% dos empregados sobrevivem principalmente do trabalho, no meio rural, essa percentagem é de 79,9%. A proporção de empregados que viveram principalmente de ajudas de familiares em Cabo Verde é maior no meio rural do que no urbano (10,3% e 4,6% respetivamente).

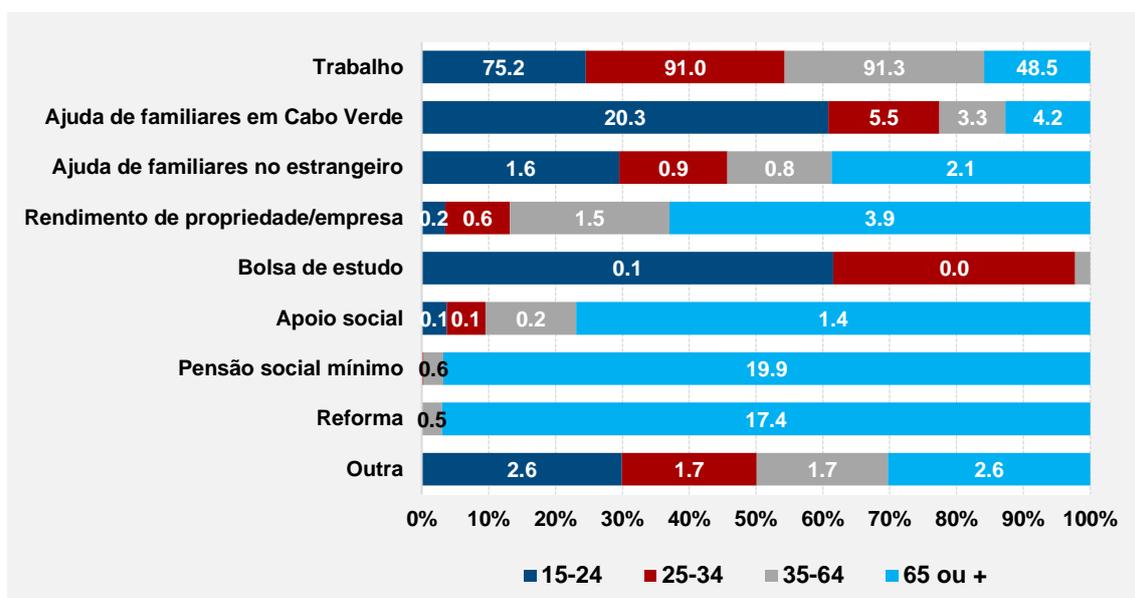
Tabela 36 – Distribuição da população com 15 anos ou mais, empregada, segundo o principal meio de vida por meio de residência e sexo. Cabo Verde, 2021

Principal meio de vida nos últimos 12 meses	Cabo Verde				Urbano				Rural			
	Ambos os sexos		Masc.	Fem.	Ambos os sexos		Masc.	Fem.	Ambos os sexos		Masc.	Fem.
	Efetivo	%	%	%	Efetivo	%	%	%	Efetivo	%	%	%
Total	199 328	100,0	100,0	100,0	152 643	100,0	100,0	100,0	46 685	100,0	100,0	100,0
Trabalho	176 259	88,4	90,7	85,4	138 945	91,0	92,8	88,8	37 314	79,9	84,4	72,4
Rendimento de propriedade / empresa	2 209	1,1	1,1	1,2	1 622	1,1	1,0	1,1	587	1,3	1,2	1,4
Ajuda de familiares em Cabo Verde	11 861	6,0	4,6	7,8	7 035	4,6	3,4	6,1	4 826	10,3	7,9	14,4
Ajuda de familiares no estrangeiro	1 934	1,0	0,6	1,4	1 118	0,7	0,5	1,0	816	1,7	1,0	3,0
Reforma	1 380	0,7	0,8	0,5	960	0,6	0,8	0,5	420	0,9	1,0	0,7
Pensão social mínima	1 586	0,8	0,6	1,1	491	0,3	0,2	0,5	1 095	2,3	1,7	3,5
Apoio social	406	0,2	0,1	0,4	187	0,1	0,1	0,2	219	0,5	0,2	1,0
Bolsa de estudo	48	0,0	0,0	0,0	45	0,0	0,0	0,0	3	0,0	0,0	0,0
Outra	3 645	1,8	1,6	2,2	2 240	1,5	1,2	1,8	1 405	3,0	2,7	3,6

Fonte: INE, Censo 2021

Analisando os grupos etários, verifica-se que, na faixa entre os 25-34 anos, cerca de 91,0% dos empregados viveram do seu trabalho e, na faixa dos 65 anos ou mais, essa percentagem diminui para 48,5%. Por outro lado, cerca de 20,3% dos empregados, na faixa etária dos 15-24 anos, viveram a cargo da família residente em Cabo Verde contra 5,5% entre os 25-34 anos (Gráfico 24).

Gráfico 24 – Distribuição da população com 15 anos ou mais, empregada, segundo o principal meio de vida por grupos etários. Cabo Verde, 2021



Fonte: INE, Censo 2021

Ao nível dos concelhos, importa sublinhar que no do Sal e no da Praia se registam as maiores percentagens de empregados a viver, principalmente, do seu trabalho, com 92,9% e 92,4% respetivamente, valores superiores à média nacional (88,4%). Por outro lado, os concelhos de São Miguel, São Lourenço dos Órgãos, São Salvador do Mundo e São Domingos registam os valores mais baixos, ou seja, 72,2%, 76,8%, 77,1% e 79,0%, respetivamente. Os concelhos do Paul (91,0%), São Vicente (91,9%), Tarrafal de São Nicolau (91,4%), Sal (92,9%), Boa Vista (91,0%), Maio (89,5%), Praia (92,4%) e Brava (89,3%) apresentam valores acima da média nacional (Tabela 37).

Tabela 37 – Distribuição da população com 15 anos ou mais, empregada, segundo o principal meio de vida por concelho. Cabo Verde, 2021

Concelho	Total de empregados	Principal meio de vida nos últimos 12 meses								
		Trabalho	Rendimento de propriedade / empresa	Ajuda de familiares em Cabo Verde	Ajuda de familiares no estrangeiro	Reforma	Pensão social mínimo	Apoio social	Bolsa de estudo	Outra
Cabo Verde	199 328	88,4	1,1	6,0	1,0	0,7	0,8	0,2	0,0	1,8
RG	6 873	85,3	1,1	7,5	0,7	1,0	2,5	0,2	0,0	1,6
PL	2 514	91,0	0,9	5,2	0,3	0,4	1,5	0,2	0,0	0,6
PN	5 836	86,6	2,0	6,1	0,2	0,6	1,0	0,5	0,0	3,0
SV	33 274	91,9	1,3	4,0	0,5	0,6	0,2	0,1	0,0	1,3
RB	3 188	83,4	1,2	7,7	1,2	2,1	2,7	0,3	0,0	1,3
TSN	2 231	91,4	0,4	5,1	0,9	0,9	0,7	0,2	0,0	0,4
SL	15 673	92,9	1,5	3,7	0,5	0,3	0,1	0,1	0,0	0,9
BV	5 557	91,0	1,1	2,4	0,3	0,3	0,2	0,1	0,0	4,7
MA	2 483	89,5	1,1	5,9	1,3	0,8	0,6	0,2	0,0	0,5
TA	6 091	84,9	1,4	6,1	1,3	1,0	0,9	0,3	0,0	4,1
SC	14 169	82,4	0,8	10,2	2,7	0,9	0,9	0,2	0,0	1,8
SZ	8 683	82,5	1,6	8,3	1,2	0,7	1,2	0,5	0,0	4,0
PR	60 873	92,4	0,9	4,2	0,6	0,5	0,2	0,1	0,0	1,2
SD	5 284	79,0	1,2	10,3	0,6	0,9	2,3	0,2	0,0	5,3
SM	5 168	72,2	0,8	15,0	3,0	2,2	3,1	0,6	0,0	3,1
SSM	2 923	77,1	1,8	11,5	2,0	1,2	4,0	0,7	0,0	1,7
SLO	1 935	76,8	0,6	14,6	0,5	1,2	2,2	0,3	0,1	3,8
RGST	3 199	81,7	0,7	12,3	2,0	0,6	2,1	0,2	0,0	0,5
MO	2 697	85,8	0,5	7,2	3,0	0,3	1,9	0,7	0,0	0,7
SF	7 087	84,4	1,5	6,9	1,7	0,8	1,2	0,7	0,0	2,8
SCF	1 426	84,5	0,8	8,8	2,5	0,5	2,1	0,0	0,0	0,8
BR	2 164	89,3	0,2	4,8	2,1	0,6	1,6	0,1	0,0	1,3

Fonte: INE, Censo 2021

A percentagem da população empregada que viveu a cargo de familiares é superior nos concelhos de São Miguel (18,0%), São Lourenço dos Órgãos (15,0%), Ribeira Grande de Santiago (14,3%), São Salvador do Mundo (13,5%), Santa Catarina (13,0%), Santa Catarina do Fogo (11,3%), São Domingos (10,9%) e Mosteiros (10,2%). Convém destacar que esses dados revelam que existe uma situação de precariedade do emprego em alguns desses concelhos, sobretudo nos do interior de Santiago, dada a baixa taxa de desemprego que ostentam (Tabela 37).

Em posição contrária, encontram-se os concelhos da Boa Vista (2,7%), do Sal (4,2%), de São Vicente (4,5%) e da Praia (4,7%) nos quais é baixa a proporção da população empregada que viveu a cargo das famílias.

9.1.2 População desempregada

Analisando o meio de vida dos desempregados, nota-se que, enquanto a população empregada viveu, principalmente, do seu trabalho, a grande maioria da população desempregada, ou seja, cerca de 61,7%, viveu, fundamentalmente, a cargo de familiares, residentes no país. Por outro lado, 6,7% recorreram, particularmente, ao apoio de familiares residentes no estrangeiro para se sustentarem. No trabalho encontraram sustento cerca de 19,1%, ou seja, embora se encontrassem desempregados na semana de referência (9 a 15 de junho de 2021), nos últimos doze meses anteriores viveram, principalmente, do seu trabalho (Tabela 38).

Por sexo, verifica-se uma diferença significativa, pois, cerca de 27,6% dos homens viveram do seu trabalho contra 12,1% das mulheres.

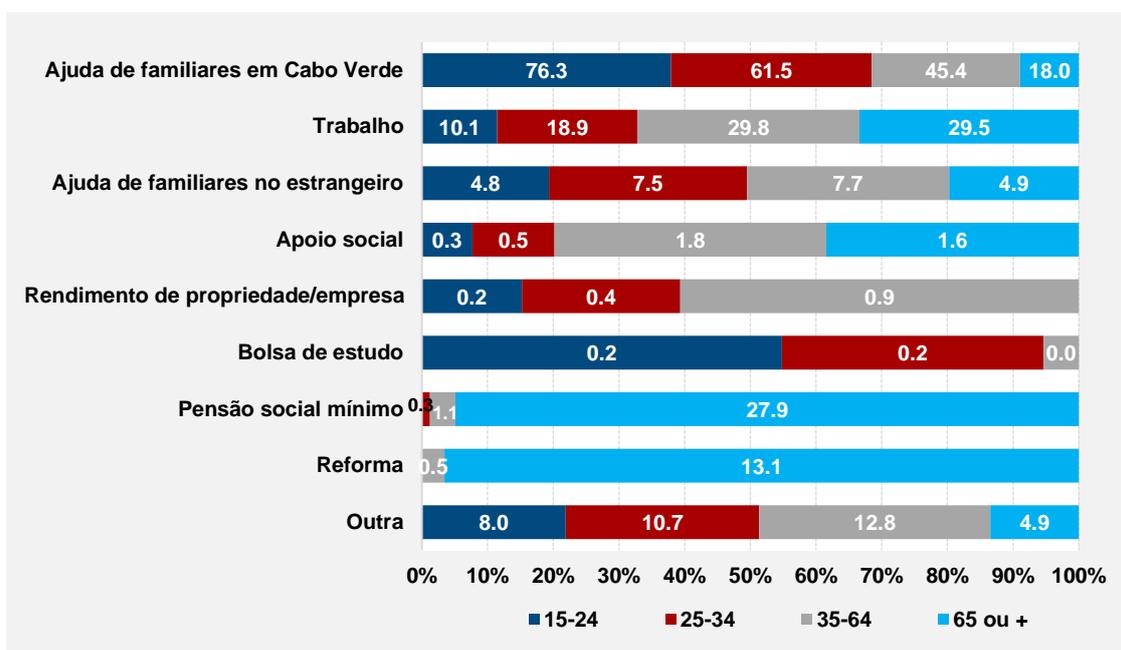
Por meio de residência, verifica-se que, tanto no meio urbano como no rural, a população desempregada viveu, principalmente, da ajuda de familiares residentes em Cabo Verde, 62,4% e 58,5%, respetivamente. Em ambos os meios de residência, a proporção da população desempregada, que viveu, principalmente, da ajuda de familiares residentes em Cabo Verde, é superior entre as mulheres em comparação com os homens (68,3% contra 55,1%, respetivamente no meio urbano, e 64,2% contra 52,1% respetivamente no meio rural).

Tabela 38 – Distribuição da população com 15 anos ou mais, desempregada, segundo o principal meio de vida por meio de residência e sexo. Cabo Verde, 2021

Principal meio de vida nos últimos 12 meses	Cabo Verde				Urbano				Rural			
	Ambos os sexos		Masc.	Fem.	Ambos os sexos		Masc.	Fem.	Ambos os sexos		Masc.	Fem.
	Efetivo	%	%	%	Efetivo	%	%	%	Efetivo	%	%	%
Total	18 094	100,0	100,0	100,0	14 975	100,0	100,0	100,0	3 119	100,0	100,0	100,0
Trabalho	3 455	19,1	27,6	12,1	2 859	19,1	27,8	12,0	596	19,1	26,8	12,3
Rendimento de propriedade/empresa	83	0,5	0,5	0,4	70	0,5	0,5	0,4	13	0,4	0,4	0,4
Ajuda de familiares em Cabo Verde	11 163	61,7	54,6	67,6	9 338	62,4	55,1	68,3	1 825	58,5	52,1	64,2
Ajuda de familiares no estrangeiro	1 209	6,7	5,8	7,4	1 005	6,7	5,8	7,5	204	6,5	5,6	7,4
Reforma	31	0,2	0,3	0,1	27	0,2	0,3	0,1	4	0,1	0,3	0,0
Pensão social mínimo	99	0,5	0,3	0,7	76	0,5	0,3	0,7	23	0,7	0,6	0,8
Apoio social	146	0,8	0,4	1,1	109	0,7	0,4	1,0	37	1,2	0,5	1,8
Bolsa de estudo	24	0,1	0,1	0,2	21	0,1	0,1	0,2	3	0,1	0,1	0,1
Outra	1 884	10,4	10,5	10,3	1 470	9,8	9,8	9,8	414	13,3	13,6	13,0

Fonte: INE, Censo 2021

Analisando a população desempregada com 15 anos ou mais, segundo o principal meio de vida, por grupos etários, constata-se que à medida que aumentam os grupos etários destaca-se o peso do trabalho como principal meio de vida e diminui o apoio dos familiares. Apenas no grupo etário 15-24 anos é que a proporção de desempregados a viver do apoio de familiares é superior à média nacional. Em todos os outros grupos, a proporção é inferior à média nacional, o que é, de resto, compreensível visto que a dependência familiar tende a reduzir-se à medida que aumenta a idade. Da mesma forma, é pouco provável que haja acumulação de rendimentos de trabalho nas idades mais baixas. Daí que a proporção de desempregados a viver do seu trabalho seja menor que a média nacional apenas para os grupos 15-24 e 25-34 anos (Gráfico 25).

Gráfico 25 – Distribuição da população com 15 anos ou mais, desempregada, segundo o principal meio de vida por grupos etários. Cabo Verde, 2021

Fonte: INE, Censo 2021

Em quase todos os concelhos, a proporção dos desempregados que viveram, principalmente, do apoio de familiares residentes em Cabo Verde é superior a 50%, ou seja, pelo menos, 5 em cada 10 recorreram aos familiares no país para se sustentarem. Ao nível nacional, essa proporção é de 61,7%, atingindo os valores mais elevados em São Salvador do Mundo (77,7%), São Lourenço dos Órgãos (77,5%) e Ribeira Grande de Santiago (70,7%). Por outro lado, com o apoio dos familiares residentes no exterior, contam em maior proporção os desempregados da Brava (16,3%), Mosteiros (15,0%) e Santa Catarina do Fogo (13,8%), por oposição aos de São Domingos (2,5%) e Porto Novo (3,4%).

Cabe sublinhar que é nos concelhos do Maio (26,9%), Ribeira Grande (26,2%), Boa Vista (26,2%) e São Miguel (26,1%) que se encontram as maiores proporções de indivíduos desempregados que viveram, principalmente, do seu trabalho nos últimos doze meses. Em contrapartida, São Salvador do Mundo (6,6%), São Filipe (11,1%) e São Lourenço dos Órgãos (12,1%) são os concelhos com menos desempregados a viver do seu trabalho (Tabela 39).

Tabela 39 – Distribuição da população com 15 anos ou mais, desempregada, segundo o principal meio de vida por concelho. Cabo Verde, 2021

Concelho	Total de desempregados	Principal meio de vida nos últimos 12 meses								
		Trabalho	Rendimento de propriedade / empresa	Ajuda de familiares em Cabo Verde	Ajuda de familiares no estrangeiro	Reforma	Pensão social mínimo	Apoio social	Bolsa de estudo	Outra
Cabo Verde	18 094	19,1	0,5	61,7	6,7	0,2	0,5	0,8	0,1	10,4
RG	302	26,2	0,3	56,3	4,0	0,0	1,3	0,7	0,0	11,3
PL	112	25,9	0,0	60,7	8,0	0,0	1,8	0,0	0,0	3,6
PN	619	22,1	0,2	56,7	3,4	0,5	0,3	4,0	0,0	12,8
SV	3 423	19,9	0,4	60,1	6,4	0,2	0,5	0,6	0,1	11,7
RB	126	25,4	0,0	50,8	6,3	0,0	0,8	0,0	0,0	16,7
TSN	199	21,1	0,5	67,3	5,5	0,0	0,0	1,0	0,0	4,5
SL	1 820	21,2	0,7	62,9	6,4	0,1	0,4	0,9	0,1	7,4
BV	668	26,2	1,3	35,0	4,0	0,0	0,9	0,7	0,0	31,7
MA	104	26,9	0,0	57,7	8,7	0,0	0,0	0,0	0,0	6,7
TA	559	21,8	0,9	58,7	5,9	0,0	0,9	0,4	0,2	11,3
SC	836	18,9	0,2	58,3	11,5	0,4	0,2	0,5	0,2	9,8
SZ	884	15,0	0,7	60,5	5,3	0,1	0,7	0,9	0,1	16,6
PR	6 089	18,0	0,4	65,2	6,6	0,2	0,5	0,6	0,2	8,3
SD	475	12,0	0,2	69,7	2,5	0,0	0,4	0,8	0,4	13,9
SM	349	26,1	0,0	57,3	8,3	0,0	0,6	0,9	0,0	6,9
SSM	211	6,6	1,4	77,7	9,0	0,0	1,4	0,5	0,5	2,8
SLO	173	12,1	0,0	77,5	4,0	0,0	0,0	1,2	0,0	5,2
RGST	311	21,2	0,3	70,7	7,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6
MO	133	17,3	0,0	62,4	15,0	0,0	1,5	2,3	0,0	1,5
SF	532	11,1	0,4	60,0	12,0	0,0	0,6	1,9	0,2	13,9
SCF	65	23,1	0,0	56,9	13,8	0,0	1,5	0,0	0,0	4,6
BR	104	12,5	1,0	65,4	16,3	1,0	1,0	1,0	0,0	1,9

Fonte: INE, Censo 2021

9.2 POPULAÇÃO INATIVA

A população inativa com 15 anos ou mais viveu, principalmente, da ajuda de familiares ou da pensão social mínima ou da reforma. Nos últimos 12 meses anteriores a junho de 2021, 55,6% dos inativos com 15 anos ou mais viveram, fundamentalmente, da ajuda de familiares residentes no país. Por outro lado, 6,0% recorreram, em particular, ao apoio de familiares residentes no estrangeiro. Do conjunto dos inativos, 11,5% viveram, principalmente, da pensão social mínima e 10,1% recorreram, de modo particular, ao seu trabalho embora se encontrassem sem atividade económica na semana de referência (9 a 15 de junho de 2021).

Por meio de residência, verifica-se que, em ambos os meios, a população inativa viveu, essencialmente, da ajuda de familiares residentes em Cabo Verde (57,4% para o meio urbano e 51,4% para o rural). Por outro lado, regista-se que, no meio urbano, 15,4% viveram da sua reforma e, no meio rural, 14,3% da pensão social mínima (Tabela 40).

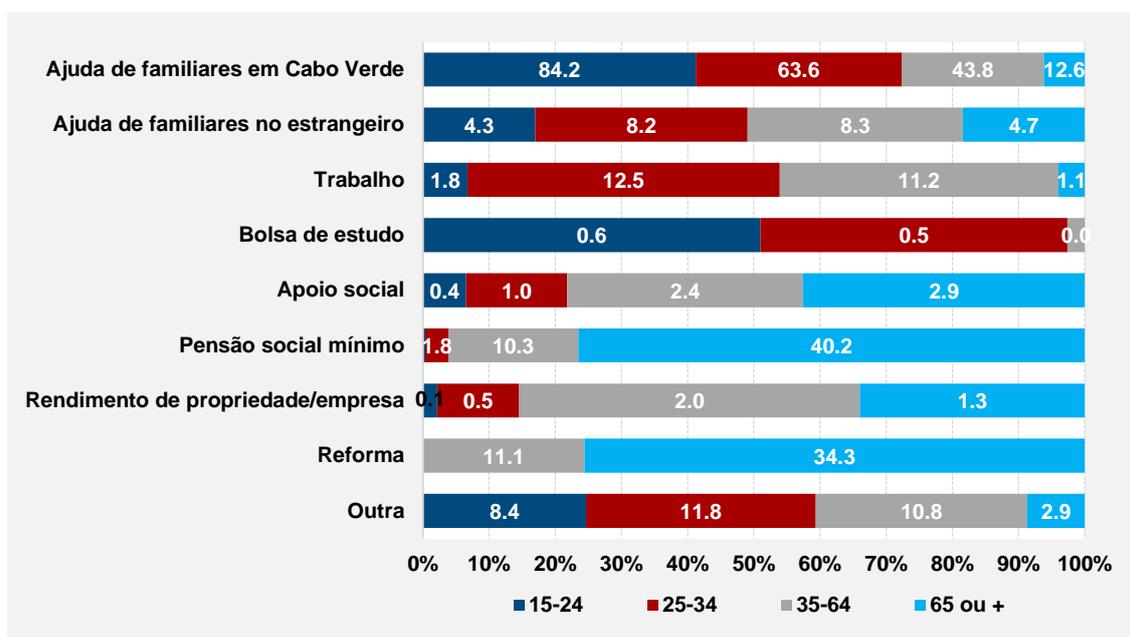
Verifica-se, também, que, em ambos os sexos, a população inativa viveu, em grande parte, da ajuda de familiares residentes em Cabo Verde, porém, é importante realçar que há uma maior dependência das mulheres inativas, visto que cerca de 63,3% estão a cargo das suas famílias, contra 59,1% dos indivíduos do sexo masculino.

Tabela 40 – Distribuição da população com 15 anos ou mais, inativa, segundo o principal meio de vida por meio de residência e sexo. Cabo Verde, 2021

Principal meio de vida nos últimos 12 meses	Cabo Verde				Urbano				Rural			
	Ambos os sexos		Masc.	Fem.	Ambos os sexos		Masc.	Fem.	Ambos os sexos		Masc.	Fem.
	Efetivo	%	%	%	Efetivo	%	%	%	Efetivo	%	%	%
Total	135 072	100,0	100,0	100,0	94 195	100,0	100,0	100,0	40 877	100,0	100,0	100,0
Trabalho	7 561	5,6	7,4	4,4	5 136	5,5	6,9	4,5	2 425	5,9	8,6	4,2
Rendimento de propriedade/empresa	1 227	0,9	1,0	0,8	977	1,0	1,1	1,0	250	0,6	0,7	0,5
Ajuda de familiares em Cabo Verde	75 108	55,6	54,3	56,5	54 083	57,4	56,0	58,4	21 025	51,4	50,2	52,2
Ajuda de familiares no estrangeiro	8 095	6,0	4,8	6,8	5 372	5,7	4,5	6,5	2 723	6,7	5,3	7,6
Reforma	13 706	10,1	13,6	7,8	11 184	11,9	15,4	9,5	2 522	6,2	9,3	4,2
Pensão social mínima	15 541	11,5	8,4	13,6	8 068	8,6	5,9	10,4	7 473	18,3	14,3	20,8
Apoio social	2 134	1,6	1,2	1,9	1 362	1,4	1,1	1,7	772	1,9	1,2	2,3
Bolsa de estudo	410	0,3	0,3	0,3	361	0,4	0,4	0,3	49	0,1	0,1	0,1
Outra	11 290	8,4	9,1	7,9	7 652	8,1	8,6	7,8	3 638	8,9	10,2	8,0

Fonte: INE, Censo 2021

Se se considerar a distribuição dos inativos com 15 anos ou mais, segundo o principal meio de vida, por grupos etários, constata-se do Gráfico 26 que, no grupo etário 15-24 anos, cerca de 84,2% viveram, principalmente, da ajuda de familiares residentes em Cabo Verde e à medida que aumenta a idade do inativo diminuiu a ajuda dos familiares. Ao nível nacional, verifica-se que 40,2% dos inativos com 65 anos ou mais viveram, fundamentalmente, da pensão social mínima e 34,3% da reforma.

Gráfico 26 – Distribuição da população com 15 anos ou mais, inativa, segundo o principal meio de vida por grupos etários. Cabo Verde, 2021

Fonte: INE, Censo 2021

Ao nível nacional, a proporção da população inativa que viveu, principalmente, da ajuda de familiares residentes em Cabo Verde é de 55,6%, atingindo os valores mais elevados no Sal (63,9%), na Praia (62,6%) e na Ribeira Grande de Santiago (59,9%). Alguns concelhos apresentam proporções abaixo dos 40%, como é o caso da Boa Vista (31,6%), que tem a menor proporção. Por outro lado, com apoio dos familiares residentes no exterior contam em maior proporção os inativos dos Mosteiros (14,0%), Santa Catarina do Fogo (13,4%), Brava (13,1%) e São Filipe (10,5%) por oposição aos de São Domingos (2,4%), São Lourenço dos Órgãos (2,6%) e Porto Novo (2,8%).

É na Ribeira Grande, sublinhe-se, que se encontra a maior proporção de inativos que viveram de pensão social mínima, com 27,9% do total. O inverso ocorre no Sal, onde esta proporção é a mais baixa, isto é, 2,5% do total dos inativos (Tabela 41).

Tabela 41 – Distribuição da população com 15 anos ou mais, inativa, segundo o principal meio de vida por concelho. Cabo Verde, 2021

Concelho	Total de inativos	Principal meio de vida nos últimos 12 meses								
		Trabalho	Rendimento de propriedade / empresa	Ajuda de familiares em Cabo Verde	Ajuda de familiares no estrangeiro	Reforma	Pensão social mínimo	Apoio social	Bolsa de estudo	Outra
Cabo Verde	135 072	5,6	0,9	55,6	6,0	10,1	11,5	1,6	0,3	8,4
RG	4 379	6,6	1,7	43,0	4,4	7,7	27,9	1,7	0,0	6,9
PL	1 858	9,3	1,3	48,7	3,3	7,1	26,1	1,0	0,2	3,1
PN	5 447	8,1	1,4	51,5	2,8	6,1	19,8	2,9	0,0	7,3
SV	21 429	4,7	1,5	52,7	5,4	15,4	8,9	1,6	0,5	9,3
RB	2 055	6,4	1,0	43,2	7,2	14,1	21,0	1,8	0,0	5,3
TSN	1 517	7,0	0,2	49,7	8,5	11,9	16,2	1,5	0,0	4,9
SL	6 421	6,9	1,8	63,9	3,7	11,2	2,5	1,1	0,1	8,8
BV	2 724	15,4	1,5	31,6	3,1	8,5	6,6	1,5	0,2	31,5
MA	2 029	5,8	0,5	57,1	7,7	10,0	11,6	2,8	0,0	4,5
TA	5 179	5,9	0,7	41,4	7,4	12,7	11,9	1,4	0,1	18,6
SC	11 084	6,1	0,5	58,6	9,1	9,0	8,9	1,6	0,2	5,9
SZ	7 207	5,3	0,8	56,0	4,1	6,6	12,8	2,2	0,1	12,1
PR	36 303	5,7	0,8	62,6	4,9	10,8	6,1	1,2	0,5	7,4
SD	3 980	3,0	0,4	59,8	2,4	7,5	19,1	2,2	0,7	5,1
SM	3 531	5,0	0,3	52,6	8,3	11,1	16,3	1,0	0,1	5,4
SSM	2 167	2,2	0,6	56,8	5,1	9,0	22,9	1,8	0,2	1,2
SLO	2 405	2,2	0,0	57,3	2,6	9,4	21,5	0,8	0,1	5,9
RGST	1 961	6,8	0,2	59,9	7,6	4,5	18,1	0,8	0,1	2,1
MO	2 736	3,8	0,5	47,3	14,0	4,5	19,4	2,5	0,0	8,0
SF	7 241	3,6	0,4	52,7	10,5	5,3	13,7	2,6	0,1	11,1
SCF	1 713	2,5	0,2	58,3	13,4	4,3	18,5	0,9	0,0	2,0
BR	1 706	4,7	0,2	53,5	13,1	7,4	19,3	0,6	0,1	1,2

Fonte: INE, Censo 2021

A ANEXOS

A.1 NOMENCLATURAS (CGN, CNP E CAE)

Para o tratamento das informações foram utilizadas as seguintes nomenclaturas essenciais:

CÓDIGO GEOGRÁFICO NACIONAL (CGN)

Para a análise deste tema, utilizou-se o CGN até 2 dígitos (nível concelho).

Tabela A.1. 1 – Nomenclatura Código Geográfico Nacional

Código Geográfico Nacional	Designação
11	Ribeira Grande
12	Paul
13	Porto Novo
21	São Vicente
31	Ribeira Brava
32	Tarrafal de São Nicolau
41	Sal
51	Boa Vista
61	Maio
71	Tarrafal
72	Santa Catarina
73	Santa Cruz
74	Praia
75	São Domingos
76	São Miguel
77	São Salvador do Mundo
78	São Lourenço dos Órgãos
79	Ribeira Grande de Santiago
81	Mosteiros
82	São Filipe
83	Santa Catarina do Fogo
91	Brava

CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS DE CABO VERDE (CAE-CV-REV1)

A CAE-CV-Rev1 é o documento utilizado na classificação da atividade económica do estabelecimento ou unidade similar onde o indivíduo exerce a sua profissão principal.

A CAE-CV-Rev1 é aplicada, para efeitos de análise, ao nível da secção (grandes grupos), sem prejuízo de ser detalhada nos casos de espécie.

Tabela A.1. 2 – Nomenclatura da Classificação das Atividades Económicas de Cabo Verde segundo setor de atividade

Setor primário
Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados
Divisão 01 - agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados
Divisão 02 - silvicultura, exploração florestal e atividades dos serviços relacionados
Divisão 03 - pesca e aquacultura
Indústrias extrativas
Divisão 05 - extração de hulha e lenhite
Divisão 06 - extração de petróleo bruto e gás natural
Divisão 07 - extração e preparação de minérios metálicos
Divisão 08 - outras indústrias extrativas
Divisão 09 - atividades de serviços relacionados com as indústrias extrativas
Setor secundário
Indústrias transformadoras
Divisão 10 - indústrias alimentares
Divisão 11 - indústria das bebidas
Divisão 12 - indústria do tabaco
Divisão 13 - fabricação de têxteis
Divisão 14 - indústria do vestuário
Divisão 15 - indústria do couro e dos produtos do couro; indústria do calçado
Divisão 16 - indústrias da madeira, exceto mobiliário, da cortiça e obras de cestaria e de espartaria
Divisão 17 - indústria da pasta, papel, cartão e seus artigos
Divisão 18 - impressão e reprodução de suportes gravados
Divisão 19 - fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis
Divisão 20 - fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais (exceto produtos farmacêuticos).
Divisão 21 - fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparação farmacêutica
Divisão 22 - fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas
Divisão 23 - fabricação de outros produtos minerais não metálicos
Divisão 24 - indústrias metalúrgicas de base
Divisão 25 - fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos
Divisão 26 - fabricação de equipamentos informáticos, equipamentos para comunicações, produtos eletrónicos e óticos

Divisão 27 - fabricação de equipamento elétrico
Divisão 28 - fabricação de máquinas e equipamentos, n.e.
Divisão 29 - fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques
Divisão 30 - fabricação de outro equipamento de transporte
Divisão 31 - fabricação de mobiliário e de colchões
Divisão 32 - indústrias transformadoras, n.e.
Divisão 33 - reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio
Divisão 35 - eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio
Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição
Divisão 36 - captação, tratamento e distribuição de água
Divisão 37 - recolha, drenagem e tratamento de águas residuais
Divisão 38 - recolha, tratamento e eliminação de resíduos; valorização de materiais
Divisão 39 - descontaminação e atividades similares
Construção
Divisão 41 - construção de edifícios
Divisão 42 - engenharia civil
Divisão 43 - atividades especializadas de construção
Setor terciário
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos
Divisão 45 - comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos
Divisão 46 - comércio por grosso (incluem agentes), exceto de veículos automóveis e motociclos
Divisão 47 - comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos
Transportes e armazenagem
Divisão 49 - transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos
Divisão 50 - transportes por água
Divisão 51 - transportes aéreos
Divisão 52 - armazenagem e atividades auxiliares dos transportes (inclui manuseamento)
Divisão 53 - atividades postais e dos correios
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)
Divisão 55 - alojamento
Divisão 56 - restaurantes e estabelecimentos de bebidas
Atividades de informação e de comunicação
Divisão 58 - atividades de edição
Divisão 59 - atividades cinematográficas, de vídeo e produção de programas de televisão, de gravação de som e edição de música
Divisão 60 - atividades de rádio e de televisão
Divisão 61 - telecomunicações

Divisão 62 - consultoria e programação informática e atividades relacionadas

Divisão 63 - atividades dos serviços de informação

Atividades financeiras e de seguros

Divisão 64 - intermediação financeira, exceto seguros e fundos de pensões

Divisão 65 - seguros, resseguros e fundos de pensões, exceto segurança social obrigatória

Divisão 66 - atividades auxiliares de serviços financeiros e dos seguros

Atividades imobiliárias

Divisão 68 - atividades imobiliárias

Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares

Divisão 69 - atividades jurídicas e de contabilidade

Divisão 70 - atividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão

Divisão 71 - atividades de arquitetura, de engenharia e técnicas afins; atividades de ensaios e de análises técnicas

Divisão 72 - atividades de investigação científica e de desenvolvimento

Divisão 73 - publicidade, estudos de mercado e sondagens de opinião

Divisão 74 - outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares

Divisão 75 - atividades veterinárias

Atividades administrativas e dos serviços de apoio

Divisão 77 - atividades de aluguer

Divisão 78 - atividades de emprego

Divisão 79 - agências de viagem, operadores turísticos e outras atividades de reservas

Divisão 80 - atividades de investigação e segurança

Divisão 81 - atividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins

Divisão 82 - atividades de serviços administrativos e de apoio às empresas

Administração pública e defesa; segurança social obrigatória

Divisão 84 - administração pública e defesa; segurança social obrigatória

Educação

Divisão 85 - educação

Saúde humana e ação social

Divisão 86 - atividades de saúde humana

Divisão 87 - ação social com alojamento

Divisão 88 - ação social sem alojamento

Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas

Divisão 90 - atividades de teatro, de música e outras atividades artísticas e literárias

Divisão 91 - atividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais

Divisão 92 - lotarias e outros jogos de aposta

Divisão 93 - atividades desportivas, de diversão e recreativas

Outras atividades de serviços
Divisão 94 - atividades de organizações associativas
Divisão 95 - reparação de computadores e de bens de uso pessoal e doméstico
Divisão 96 - outras atividades dos serviços pessoais
Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio
Divisão 97 - atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico
Divisão 98 - atividades de produção de bens e serviços pelas famílias para uso próprio
Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais
Divisão 99 - atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DAS PROFISSÕES DE CABO VERDE (CNP CV-REV1)

Para a análise da profissão dos indivíduos empregados é utilizada a CNP CV-Rev1, a 1 dígito (grandes grupos de profissões), embora possa ser utilizada a um nível mais detalhado.

Tabela A.1. 3 – Nomenclatura da Classificação Nacional das Profissões de Cabo Verde

0 - Profissões especificamente militares
01 - Oficial em profissões especificamente militares
02 - Sargento em profissões especificamente militares
03 - Praça em profissões especificamente militares
1 - Representantes dos poderes legislativo e executivo, diretores e gestores executivos
11 - Representantes dos poderes legislativo, executivo e autárquico, dirigentes superiores da administração pública e de organizações especializadas
12 - Diretores de serviços administrativos e comerciais
13 - Diretores de produção e serviços especializado
14 - Diretores da hotelaria, de restauração, do comércio e de outros serviços relacionados
2 - Especialistas das atividades intelectuais e científicas
21 - Especialistas das ciências físicas, matemáticas, engenharia e técnicas afins
22 - Profissionais de saúde
23 - Professores
24 - Especialistas em finanças, contabilidade, organização administrativa, relações públicas e comerciais
25 - Especialista em tecnologia de informação e comunicação (tic)
26 - Especialistas em assuntos jurídicos, sociais, artísticos e culturais
3 - Técnicos e profissões de nível intermédio

31 - Técnicos e profissões das ciências e engenharia de nível intermédio
32 - Técnicos e profissões da saúde de nível intermédio
33 - Técnico de nível intermédio das áreas financeiras, administrativas e dos negócios
34 - Técnicos de nível intermédio de serviços jurídicos, sociais, desportivos, culturais e similares
35 - Técnico das tecnologias de informação e comunicação
4 - Pessoal administrativo
41 - Empregado de escritório em geral
42 - Pessoal de apoio direto a clientes
43 - Pessoal de contabilidade, estatística, financeiro e relacionado com o registo de materiais
44 - Outro pessoal do apoio administrativo
5 - Pessoal dos serviços e vendedores
51 - Trabalhadores dos serviços pessoais
52 - Vendedores
53 - Pessoal dos cuidados pessoais e similares
54 - Pessoal dos serviços de proteção e segurança
6 - Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta
61 - Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e produção animal, orientados para o mercado
62 - Trabalhadores qualificados da floresta, das pescas e caça orientados para o mercado
63 - Agricultores, criadores de animais, pescadores, caçadores e coletores de subsistência
7 - Operários, artífices e trabalhadores similares
71 - Trabalhadores qualificados da construção e similares, exceto eletricitas
72 - Trabalhadores qualificados da metalurgia, metalomecânica e similares
73 - Trabalhadores qualificados da artesoaria e da impressão
74 - Trabalhadores qualificados em eletricidade e em eletrónica
75 - trabalhadores da transformação de alimentos, da madeira, do vestuário e de outras indústrias e artesanato
8 - Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem
81 - Operadores de instalações fixas e máquinas
82 - Trabalhadores da montagem
83 - Condutores de veículos e operadores de equipamento móveis
9 - Profissões elementares
91 - Pessoal de limpeza
92 - Trabalhadores não qualificados da agricultura, produção animal, pesca e floresta
93 - Trabalhadores não qualificados da indústria extrativa, construção, indústria transformadora e transportes
94 - Assistentes na preparação de refeições
95 - Vendedores ambulantes (exceto de alimentos) e prestadores de serviços na rua
96 - Trabalhadores dos resíduos e de outros serviços elementares

A.2 TABELAS COMPLEMENTARES DE MERCADO DE TRABALHO

POPULAÇÃO RESIDENTE

Tabela A.2. 1 – Efetivo da população residente, segundo meio de residência e sexo por concelho. Cabo Verde, 2021

Concelho	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	491 233	246 363	244 870	364 106	181 384	182 722	127 127	64 979	62 148
RG	15 128	8 066	7 062	6 322	3 257	3 065	8 806	4 809	3 997
PL	5 770	3 178	2 592	1 445	763	682	4 325	2 415	1 910
PN	16 052	8 419	7 633	11 241	5 737	5 504	4 811	2 682	2 129
SV	75 845	38 472	37 373	70 743	35 684	35 059	5 102	2 788	2 314
RB	6 996	3 652	3 344	2 863	1 473	1 390	4 133	2 179	1 954
TASN	5 310	2 725	2 585	4 420	2 261	2 159	890	464	426
SL	33 615	17 946	15 669	32 144	17 040	15 104	1 471	906	565
BV	12 798	6 871	5 927	11 049	5 899	5 150	1 749	972	777
MA	6 330	3 180	3 150	4 504	2 272	2 232	1 826	908	918
TA	16 892	8 043	8 849	13 714	6 608	7 106	3 178	1 435	1 743
SC	37 982	17 943	20 039	21 662	10 175	11 487	16 320	7 768	8 552
SZ	25 152	12 450	12 702	10 136	5 008	5 128	15 016	7 442	7 574
PR	145 378	71 803	73 575	141 219	69 195	72 024	4 159	2 608	1 551
SD	14 051	6 915	7 136	2 963	1 443	1 520	11 088	5 472	5 616
SM	12 966	6 125	6 841	6 349	2 985	3 364	6 617	3 140	3 477
SSM	7 482	3 673	3 809	2 066	978	1 088	5 416	2 695	2 721
SLO	6 328	3 137	3 191	630	309	321	5 698	2 828	2 870
RGST	7 757	3 829	3 928	3 326	1 640	1 686	4 431	2 189	2 242
MO	8 084	4 073	4 011	4 096	2 025	2 071	3 988	2 048	1 940
SF	20 927	10 506	10 421	10 239	5 101	5 138	10 688	5 405	5 283
SCF	4 743	2 423	2 320	724	369	355	4 019	2 054	1 965
BR	5 647	2 934	2 713	2 251	1 162	1 089	3 396	1 772	1 624

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A.2. 2 – Efetivo da população residente, segundo meio de residência e sexo por grupo etário. Cabo Verde, 2021

Grupo etário	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	491 233	246 363	244 870	364 106	181 384	182 722	127 127	64 979	62 148
0-4	45 540	23 111	22 429	33 930	17 312	16 618	11 610	5 799	5 811
5-9	46 619	23 533	23 086	34 551	17 455	17 096	12 068	6 078	5 990
10-14	46 580	23 809	22 771	33 812	17 256	16 556	12 768	6 553	6 215
15-19	42 304	21 903	20 401	30 619	15 582	15 037	11 685	6 321	5 364
20-24	38 550	20 391	18 159	28 440	14 714	13 726	10 110	5 677	4 433
25-29	44 146	22 481	21 665	33 462	16 525	16 937	10 684	5 956	4 728
30-34	44 233	22 552	21 681	34 280	17 053	17 227	9 953	5 499	4 454
35-39	37 322	19 217	18 105	29 239	14 776	14 463	8 083	4 441	3 642
40-44	30 079	15 820	14 259	23 583	12 203	11 380	6 496	3 617	2 879
45-49	23 616	12 269	11 347	17 983	9 231	8 752	5 633	3 038	2 595
50-54	22 481	11 257	11 224	16 415	8 201	8 214	6 066	3 056	3 010
55-59	20 683	10 001	10 682	14 906	7 301	7 605	5 777	2 700	3 077
60-64	16 301	7 536	8 765	11 442	5 455	5 987	4 859	2 081	2 778
65+	32 779	12 483	20 296	21 444	8 320	13 124	11 335	4 163	7 172
Grupo específico									
15-24	80 854	42 294	38 560	59 059	30 296	28 763	21 795	11 998	9 797
25-34	88 379	45 033	43 346	67 742	33 578	34 164	20 637	11 455	9 182
35-64	150 482	76 100	74 382	113 568	57 167	56 401	36 914	18 933	17 981
65 ou +	32 779	12 483	20 296	21 444	8 320	13 124	11 335	4 163	7 172

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A.2. 3 – Efetivo da população residente, segundo sexo e grupo etário por concelho. Cabo Verde, 2021

Concelho	Ambos os sexos						Masculino						Feminino					
	Total	0-14	15-24	25-34	35-64	65 ou +	Total	0-14	15-24	25-34	35-64	65 ou +	Total	0-14	15-24	25-34	35-64	65 ou +
Cabo Verde	491 233	138 739	80 854	88 379	150 482	32 779	246 363	70 453	42 294	45 033	76 100	12 483	244 870	68 286	38 560	43 346	74 382	20 296
RG	15 128	3 574	2 052	2 157	5 683	1 662	8 066	1 797	1 125	1 212	3 239	693	7 062	1 777	927	945	2 444	969
PL	5 770	1 286	788	924	2 229	543	3 178	654	445	525	1 325	229	2 592	632	343	399	904	314
PN	16 052	4 150	2 424	2 509	5 651	1 318	8 419	2 059	1 295	1 370	3 157	538	7 633	2 091	1 129	1 139	2 494	780
SV	75 845	17 719	12 337	13 179	26 340	6 270	38 472	9 017	6 395	6 735	13 692	2 633	37 373	8 702	5 942	6 444	12 648	3 637
RB	6 996	1 627	1 074	960	2 460	875	3 652	815	597	538	1 358	344	3 344	812	477	422	1 102	531
TASN	5 310	1 363	842	889	1 704	512	2 725	683	436	471	941	194	2 585	680	406	418	763	318
SL	33 615	9 701	4 907	7 219	10 730	1 058	17 946	5 038	2 658	3 777	5 970	503	15 669	4 663	2 249	3 442	4 760	555
BV	12 798	3 849	1 608	2 634	4 143	564	6 871	1 938	841	1 369	2 450	273	5 927	1 911	767	1 265	1 693	291
MA	6 330	1 714	834	964	2 260	558	3 180	923	421	508	1 117	211	3 150	791	413	456	1 143	347
TA	16 892	5 063	2 917	2 891	4 727	1 294	8 043	2 549	1 517	1 471	2 092	414	8 849	2 514	1 400	1 420	2 635	880
SC	37 982	11 893	6 840	6 847	9 531	2 871	17 943	5 976	3 525	3 325	4 226	891	20 039	5 917	3 315	3 522	5 305	1 980
SZ	25 152	8 378	4 534	4 150	6 593	1 497	12 450	4 226	2 416	2 165	3 139	504	12 702	4 152	2 118	1 985	3 454	993
PR	145 378	42 113	24 759	28 465	43 729	6 312	71 803	21 411	12 586	13 985	21 369	2 452	73 575	20 702	12 173	14 480	22 360	3 860
SD	14 051	4 312	2 427	2 293	3 955	1 064	6 915	2 143	1 303	1 216	1 927	326	7 136	2 169	1 124	1 077	2 028	738
SM	12 966	3 918	2 316	2 122	3 396	1 214	6 125	1 975	1 226	1 110	1 446	368	6 841	1 943	1 090	1 012	1 950	846
SSM	7 482	2 181	1 359	1 211	1 991	740	3 673	1 131	770	649	898	225	3 809	1 050	589	562	1 093	515
SLO	6 328	1 815	1 091	931	1 885	606	3 137	928	602	503	899	205	3 191	887	489	428	986	401
RGST	7 757	2 286	1 414	1 346	2 157	554	3 829	1 170	778	703	990	188	3 928	1 116	636	643	1 167	366
MO	8 084	2 518	1 263	1 389	2 255	659	4 073	1 303	655	693	1 158	264	4 011	1 215	608	696	1 097	395
SF	20 927	6 067	3 454	3 561	5 998	1 847	10 506	3 094	1 833	1 830	3 062	687	10 421	2 973	1 621	1 731	2 936	1 160
SCF	4 743	1 539	824	827	1 200	353	2 423	782	435	430	634	142	2 320	757	389	397	566	211
BR	5 647	1 673	790	911	1 865	408	2 934	841	435	448	1 011	199	2 713	832	355	463	854	209

Fonte: INE, Censo 2021

POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS

Tabela A.2. 4 – Efetivo da população com 15 anos ou mais, segundo meio de residência e sexo por concelho. Cabo Verde, 2021

Concelho	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	352 494	175 910	176 584	261 813	129 361	132 452	90 681	46 549	44 132
RG	11 554	6 269	5 285	4 761	2 462	2 299	6 793	3 807	2 986
PL	4 484	2 524	1 960	1 096	580	516	3 388	1 944	1 444
PN	11 902	6 360	5 542	8 211	4 231	3 980	3 691	2 129	1 562
SV	58 126	29 455	28 671	54 349	27 334	27 015	3 777	2 121	1 656
RB	5 369	2 837	2 532	2 191	1 128	1 063	3 178	1 709	1 469
TASN	3 947	2 042	1 905	3 282	1 694	1 588	665	348	317
SL	23 914	12 908	11 006	22 807	12 201	10 606	1 107	707	400
BV	8 949	4 933	4 016	7 620	4 173	3 447	1 329	760	569
MA	4 616	2 257	2 359	3 283	1 610	1 673	1 333	647	686
TA	11 829	5 494	6 335	9 526	4 493	5 033	2 303	1 001	1 302
SC	26 089	11 967	14 122	14 828	6 727	8 101	11 261	5 240	6 021
SZ	16 774	8 224	8 550	6 816	3 334	3 482	9 958	4 890	5 068
PR	103 265	50 392	52 873	100 017	48 242	51 775	3 248	2 150	1 098
SD	9 739	4 772	4 967	2 122	1 038	1 084	7 617	3 734	3 883
SM	9 048	4 150	4 898	4 390	2 021	2 369	4 658	2 129	2 529
SSM	5 301	2 542	2 759	1 462	675	787	3 839	1 867	1 972
SLO	4 513	2 209	2 304	465	217	248	4 048	1 992	2 056
RGST	5 471	2 659	2 812	2 413	1 174	1 239	3 058	1 485	1 573
MO	5 566	2 770	2 796	2 784	1 359	1 425	2 782	1 411	1 371
SF	14 860	7 412	7 448	7 320	3 596	3 724	7 540	3 816	3 724
SCF	3 204	1 641	1 563	492	248	244	2 712	1 393	1 319
BR	3 974	2 093	1 881	1 578	824	754	2 396	1 269	1 127

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A.2. 5 – Efetivo da população com 15 anos ou mais, segundo meio de residência e sexo por grupo etário. Cabo Verde, 2021

Grupo etário	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	352 494	175 910	176 584	261 813	129 361	132 452	90 681	46 549	44 132
15-19	42 304	21 903	20 401	30 619	15 582	15 037	11 685	6 321	5 364
20-24	38 550	20 391	18 159	28 440	14 714	13 726	10 110	5 677	4 433
25-29	44 146	22 481	21 665	33 462	16 525	16 937	10 684	5 956	4 728
30-34	44 233	22 552	21 681	34 280	17 053	17 227	9 953	5 499	4 454
35-39	37 322	19 217	18 105	29 239	14 776	14 463	8 083	4 441	3 642
40-44	30 079	15 820	14 259	23 583	12 203	11 380	6 496	3 617	2 879
45-49	23 616	12 269	11 347	17 983	9 231	8 752	5 633	3 038	2 595
50-54	22 481	11 257	11 224	16 415	8 201	8 214	6 066	3 056	3 010
55-59	20 683	10 001	10 682	14 906	7 301	7 605	5 777	2 700	3 077
60-64	16 301	7 536	8 765	11 442	5 455	5 987	4 859	2 081	2 778
65 ou +	32 779	12 483	20 296	21 444	8 320	13 124	11 335	4 163	7 172
Grupo específico									
15-24	80 854	42 294	38 560	59 059	30 296	28 763	21 795	11 998	9 797
25-34	88 379	45 033	43 346	67 742	33 578	34 164	20 637	11 455	9 182
35-64	150 482	76 100	74 382	113 568	57 167	56 401	36 914	18 933	17 981
65 ou +	32 779	12 483	20 296	21 444	8 320	13 124	11 335	4 163	7 172

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A.2. 6 – Efetivo da população com 15 anos ou mais, segundo sexo e grupo etário por concelho. Cabo Verde, 2021

Concelho	Ambos os sexos					Masculino					Feminino				
	Total	15-24	25-34	35-64	65 ou +	Total	15-24	25-34	35-64	65 ou +	Total	15-24	25-34	35-64	65 ou +
Cabo Verde	352 494	80 854	88 379	150 482	32 779	175 910	42 294	45 033	76 100	12 483	176 584	38 560	43 346	74 382	20 296
RG	11 554	2 052	2 157	5 683	1 662	6 269	1 125	1 212	3 239	693	5 285	927	945	2 444	969
PL	4 484	788	924	2 229	543	2 524	445	525	1 325	229	1 960	343	399	904	314
PN	11 902	2 424	2 509	5 651	1 318	6 360	1 295	1 370	3 157	538	5 542	1 129	1 139	2 494	780
SV	58 126	12 337	13 179	26 340	6 270	29 455	6 395	6 735	13 692	2 633	28 671	5 942	6 444	12 648	3 637
RB	5 369	1 074	960	2 460	875	2 837	597	538	1 358	344	2 532	477	422	1 102	531
TASN	3 947	842	889	1 704	512	2 042	436	471	941	194	1 905	406	418	763	318
SL	23 914	4 907	7 219	10 730	1 058	12 908	2 658	3 777	5 970	503	11 006	2 249	3 442	4 760	555
BV	8 949	1 608	2 634	4 143	564	4 933	841	1 369	2 450	273	4 016	767	1 265	1 693	291
MA	4 616	834	964	2 260	558	2 257	421	508	1 117	211	2 359	413	456	1 143	347
TA	11 829	2 917	2 891	4 727	1 294	5 494	1 517	1 471	2 092	414	6 335	1 400	1 420	2 635	880
SC	26 089	6 840	6 847	9 531	2 871	11 967	3 525	3 325	4 226	891	14 122	3 315	3 522	5 305	1 980
SZ	16 774	4 534	4 150	6 593	1 497	8 224	2 416	2 165	3 139	504	8 550	2 118	1 985	3 454	993
PR	103 265	24 759	28 465	43 729	6 312	50 392	12 586	13 985	21 369	2 452	52 873	12 173	14 480	22 360	3 860
SD	9 739	2 427	2 293	3 955	1 064	4 772	1 303	1 216	1 927	326	4 967	1 124	1 077	2 028	738
SM	9 048	2 316	2 122	3 396	1 214	4 150	1 226	1 110	1 446	368	4 898	1 090	1 012	1 950	846
SSM	5 301	1 359	1 211	1 991	740	2 542	770	649	898	225	2 759	589	562	1 093	515
SLO	4 513	1 091	931	1 885	606	2 209	602	503	899	205	2 304	489	428	986	401
RGST	5 471	1 414	1 346	2 157	554	2 659	778	703	990	188	2 812	636	643	1 167	366
MO	5 566	1 263	1 389	2 255	659	2 770	655	693	1 158	264	2 796	608	696	1 097	395
SF	14 860	3 454	3 561	5 998	1 847	7 412	1 833	1 830	3 062	687	7 448	1 621	1 731	2 936	1 160
SCF	3 204	824	827	1 200	353	1 641	435	430	634	142	1 563	389	397	566	211
BR	3 974	790	911	1 865	408	2 093	435	448	1 011	199	1 881	355	463	854	209

Fonte: INE, Censo 2021

População Ativa

Tabela A.2. 7 – Efetivo da população com 15 anos ou mais, ATIVA, segundo meio de residência e sexo por concelho. Cabo Verde, 2021

Concelho	Cabo Verde			Urbana			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	217 422	121 820	95 602	167 618	91 176	76 442	49 804	30 644	19 160
RG	7 175	4 560	2 615	3 040	1 759	1 281	4 135	2 801	1 334
PL	2 626	1 768	858	681	401	280	1 945	1 367	578
PN	6 455	4 055	2 400	4 512	2 655	1 857	1 943	1 400	543
SV	36 697	20 416	16 281	34 244	18 794	15 450	2 453	1 622	831
RB	3 314	2 092	1 222	1 397	842	555	1 917	1 250	667
TASN	2 430	1 465	965	2 063	1 203	860	367	262	105
SL	17 493	10 126	7 367	16 792	9 676	7 116	701	450	251
BV	6 225	3 704	2 521	5 444	3 218	2 226	781	486	295
MA	2 587	1 538	1 049	1 933	1 139	794	654	399	255
TA	6 650	3 540	3 110	5 519	2 944	2 575	1 131	596	535
SC	15 005	7 804	7 201	8 661	4 356	4 305	6 344	3 448	2 896
SZ	9 567	5 568	3 999	4 079	2 221	1 858	5 488	3 347	2 141
PR	66 962	35 151	31 811	65 526	34 309	31 217	1 436	842	594
SD	5 759	3 247	2 512	1 269	672	597	4 490	2 575	1 915
SM	5 517	2 814	2 703	2 729	1 402	1 327	2 788	1 412	1 376
SSM	3 134	1 684	1 450	902	451	451	2 232	1 233	999
SLO	2 108	1 225	883	313	163	150	1 795	1 062	733
RGST	3 510	1 940	1 570	1 646	890	756	1 864	1 050	814
MO	2 830	1 876	954	1 548	953	595	1 282	923	359
SF	7 619	4 727	2 892	4 181	2 408	1 773	3 438	2 319	1 119
SCF	1 491	1 048	443	238	151	87	1 253	897	356
BR	2 268	1 472	796	901	569	332	1 367	903	464

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A.2. 8 – Efetivo da população com 15 anos ou mais, ATIVA, segundo meio de residência e sexo por grupo etário. Cabo Verde, 2021

Grupo etário	Cabo Verde			Urbana			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	217 422	121 820	95 602	167 618	91 176	76 442	49 804	30 644	19 160
15-19	5 999	4 043	1 956	3 956	2 509	1 447	2 043	1 534	509
20-24	22 372	13 233	9 139	16 826	9 587	7 239	5 546	3 646	1 900
25-29	34 044	18 566	15 478	26 608	13 904	12 704	7 436	4 662	2 774
30-34	36 525	19 823	16 702	29 020	15 254	13 766	7 505	4 569	2 936
35-39	31 626	17 219	14 407	25 409	13 444	11 965	6 217	3 775	2 442
40-44	25 316	14 045	11 271	20 340	10 977	9 363	4 976	3 068	1 908
45-49	19 078	10 789	8 289	14 948	8 238	6 710	4 130	2 551	1 579
50-54	16 790	9 419	7 371	12 613	6 960	5 653	4 177	2 459	1 718
55-59	13 436	7 627	5 809	9 849	5 535	4 314	3 587	2 092	1 495
60-64	7 649	4 533	3 116	5 335	3 238	2 097	2 314	1 295	1 019
65 ou +	4 587	2 523	2 064	2 714	1 530	1 184	1 873	993	880
Grupo específico									
15-24	28 371	17 276	11 095	20 782	12 096	8 686	7 589	5 180	2 409
25-34	70 569	38 389	32 180	55 628	29 158	26 470	14 941	9 231	5 710
35-64	113 895	63 632	50 263	88 494	48 392	40 102	25 401	15 240	10 161
65 ou +	4 587	2 523	2 064	2 714	1 530	1 184	1 873	993	880

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A.2. 9 – Efetivo da população com 15 anos ou mais, ATIVA, segundo sexo e grupo etário por concelho. Cabo Verde, 2021

Concelho	Ambos os sexos					Masculino					Feminino				
	Total	15-24	25-34	35-64	65 ou +	Total	15-24	25-34	35-64	65 ou +	Total	15-24	25-34	35-64	65 ou +
Cabo Verde	217 422	28 371	70 569	113 895	4 587	121 820	17 276	38 389	63 632	2 523	95 602	11 095	32 180	50 263	2 064
RG	7 175	864	1 809	4 237	265	4 560	571	1 104	2 703	182	2 615	293	705	1 534	83
PL	2 626	261	737	1 567	61	1 768	178	465	1 079	46	858	83	272	488	15
PN	6 455	699	1 799	3 828	129	4 055	454	1 079	2 431	91	2 400	245	720	1 397	38
SV	36 697	4 733	11 078	20 188	698	20 416	2 700	5 874	11 413	429	16 281	2 033	5 204	8 775	269
RB	3 314	472	818	1 865	159	2 092	330	490	1 171	101	1 222	142	328	694	58
TASN	2 430	332	730	1 306	62	1 465	210	405	810	40	965	122	325	496	22
SL	17 493	2 109	6 231	9 005	148	10 126	1 273	3 419	5 331	103	7 367	836	2 812	3 674	45
BV	6 225	624	2 158	3 364	79	3 704	356	1 208	2 091	49	2 521	268	950	1 273	30
MA	2 587	223	713	1 575	76	1 538	145	425	922	46	1 049	78	288	653	30
TA	6 650	936	2 169	3 377	168	3 540	578	1 193	1 708	61	3 110	358	976	1 669	107
SC	15 005	2 220	5 249	7 053	483	7 804	1 368	2 775	3 473	188	7 201	852	2 474	3 580	295
SZ	9 567	1 520	3 108	4 713	226	5 568	992	1 821	2 627	128	3 999	528	1 287	2 086	98
PR	66 962	8 623	23 176	34 342	821	35 151	4 937	11 754	18 009	451	31 811	3 686	11 422	16 333	370
SD	5 759	765	1 791	3 032	171	3 247	500	1 028	1 644	75	2 512	265	763	1 388	96
SM	5 517	882	1 734	2 595	306	2 814	553	964	1 180	117	2 703	329	770	1 415	189
SSM	3 134	429	1 022	1 542	141	1 684	294	587	757	46	1 450	135	435	785	95
SLO	2 108	233	624	1 203	48	1 225	168	372	661	24	883	65	252	542	24
RGST	3 510	613	1 077	1 706	114	1 940	406	609	867	58	1 570	207	468	839	56
MO	2 830	392	929	1 437	72	1 876	275	591	958	52	954	117	338	479	20
SF	7 619	958	2 449	3 946	266	4 727	634	1 487	2 446	160	2 892	324	962	1 500	106
SCF	1 491	230	511	708	42	1 048	167	349	497	35	443	63	162	211	7
BR	2 268	253	657	1 306	52	1 472	187	390	854	41	796	66	267	452	11

Fonte: INE, Censo 2021

População Empregada

Tabela A.2. 10 – Efetivo da população com 15 anos ou mais, EMPREGADA, segundo meio de residência e sexo por concelho. Cabo Verde, 2021

Concelho	Cabo Verde			Urbana			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	199 328	113 632	85 696	152 643	84 453	68 190	46 685	29 179	17 506
RG	6 873	4 421	2 452	2 899	1 687	1 212	3 974	2 734	1 240
PL	2 514	1 711	803	638	379	259	1 876	1 332	544
PN	5 836	3 751	2 085	4 001	2 410	1 591	1 835	1 341	494
SV	33 274	18 867	14 407	31 070	17 341	13 729	2 204	1 526	678
RB	3 188	2 027	1 161	1 367	823	544	1 821	1 204	617
TASN	2 231	1 363	868	1 880	1 107	773	351	256	95
SL	15 673	9 262	6 411	15 031	8 852	6 179	642	410	232
BV	5 557	3 374	2 183	4 824	2 914	1 910	733	460	273
MA	2 483	1 490	993	1 845	1 098	747	638	392	246
TA	6 091	3 283	2 808	5 019	2 715	2 304	1 072	568	504
SC	14 169	7 501	6 668	8 135	4 175	3 960	6 034	3 326	2 708
SZ	8 683	5 197	3 486	3 687	2 062	1 625	4 996	3 135	1 861
PR	60 873	32 473	28 400	59 509	31 665	27 844	1 364	808	556
SD	5 284	3 020	2 264	1 171	633	538	4 113	2 387	1 726
SM	5 168	2 628	2 540	2 490	1 277	1 213	2 678	1 351	1 327
SSM	2 923	1 583	1 340	856	432	424	2 067	1 151	916
SLO	1 935	1 122	813	301	161	140	1 634	961	673
RGST	3 199	1 813	1 386	1 485	825	660	1 714	988	726
MO	2 697	1 821	876	1 473	931	542	1 224	890	334
SF	7 087	4 489	2 598	3 882	2 272	1 610	3 205	2 217	988
SCF	1 426	1 013	413	224	145	79	1 202	868	334
BR	2 164	1 423	741	856	549	307	1 308	874	434

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A.2. 11 – Efetivo da população com 15 anos ou mais, EMPREGADA, segundo meio de residência e sexo por grupo etário. Cabo Verde, 2021

Grupo etário	Cabo Verde			Urbana			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	199 328	113 632	85 696	152 643	84 453	68 190	46 685	29 179	17 506
15-19	4 600	3 324	1 276	2 780	1 917	863	1 820	1 407	413
20-24	17 976	11 211	6 765	13 268	7 951	5 317	4 708	3 260	1 448
25-29	29 803	16 822	12 981	23 094	12 493	10 601	6 709	4 329	2 380
30-34	33 451	18 603	14 848	26 494	14 256	12 238	6 957	4 347	2 610
35-39	29 803	16 464	13 339	23 853	12 800	11 053	5 950	3 664	2 286
40-44	24 124	13 486	10 638	19 330	10 502	8 828	4 794	2 984	1 810
45-49	18 291	10 377	7 914	14 277	7 892	6 385	4 014	2 485	1 529
50-54	16 244	9 080	7 164	12 158	6 675	5 483	4 086	2 405	1 681
55-59	13 035	7 380	5 655	9 523	5 331	4 192	3 512	2 049	1 463
60-64	7 475	4 404	3 071	5 200	3 139	2 061	2 275	1 265	1 010
65 ou +	4 526	2 481	2 045	2 666	1 497	1 169	1 860	984	876
Grupo específico									
15-24	22 576	14 535	8 041	16 048	9 868	6 180	6 528	4 667	1 861
25-34	63 254	35 425	27 829	49 588	26 749	22 839	13 666	8 676	4 990
35-64	108 972	61 191	47 781	84 341	46 339	38 002	24 631	14 852	9 779
65 ou +	4 526	2 481	2 045	2 666	1 497	1 169	1 860	984	876

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A.2. 12 – Efetivo da população com 15 anos ou mais, EMPREGADA, segundo sexo e grupo etário por concelho. Cabo Verde, 2021

Concelho	Ambos os sexos					Masculino					Feminino				
	Total	15-24	25-34	35-64	65 ou +	Total	15-24	25-34	35-64	65 ou +	Total	15-24	25-34	35-64	65 ou +
Cabo Verde	199 328	22 576	63 254	108 972	4 526	113 632	14 535	35 425	61 191	2 481	85 696	8 041	27 829	47 781	2 045
RG	6 873	771	1 695	4 144	263	4 421	526	1 058	2 657	180	2 452	245	637	1 487	83
PL	2 514	231	699	1 523	61	1 711	160	451	1 054	46	803	71	248	469	15
PN	5 836	524	1 569	3 616	127	3 751	368	974	2 320	89	2 085	156	595	1 296	38
SV	33 274	3 653	9 810	19 131	680	18 867	2 201	5 365	10 886	415	14 407	1 452	4 445	8 245	265
RB	3 188	420	779	1 831	158	2 027	301	471	1 155	100	1 161	119	308	676	58
TASN	2 231	268	667	1 234	62	1 363	178	379	766	40	868	90	288	468	22
SL	15 673	1 602	5 511	8 417	143	9 262	1 025	3 122	5 014	101	6 411	577	2 389	3 403	42
BV	5 557	481	1 905	3 094	77	3 374	279	1 112	1 935	48	2 183	202	793	1 159	29
MA	2 483	194	673	1 540	76	1 490	132	410	902	46	993	62	263	638	30
TA	6 091	755	1 947	3 223	166	3 283	488	1 090	1 644	61	2 808	267	857	1 579	105
SC	14 169	1 964	4 860	6 865	480	7 501	1 271	2 642	3 402	186	6 668	693	2 218	3 463	294
SZ	8 683	1 201	2 712	4 549	221	5 197	844	1 662	2 565	126	3 486	357	1 050	1 984	95
PR	60 873	6 543	20 644	32 879	807	32 473	3 963	10 775	17 295	440	28 400	2 580	9 869	15 584	367
SD	5 284	609	1 586	2 920	169	3 020	426	927	1 593	74	2 264	183	659	1 327	95
SM	5 168	769	1 576	2 517	306	2 628	492	876	1 143	117	2 540	277	700	1 374	189
SSM	2 923	360	915	1 508	140	1 583	255	541	741	46	1 340	105	374	767	94
SLO	1 935	191	546	1 151	47	1 122	142	332	625	23	813	49	214	526	24
RGST	3 199	478	947	1 661	113	1 813	346	562	848	57	1 386	132	385	813	56
MO	2 697	345	871	1 409	72	1 821	255	566	948	52	876	90	305	461	20
SF	7 087	778	2 241	3 804	264	4 489	555	1 400	2 376	158	2 598	223	841	1 428	106
SCF	1 426	211	485	688	42	1 013	156	336	486	35	413	55	149	202	7
BR	2 164	228	616	1 268	52	1 423	172	374	836	41	741	56	242	432	11

Fonte: INE, Censo 2021

População Desempregada

Tabela A.2. 13 – Efetivo da população com 15 anos ou mais, DESEMPREGADA, segundo meio de residência e sexo por concelho. Cabo Verde, 2021

Concelho	Cabo Verde			Urbana			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	18 094	8 188	9 906	14 975	6 723	8 252	3 119	1 465	1 654
RG	302	139	163	141	72	69	161	67	94
PL	112	57	55	43	22	21	69	35	34
PN	619	304	315	511	245	266	108	59	49
SV	3 423	1 549	1 874	3 174	1 453	1 721	249	96	153
RB	126	65	61	30	19	11	96	46	50
TASN	199	102	97	183	96	87	16	6	10
SL	1 820	864	956	1 761	824	937	59	40	19
BV	668	330	338	620	304	316	48	26	22
MA	104	48	56	88	41	47	16	7	9
TA	559	257	302	500	229	271	59	28	31
SC	836	303	533	526	181	345	310	122	188
SZ	884	371	513	392	159	233	492	212	280
PR	6 089	2 678	3 411	6 017	2 644	3 373	72	34	38
SD	475	227	248	98	39	59	377	188	189
SM	349	186	163	239	125	114	110	61	49
SSM	211	101	110	46	19	27	165	82	83
SLO	173	103	70	12	2	10	161	101	60
RGST	311	127	184	161	65	96	150	62	88
MO	133	55	78	75	22	53	58	33	25
SF	532	238	294	299	136	163	233	102	131
SCF	65	35	30	14	6	8	51	29	22
BR	104	49	55	45	20	25	59	29	30

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A.2. 14 – Efetivo da população com 15 anos ou mais, DESEMPREGADA, segundo meio de residência e sexo por grupo etário. Cabo Verde, 2021

Grupo etário	Cabo Verde			Urbana			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	18 094	8 188	9 906	14 975	6 723	8 252	3 119	1 465	1 654
15-19	1 399	719	680	1 176	592	584	223	127	96
20-24	4 396	2 022	2 374	3 558	1 636	1 922	838	386	452
25-29	4 241	1 744	2 497	3 514	1 411	2 103	727	333	394
30-34	3 074	1 220	1 854	2 526	998	1 528	548	222	326
35-39	1 823	755	1 068	1 556	644	912	267	111	156
40-44	1 192	559	633	1 010	475	535	182	84	98
45-49	787	412	375	671	346	325	116	66	50
50-54	546	339	207	455	285	170	91	54	37
55-59	401	247	154	326	204	122	75	43	32
60-64	174	129	45	135	99	36	39	30	9
65 ou +	61	42	19	48	33	15	13	9	4
Grupo específico									
15-24	5 795	2 741	3 054	4 734	2 228	2 506	1 061	513	548
25-34	7 315	2 964	4 351	6 040	2 409	3 631	1 275	555	720
35-64	4 923	2 441	2 482	4 153	2 053	2 100	770	388	382
65 ou +	61	42	19	48	33	15	13	9	4

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A.2. 15 – Efetivo da população com 15 anos ou mais, DESEMPREGADA, segundo sexo e grupo etário por concelho. Cabo Verde, 2021

Concelho	Ambos os sexos					Masculino					Feminino				
	Total	15-24	25-34	35-64	65 ou +	Total	15-24	25-34	35-64	65 ou +	Total	15-24	25-34	35-64	65 ou +
Cabo Verde	18 094	5 795	7 315	4 923	61	8 188	2 741	2 964	2 441	42	9 906	3 054	4 351	2 482	19
RG	302	93	114	93	2	139	45	46	46	2	163	48	68	47	0
PL	112	30	38	44	0	57	18	14	25	0	55	12	24	19	0
PN	619	175	230	212	2	304	86	105	111	2	315	89	125	101	0
SV	3 423	1 080	1 268	1 057	18	1 549	499	509	527	14	1 874	581	759	530	4
RB	126	52	39	34	1	65	29	19	16	1	61	23	20	18	0
TASN	199	64	63	72	0	102	32	26	44	0	97	32	37	28	0
SL	1 820	507	720	588	5	864	248	297	317	2	956	259	423	271	3
BV	668	143	253	270	2	330	77	96	156	1	338	66	157	114	1
MA	104	29	40	35	0	48	13	15	20	0	56	16	25	15	0
TA	559	181	222	154	2	257	90	103	64	0	302	91	119	90	2
SC	836	256	389	188	3	303	97	133	71	2	533	159	256	117	1
SZ	884	319	396	164	5	371	148	159	62	2	513	171	237	102	3
PR	6 089	2 080	2 532	1 463	14	2 678	974	979	714	11	3 411	1 106	1 553	749	3
SD	475	156	205	112	2	227	74	101	51	1	248	82	104	61	1
SM	349	113	158	78	0	186	61	88	37	0	163	52	70	41	0
SSM	211	69	107	34	1	101	39	46	16	0	110	30	61	18	1
SLO	173	42	78	52	1	103	26	40	36	1	70	16	38	16	0
RGST	311	135	130	45	1	127	60	47	19	1	184	75	83	26	0
MO	133	47	58	28	0	55	20	25	10	0	78	27	33	18	0
SF	532	180	208	142	2	238	79	87	70	2	294	101	121	72	0
SCF	65	19	26	20	0	35	11	13	11	0	30	8	13	9	0
BR	104	25	41	38	0	49	15	16	18	0	55	10	25	20	0

Fonte: INE, Censo 2021

População Inativa

Tabela A.2. 16 – Efetivo da população com 15 anos ou mais, INATIVA, segundo meio de residência e sexo por concelho. Cabo Verde, 2021

Concelho	Cabo Verde			Urbana			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	135 072	54 090	80 982	94 195	38 185	56 010	40 877	15 905	24 972
RG	4 379	1 709	2 670	1 721	703	1 018	2 658	1 006	1 652
PL	1 858	756	1 102	415	179	236	1 443	577	866
PN	5 447	2 305	3 142	3 699	1 576	2 123	1 748	729	1 019
SV	21 429	9 039	12 390	20 105	8 540	11 565	1 324	499	825
RB	2 055	745	1 310	794	286	508	1 261	459	802
TASN	1 517	577	940	1 219	491	728	298	86	212
SL	6 421	2 782	3 639	6 015	2 525	3 490	406	257	149
BV	2 724	1 229	1 495	2 176	955	1 221	548	274	274
MA	2 029	719	1 310	1 350	471	879	679	248	431
TA	5 179	1 954	3 225	4 007	1 549	2 458	1 172	405	767
SC	11 084	4 163	6 921	6 167	2 371	3 796	4 917	1 792	3 125
SZ	7 207	2 656	4 551	2 737	1 113	1 624	4 470	1 543	2 927
PR	36 303	15 241	21 062	34 491	13 933	20 558	1 812	1 308	504
SD	3 980	1 525	2 455	853	366	487	3 127	1 159	1 968
SM	3 531	1 336	2 195	1 661	619	1 042	1 870	717	1 153
SSM	2 167	858	1 309	560	224	336	1 607	634	973
SLO	2 405	984	1 421	152	54	98	2 253	930	1 323
RGST	1 961	719	1 242	767	284	483	1 194	435	759
MO	2 736	894	1 842	1 236	406	830	1 500	488	1 012
SF	7 241	2 685	4 556	3 139	1 188	1 951	4 102	1 497	2 605
SCF	1 713	593	1 120	254	97	157	1 459	496	963
BR	1 706	621	1 085	677	255	422	1 029	366	663

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A.2. 17 – Efetivo da população com 15 anos ou mais, INATIVA, segundo meio de residência e sexo por grupo etário. Cabo Verde, 2021

Grupo etário	Cabo Verde			Urbana			Rural		
	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.	Ambos os sexos	Masc.	Fem.
Total	135 072	54 090	80 982	94 195	38 185	56 010	40 877	15 905	24 972
15-19	36 305	17 860	18 445	26 663	13 073	13 590	9 642	4 787	4 855
20-24	16 178	7 158	9 020	11 614	5 127	6 487	4 564	2 031	2 533
25-29	10 102	3 915	6 187	6 854	2 621	4 233	3 248	1 294	1 954
30-34	7 708	2 729	4 979	5 260	1 799	3 461	2 448	930	1 518
35-39	5 696	1 998	3 698	3 830	1 332	2 498	1 866	666	1 200
40-44	4 763	1 775	2 988	3 243	1 226	2 017	1 520	549	971
45-49	4 538	1 480	3 058	3 035	993	2 042	1 503	487	1 016
50-54	5 691	1 838	3 853	3 802	1 241	2 561	1 889	597	1 292
55-59	7 247	2 374	4 873	5 057	1 766	3 291	2 190	608	1 582
60-64	8 652	3 003	5 649	6 107	2 217	3 890	2 545	786	1 759
65 ou +	28 192	9 960	18 232	18 730	6 790	11 940	9 462	3 170	6 292
Grupo específico									
15-24	52 483	25 018	27 465	38 277	18 200	20 077	14 206	6 818	7 388
25-34	17 810	6 644	11 166	12 114	4 420	7 694	5 696	2 224	3 472
35-64	36 587	12 468	24 119	25 074	8 775	16 299	11 513	3 693	7 820
65 ou +	28 192	9 960	18 232	18 730	6 790	11 940	9 462	3 170	6 292

Fonte: INE, Censo 2021

Tabela A.2. 18 – Efetivo da população com 15 anos ou mais, INATIVA, segundo sexo e grupo etário por concelho. Cabo Verde, 2021

Concelho	Ambos os sexos					Masculino					Feminino				
	Total	15-24	25-34	35-64	65 ou +	Total	15-24	25-34	35-64	65 ou +	Total	15-24	25-34	35-64	65 ou +
Cabo Verde	135 072	52 483	17 810	36 587	28 192	54 090	25 018	6 644	12 468	9 960	80 982	27 465	11 166	24 119	18 232
RG	4 379	1 188	348	1 446	1 397	1 709	554	108	536	511	2 670	634	240	910	886
PL	1 858	527	187	662	482	756	267	60	246	183	1 102	260	127	416	299
PN	5 447	1 725	710	1 823	1 189	2 305	841	291	726	447	3 142	884	419	1 097	742
SV	21 429	7 604	2 101	6 152	5 572	9 039	3 695	861	2 279	2 204	12 390	3 909	1 240	3 873	3 368
RB	2 055	602	142	595	716	745	267	48	187	243	1 310	335	94	408	473
TASN	1 517	510	159	398	450	577	226	66	131	154	940	284	93	267	296
SL	6 421	2 798	988	1 725	910	2 782	1 385	358	639	400	3 639	1 413	630	1 086	510
BV	2 724	984	476	779	485	1 229	485	161	359	224	1 495	499	315	420	261
MA	2 029	611	251	685	482	719	276	83	195	165	1 310	335	168	490	317
TA	5 179	1 981	722	1 350	1 126	1 954	939	278	384	353	3 225	1 042	444	966	773
SC	11 084	4 620	1 598	2 478	2 388	4 163	2 157	550	753	703	6 921	2 463	1 048	1 725	1 685
SZ	7 207	3 014	1 042	1 880	1 271	2 656	1 424	344	512	376	4 551	1 590	698	1 368	895
PR	36 303	16 136	5 289	9 387	5 491	15 241	7 649	2 231	3 360	2 001	21 062	8 487	3 058	6 027	3 490
SD	3 980	1 662	502	923	893	1 525	803	188	283	251	2 455	859	314	640	642
SM	3 531	1 434	388	801	908	1 336	673	146	266	251	2 195	761	242	535	657
SSM	2 167	930	189	449	599	858	476	62	141	179	1 309	454	127	308	420
SLO	2 405	858	307	682	558	984	434	131	238	181	1 421	424	176	444	377
RGST	1 961	801	269	451	440	719	372	94	123	130	1 242	429	175	328	310
MO	2 736	871	460	818	587	894	380	102	200	212	1 842	491	358	618	375
SF	7 241	2 496	1 112	2 052	1 581	2 685	1 199	343	616	527	4 556	1 297	769	1 436	1 054
SCF	1 713	594	316	492	311	593	268	81	137	107	1 120	326	235	355	204
BR	1 706	537	254	559	356	621	248	58	157	158	1 085	289	196	402	198

Fonte: INE, Censo 2021

BIBLIOGRAFIA

Bergmann, B. (1986). *The Economic Emergence of Women*. New York: Basic Books (1.ed.).

Bourdieu, P. (2002). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Casimiro F. (1997), *Manual sobre Controlo de Qualidade e Difusão de Resultados dos Recenseamentos da População e Habitação*, CESD.

Hussmanns R., Mehran F. e Verma V., *Manual da OIT sobre Conceitos e Métodos, Inquéritos de população Ativa, Emprego, Desemprego e Subemprego, OIT*, Genebra, primeira edição, 1990.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. (2022). *Estatísticas Vitais: Nascimentos, Óbitos e Casamentos 2019-2020*

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. (2021). *Estatísticas de mercado de trabalho, IMC 2020*

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. (2021). *Estimativas da pobreza monetária absoluta, 2016-2020*

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. (2010). *Características Económicas da População*.

Smith, Shirley (1982), "Tables of Working Life: The Increment/Decrement Model" BLS Bulletin 2135.

Wolfbein, Seymour and Harold Wool (1950), "Table of Working Life: Length of Working life for men" BLS Bulletin 1001.

Principles and Recommendations for Population and Housing Censuses, Revision 1, Series M n.67/Ver.1, United Nations, NY, 1998.

_____ *Active Life among the Elderly in the United States: Multistate Life-table Estimates and Population Projections* – Disponível em

http://www.eurohex.eu/bibliography/pdf/0006162848/Rogers_1989_MQ.pdf

_____ *Changes in Active Life Expectancy Among Older Thais: Results From the 1997 and 2004 National Health Examination Surveys* – Disponível em

https://www.researchgate.net/publication/51174655_Changes_in_Active_Life_Expectancy_Among_Older_Thais_Results_From_the_1997_and_2004_National_Health_Examination_Surveys

_____ Constituição da República de Cabo Verde (4ª edição de 2010). Disponível em

<https://www.parlamento.cv/Downloads/Constitui%C3%A7%C3%A3o%20da%20Rep%C3%BAblica%20de%20Cabo%20verde,%202010.pdf>

_____ Estimation of Work-life Expectancy for the elderly by Work-life Table in Korea. Disponível em

https://www.iussp.org/sites/default/files/event_call_for_papers/Estimation%20of%20Work-life%20Expectancy%20for%20the%20elderly%20by%20Work-life%20Table%20in%20Korea_.pdf

_____ Manual do Agente Recenseador RGPH-2021, Praia, 2021

_____ O Código Laboral cabo-verdiano. Disponível em https://correios.cv/static/managed/C%C3%B3digo_laboral_Cabo-Verdiana.pdf

_____ Report prepared for the Thirteenth International Conference of Labour Statisticians, ILO, Geneva, 1982 – Disponível em

https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/1982/82B09_438_engl.pdf

www.ine.cv

_____ Decreto-Lei nº 61/II/89. Boletim Oficial n.º 53, I Série de 30 de dezembro de 1989.

_____ Decreto-Lei nº 131/V/2001. Boletim Oficial n.º 2, I Série de 22 de janeiro de 2001.

_____ Decreto-Lei nº 5/2004. Boletim Oficial n.º 5, I Série de 16 de fevereiro de 2004.

_____ Decreto-Lei nº 51/2005. Boletim Oficial n.º 30, I Série de 25 de julho de 2005.

_____ Decreto-Lei nº 2/2006. Boletim Oficial n.º 15, I Série de 27 de novembro de 2006.

_____ Decreto-Lei nº 39/2006. Boletim Oficial n.º 20, I Série de 10 de julho de 2006.

_____ Decreto-Lei nº 5/2007. Boletim Oficial n.º 37, I Série de 16 de outubro de 2007.

_____ Decreto-Lei nº 48/2009. Boletim Oficial n.º 44, I Série de 23 de novembro de 2009.

_____ Decreto-Lei nº 50/2009. Boletim Oficial n.º 45, I Série de 30 de novembro de 2009.

_____ Decreto-Lei nº 3/2010. Boletim Oficial n.º 9, I Série de 8 de março de 2010.

_____ Decreto-Lei nº 5/2010. Boletim Oficial n.º 22, I Série de 16 de junho de 2010.

_____ Portaria nº 33/2011. Boletim Oficial n.º 33, I Série de 3 de outubro de 2011.

_____ Decreto-Lei nº 50/VIII/2013. Boletim Oficial n.º 70, I Série de 26 de dezembro de 2013.

- _____ Decreto-Lei nº 6/2014. Boletim Oficial n.º 6, I Série de 29 de janeiro de 2014.
- _____ Decreto-Lei nº 15/2016. Boletim Oficial n.º 13, I Série de 5 de março de 2016.
- _____ Decreto-Lei nº 113/VIII/2016. Boletim Oficial n.º 15, I Série de 10 de março de 2016.
- _____ Decreto-Lei nº 23/2017. Boletim Oficial n.º 30, I Série de 29 de maio de 2017.
- _____ Decreto-Lei nº 15/2018. Boletim Oficial n.º 18, I Série de 19 de março de 2018.
- _____ Decreto-Lei nº 55/2018. Boletim Oficial n.º 67, I Série de 24 de outubro de 2018.
- _____ Decreto-Lei nº 6/2018. Boletim Oficial n.º 70, I Série de 31 de outubro de 2018.
- _____ Decreto-Lei nº 64/2018. Boletim Oficial n.º 85, I Série de 20 de dezembro de 2018.
- _____ Decreto-Lei nº 37/2020. Boletim Oficial n.º 40, I Série de 31 de março de 2020.
- _____ Decreto-Lei nº 117/IX/2021. Boletim Oficial n.º 15, I Série de 11 de fevereiro de 2021.